

FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE COIMBRA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO. SECÇÃO DE INFORMAÇÃO
2009/2010

OS LIMITES DA TOLERÂNCIA

Censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas
bibliotecas públicas municipais portuguesas

SÉRGIO FILIPE AGOSTINHO MANGAS

Sacavém, 4 de Outubro de 2010.



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE COIMBRA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO. SECÇÃO DE INFORMAÇÃO
2009/2010**

OS LIMITES DA TOLERÂNCIA

Censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas
bibliotecas públicas municipais portuguesas

SÉRGIO FILIPE AGOSTINHO MANGAS

Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e
Novos Media apresentada à Faculdade de Letras da Univer-
sidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora
Maria Manuel Borges e a co-orientação do Professor Doutor
Genaro Luis García López.

Sacavém, 4 de Outubro de 2010.

NO MEIO DO CAMINHO

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra*

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

Resumo	vii
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
1 – Definição de conceitos.....	3
1.1 – Biblioteca pública	3
1.2 – Censura	3
1.3 – Colecção	4
1.4 – Crença.....	4
1.5 – Liberdade de expressão	5
1.6 – Liberdade intelectual	6
2 – Metodologia.....	6
2.1 - Revisão da literatura.....	7
2.2 – Problema investigado	8
2.3 – Métodos e instrumento	10
2.4 – Universo e amostra	11
2.5 – Recolha de dados	12
3 - Papéis da biblioteca pública	13
3.1 – Papel educativo.....	14
3.2 – Papel cultural	16
3.3 – Papel social	18
3.4 – Papel informativo	22
3.5 – Papel político	24
4 – Gestão e desenvolvimento de colecções: princípios gerais	27
4.1 – Sugestões dos utilizadores	34
4.2 – Competências do bibliotecário	36
4.3 – Participação da equipa	38
4.4 – Escolha dos livreiros.....	40
4.5 – Oferta documental	43
4.6 – Moral vigente na comunidade	45
4.7 – Colecções GLBT	47
4.8 – Marcação de documentos	50
5 – Colecções e ideologia: selecção de documentos controversos.....	55
5.1 – Literatura <i>light</i>	57
5.2 – Banha da cobra	60
5.3 – Terror e outras monstruosidades.....	62
5.4 – Actos ilegais	63
5.5 – Direitos humanos.....	65
5.6 – Negar o Holocausto	68
5.7 – Racismo e xenofobia	68

5.8 – Igualdade de género e sexismo	73
5.9 – Homossexualidade e homofobia.....	77
5.10 – Obscenidade e pornografia	80
6 – Utilização dos auditórios e de outros espaços das bibliotecas	84
7 – Utilização da Internet.....	89
8 – Pressões externas	91
9 – Bibliotecários como censores	95
10 – Manutenção da liberdade intelectual	98
Conclusões gerais	100
Referências bibliográficas	104
Lista de siglas e abreviaturas	117
Índice de figuras	118
Anexos.....	121
Anexo 1: Questionário do inquérito sobre a censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas públicas municipais portuguesas	122
Anexo 2: Mensagens enviadas aos inquiridos.....	129

Agradecimentos

Aos Professores Doutores Genaro Luis García López e Maria Manuel Borges, meus orientadores, pelas observações, sugestões e incentivos.

A Alexandre Lomelino de Freitas, a Maria Carla Proença e a Lucília Santos, amigos e companheiros de ofício, pelo carinho, amizade e leitura atenta e crítica deste texto.

A toda a equipa da CONFENALCO, especialmente a Diana Quiroz e a Adriana Betancur que durante a minha estada na Colômbia me fizeram acreditar que as bibliotecas públicas podem ser capazes de inesperadas mudanças sociais. A elas devo o posicionamento político.

A Maria Antonieta Vigário, que de maneira generosa, partilhou comigo as suas opiniões, dificuldades e experiência sobre os temas aqui estudados.

A toda a equipa da Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos, graça à qual tenho aprendido que nem tudo vem nos manuais de biblioteconomia.

A todos os bibliotecários que participaram e permitiram o presente estudo.

Ao Américo, sempre...

Resumo

O presente trabalho é, antes de mais, um diagnóstico sobre a censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas públicas municipais portuguesas. Para esta investigação foi lançado um inquérito em 2010 aos responsáveis das já mencionadas bibliotecas. Mediante inquérito e revisão da literatura a presente investigação foi estruturada em quatro grandes núcleos. O primeiro procede a uma definição dos vários papéis que as bibliotecas públicas assumem actualmente, já que a ênfase dada a determinados papéis pode influenciar o modo como cada biblioteca lida com a liberdade intelectual e, por conseguinte, com a censura. Num segundo momento, foram analisadas as questões relacionadas com a gestão e o desenvolvimento de colecções, nomeadamente os elementos que mais influenciam os bibliotecários no momento de seleccionar novos documentos. O terceiro núcleo incidiu sobre as colecções como instrumentos ideológicos e a questão do pluralismo das colecções. Interessou saber se existe abertura da parte dos bibliotecários em incorporar nas colecções materiais considerados controversos, ou se, pelo contrário, tais materiais são censurados pelos próprios bibliotecários. Por fim, a análise de um conjunto de questões relacionadas com a manutenção da liberdade intelectual e as diversas pressões que são exercidas sobre as colecções e os diversos serviços prestados pelas bibliotecas públicas. Pressões essas, em que, normalmente, intervêm políticos, utilizadores e bibliotecários. Constatou-se que existem múltiplas e diversas pressões exercidas, quer da parte dos utilizadores ou quer da parte dos executivos camarários. Merece, todavia, destaque a espantosa e pouco ortodoxa conclusão que actualmente são os bibliotecários os principais censores.

Palavras-chaves: Censura; Liberdade intelectual; Selecção de documentos; Desenvolvimento de colecções; Gestão de colecções; Bibliotecas públicas; Portugal.

Abstract

This work aims to present a diagnosis about censorship, intellectual freedom and book selection in the Portuguese public libraries. For this research it was launched a survey to the heads of the referred libraries during 2010. This research made use of a survey and a research literature and was structured in four main parts. The first one precedes the definition of the different roles assumed by public libraries nowadays, once that the emphasis given to certain roles might influence the way as each library deals with intellectual freedom and, therefore with censorship. In a second moment, questions related with management and collection development were analysed, namely those elements that have mainly influenced librarians in the selection of new documents. The third part coincides with the collections as ideological instruments and the question

about pluralism regarding them. There was interest in knowing if the librarians are opened to integrate materials to be considerate controversial in their collections or, if by the contrary, those materials are censored by the librarians themselves. Finally, the analysis of a set of questions related with the maintenance of intellectual freedom and several forms of pressure exercised upon the collections and several services delivered by the public libraries. Those pressures are normally exercised by politicians, user and librarians. This research concludes that there are many and different pressures exercised, from either the users or the city council authorities. However, special attention should be paid to the amazing little orthodox conclusion witch stresses the role of librarians as the main censors.

Keywords: Censorship; Intellectual freedom; Book selection; Collection development; Collection management; Public libraries; Portugal.

Introdução

Falar de censura nas sociedades ocidentais, liberais e democráticas é uma tarefa que pode parecer inusitada. Para muitos a utilização do termo pode mesmo ser pouco adequado à nossa actual realidade política e mesmo exagerada. Hoje, na sociedade portuguesa as liberdades fundamentais, nomeadamente a liberdade de expressão, são garantidas pela *Constituição* (PORTUGAL, 2005), e são vistas pela maioria dos portugueses como uma evidência. Face a tais considerações muitos perguntarão mesmo: A censura ainda existe?

É verdade que a censura, pelo menos nas sociedades ditas democráticas, já não assume as formas extremas de outros tempos seja através da destruição de livros e de bibliotecas seja através da condenação e perseguição de autores e leitores. Todavia, apesar de menos visível, ela é bem real e assume novas formas, penetrando actualmente o tecido social silenciosamente.

Ver-se-á que a censura nas bibliotecas define um conjunto de práticas e estratégias, por vezes assumidas e conscientes, que dão lugar, muitas vezes, à forma mais perversa e eficaz de censura: a auto-censura. Neste caso, aquela que é praticada pelos próprios bibliotecários. A censura nas bibliotecas públicas é um fenómeno complexo no qual intervêm, normalmente, três elementos fundamentais, a saber: bibliotecários, políticos e utilizadores.

O pluralismo das colecções e a liberdade intelectual são considerados pelos bibliotecários aspectos fundamentais. Sabe-se que qualquer restrição, pressão ou controlo relativamente às colecções vai contra os princípios deontológicos da profissão. Teoricamente esta questão seria pacífica não fosse a realidade e a prática quotidiana tornar o tema complexo e até polémico. Na verdade, é relativamente fácil opor-se à censura e defender a liberdade intelectual junto de outros profissionais da informação. No entanto, outra coisa, já não tão fácil, é reagir contra pressões oriundas do executivo camarário, de membros influentes da comunidade local, de pais indignados ou de outros indivíduos que se sentem no direito de protestar e exigir a retirada de determinado(s) documento(s) das estantes só porque estes contêm ideias com as quais não concordam. Outra coisa ainda, muito mais difícil, é resistir à tendência que existe em constituir uma colecção de acordo com a nossa visão do mundo, evitando que dela façam parte materiais contrários aos nossos valores e convicções. Pode-se mesmo dizer que esta é a forma mais perniciosa de censura, já que muitas vezes de modo inconsciente ou preventivo os próprios bibliotecários acabam por ser os principais censores. Podem-se encontrar censuras explícitas, dissimuladas e auto-censuras mais ou menos assumidas em nome da moral vigente, do bom senso ou das conveniências ideológicas e religiosas do momento.

Tem este trabalho, por conseguinte, na sua génese a seguinte pergunta de partida: Quais as formas que a censura assume actualmente nas bibliotecas públicas municipais em Portugal?

O objectivo não é tanto o de saber se existe censura ou não nas bibliotecas. Primeiro, porque os estudos indicam que a censura está sempre presente, seja de forma legítima seja de forma ilegítima.¹ Depois, porque esta pergunta aponta para aquilo que Quivy & Campenhoudt (2008, p. 40) dizem ser uma falsa pergunta: “É evidente que, na mente de quem a fez, a resposta é, a priori, ‘sim’ (ou ‘não’). [...] Basta para isso seleccionar cuidadosamente os critérios e os dados adequados e apresentá-los da forma que convém.”

Falar de censura nas bibliotecas é também falar de outro conceito sem o qual dificilmente se poderá compreender aquele fenómeno: o de liberdade intelectual. Esta é, na verdade, um dos principais fundamentos do trabalho dos bibliotecários. Ora, as restrições impostas à liberdade intelectual irão necessariamente determinar o grau e as manifestações de censura existentes numa determinada biblioteca.

Ao longo dos anos novos papéis têm sido solicitados às bibliotecas públicas. De instituições patrimoniais, preocupadas com a conservação dos seus acervos, dirigidas a eruditos e estudantes, as bibliotecas foram abrindo as suas portas à comunidade e a conservação deu lugar à difusão. Novos serviços foram sendo implementados e as actividades tornaram-se mais diversificadas. O livro deu lugar à informação, independentemente do suporte. Ora, a ênfase dada a um determinado papel (por exemplo, o social) em detrimento de outro (por exemplo, o educativo) parece ser um dos aspectos que condiciona e influencia de modo determinante a relação censura/biblioteca. Neste sentido, procurou-se saber quais os papéis da biblioteca pública mais valorizados pelos bibliotecários portugueses.

Outro aspecto deste trabalho incidiu sobre a gestão das colecções. Sendo o acervo de uma biblioteca o lugar onde, por excelência, se exercem pressões várias quanto à liberdade intelectual,

¹ A revista *Bibliothèque(s)* da Associação de Bibliotecários de França abre o seu número especial dedicado à censura com esta interessante pergunta: “Combattre la censure, est-ce vouloir supprimer toute censure?” (2008, p. 9). Esta pergunta parece levantar a questão de saber se há censuras legítimas e censuras ilegítimas. Por exemplo, impedir o empréstimo ou visionamento de filmes classificados para maiores de 18 anos a um adolescente ou excluir das colecções materiais que promovem claramente o racismo e a xenofobia são actos de censura? Para além das declarações de princípio criticando a censura e defendendo a liberdade intelectual, o respeito, por um lado pela *Constituição* e a legislação em vigor, e a defesa, por outro, dos direitos humanos, pode levar os bibliotecários em situações concretas a adotar formas de censura que alguns consideram “legítimas”.

tual, considerou-se de grande utilidade, para uma melhor compreensão do fenómeno da censura, determinar quais os critérios com mais peso na selecção de documentos.

Por outro lado, analisaram-se diversos materiais considerados controversos e procurou-se saber quais as principais questões e dilemas que esses mesmos materiais suscitam junto dos bibliotecários. Esta análise, foi particularmente importante (e interessante), pois permitiu confrontar os bibliotecários com temáticas concretas e avaliar se o pluralismo das colecções é de facto assegurado, ou se, pelo contrário, os bibliotecários são os principais censores dentro das bibliotecas.

Finalmente, ao escrutinar os actos de censura nas bibliotecas foi possível constatar que não são apenas as colecções o alvo de restrições à liberdade intelectual. Existem um conjunto de actividades e materiais, para além das colecções, onde tais restrições se manifestam com bastante acuidade, a saber: o acesso à Internet, mas também a utilização dos auditórios e de outros espaços das bibliotecas como salas polivalentes e átrios.

1 – Definição de conceitos

Antes de analisar o fenómeno da censura nas bibliotecas públicas municipais portuguesas convém circunscrever e definir alguns conceitos.

1.1 – Biblioteca pública

Segundo as directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas elaboradas sob a coordenação de Gill (2003, p. 19-20): “Uma biblioteca pública é uma organização fundada, sustentada e financiada pela comunidade, quer através do governo local, regional ou nacional quer através de outras formas de organização comunitária. Proporciona o acesso ao conhecimento, à informação e a obras criativas através de um leque variado de recursos e serviços e encontra-se à disposição de todos os membros da comunidade, sem a distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, deficiência, condição económica e laboral e qualificações académicas.”

1.2 – Censura

Na maior parte da bibliografia consultada, mesmo nos diversos manifestos e declarações da IFLA, a noção de censura raramente é definida ou explicitada. É verdade que a ela são associadas um conjunto de práticas que visam restringir, limitar ou impedir o acesso à informação, mas quais as manifestações concretas que podem ser classificadas como actos de censura.

Segundo Kuhlmann (1989, p. 21): “Replaçant la censure dans le jeu quotidien entre liberté et contrainte, nous nommons ‘censure’ toute intervention – qu’elle émane de l’autorité gouvernementale, des administrations de tutelle, des bibliothécaires ou des lecteurs - consistant à empêcher ou à limiter volontairement la diffusion de livres, de périodiques ou de journaux, pour des raisons d’ordre moral, religieux, philosophique, politique, idéologique ou culturelle.”

Por outro lado Bellour (1988, p. 339) afirma que são considerados actos de censura: “Le fait de restreindre la circulation d’un livre ‘problématique’ en le retirant de la partie de la bibliothèque accessible au public, obligeant ainsi le lecteur à faire une demande spéciale.” E também: “Le fait de placer une marque distinctive sur certains ouvrages pour prévenir les usagers de leur caractère ‘subversif’.”

Actualmente considera-se que a imposição de um limite de idade para se poder aceder a determinados documentos também é um acto de censura. Esta recomendação foi incluída pela ALA no início dos anos 80 do séc. XX no seu *Library Bill of Rights*: “Le droit d’utiliser la bibliothèque ne saurait être refusé à personne du fait de son origine, de son âge, de son passé ou de ses opinions.” (BELLOUR, 1988, p. 334)

1.3 – Colecção

Parte-se da noção de colecção como conjunto de livros e/ou de outros documentos reunidos artificialmente mediante compra, permuta ou oferta. Se bem que passíveis de significados diferentes (LÓPEZ YEPES, 2004) neste trabalho os termos colecção, fundo documental e acervo serão usados indistintamente e como sinónimos.

1.4 – Crença

Apesar do conceito de crença ser usado amiúde pela Filosofia, mas também pela Religião (se bem com perspectivas diferentes) será aplicado com o seu significado comum. Por crença será entendida a disposição do espírito que admite algo como verdadeiro independentemente das provas disponíveis que confirmem a sua existência, que adere a uma opinião, a uma doutrina, a uma ideologia, etc. Ou seja: a crença é a adesão a uma ideia, um pensamento, uma afirmação, uma teoria, um dogma. Neste sentido, a ingenuidade, o preconceito, o erro, a fé, a opinião podem ser consideradas formas de crença (CLÉMENT et al., 1997, p. 79).

1.5 – Liberdade de expressão

Historicamente a liberdade de expressão aparece pela primeira vez reconhecida politicamente como um direito fundamental com a Revolução Francesa. Aprovada pela Assembleia Nacional de França, em Agosto de 1789, no contexto da Revolução Francesa, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* é um documento político fundamental do mundo moderno. Proclama as liberdades e os direitos do ser humano a partir de um princípio básico e ele próprio revolucionário: todos os homens nascem e são livres e iguais em direitos.

Esta *Declaração* afirma no seu artigo 10.º que: “Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.”

E ainda no seu artigo 11.º: “A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.”

Em 1948, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* das Nações Unidas, outro texto fundamental para a compreensão e importância da liberdade de expressão reforçaria, inequivocamente, no seu artigo 19.º essa ideia: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.”

A liberdade de expressão pode ser considerada como uma das condições necessárias à existência e funcionamento das democracias. Esta é condição necessária para a livre participação na vida política dos cidadãos e uma maior transparência da parte dos governos. Um governo democrático necessita de cidadãos livres e informados.

Em Portugal, com a queda da ditadura em 1974 a *Constituição da República Portuguesa* veio consagrar a liberdade de expressão como um direito fundamental no artigo 37.º: “Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.” (PORTUGAL, 2005).

Constitucionalizam-se, deste modo, dois direitos fundamentais: o direito de expressão, relacionado com as ideias e opiniões; e o direito de informação, que abrange a transmissão, recolha e acesso à informação.

1.6 – Liberdade intelectual

Nos diversos documentos emanados da IFLA (2002a, 2002b, 1999) em que a noção de liberdade intelectual aparece como condição necessária do trabalho bibliotecário, a *Declaração universal dos direitos humanos*, nomeadamente a seu artigo 19.º, aparece como fundamento dessa mesma liberdade intelectual. A IFLA parece estabelecer uma equivalência entre “liberdade de opinião e de expressão”, tal como aparece no já mencionado artigo da *Declaração*, e “liberdade intelectual”. Porém, a noção de “liberdade de expressão” não corresponde exactamente à noção de “liberdade intelectual”. O conceito de “liberdade intelectual” contém a ideia de “liberdade de expressão”, mas não se esgota nessa. Enquanto a “liberdade de expressão” pode ser entendida como um direito reconhecido pela constituição de um país a qualquer pessoa de poder manifestar as suas ideias através de qualquer forma ou meio de comunicação a “liberdade intelectual” tem um âmbito mais alargado, que inclui o direito de “liberdade de expressão” e o direito de “liberdade de acesso à informação”. Embora a expressão “liberdade intelectual” não seja mencionada na *Declaração universal dos direitos humanos* ou na *Constituição da República Portuguesa*, ambos os documentos referem-se à liberdade de acesso à informação como um direito fundamental. (FRANÇA; PORTUGAL, 2005)

Nesse sentido, a ALA acentua este aspecto: “La liberté intellectuelle n’existe qu’à deux conditions: d’une part le droit de tout individu à avoir une opinion sur n’importe quel sujet et à communiquer ces idées sous toute forme qui lui paraît convenir, d’autre part que la société s’engage en faveur du droit de libre accès à l’information et aux idées quel que soit le moyen de communication utilisé, le contenu de l’œuvre ou le point de vue à la fois de l’auteur et du récepteur de l’information. La liberté de s’exprimer par le biais d’un quelconque mode de communication, y compris Internet, perd tout son sens si l’accès à cette information n’est pas protégé. La liberté intellectuelle implique un cercle, et ce cercle est brisé si la liberté d’expression ou l’accès aux idées sont contrariés.” Citado por CANTIÉ (2008, p. 42).

2 – Metodologia

Além da revisão da literatura relativa à censura, à liberdade intelectual e à gestão e desenvolvimento de colecções, procedeu-se à realização de um inquérito dirigido aos responsáveis das bibliotecas públicas municipais portuguesas.

A construção do inquérito e a elaboração das respectivas perguntas teve como modelo a entrevista usada por Ann Curry (1997) na sua tese de doutoramento *The limits of tolerance : censorship and intellectual freedom in public libraries*. Trata-se de um estudo centrado, como o título sugere, nas questões da censura e da liberdade intelectual nas bibliotecas públicas. Neste caso concreto, entre as bibliotecas públicas inglesas e as bibliotecas públicas canadianas. As entrevistas foram realizadas a um conjunto de directores de bibliotecas públicas de ambos os países.

Dada a temática e a metodologia de trabalho de Curry estarem muito próximas daquilo que se pretendia realizar com este trabalho foram reutilizadas muitas das perguntas da sua entrevista. Com a intenção de não cometer plágio da obra de Curry o seu guião de entrevista foi transformado num inquérito por este parecer mais adequado à investigação pretendida. No entanto, muitas das perguntas foram reformuladas, algumas eliminadas e novas perguntas introduzidas.

Finalmente, o facto do autor deste trabalho ser ele próprio bibliotecário e responsável por uma biblioteca municipal influenciou a investigação, já que algumas afirmações ou observações aqui presentes resultam da sua experiência profissional, da sua observação sobre o trabalho desenvolvido por outras bibliotecas e do diálogo estabelecido com outros bibliotecários.

2.1 - Revisão da literatura

Um dos elementos chave para uma melhor compreensão das questões/problemas aqui abordados foi a revisão da literatura sobre o tema. Apesar da maior parte da bibliografia ser de origem anglo-saxónica, por motivos que se prendem com o domínio da língua inglesa, foram utilizados sobretudo textos em português, espanhol e francês. Se, por um lado, esta lacuna poderá limitar a investigação, por outro, poderá ser uma excelente oportunidade de, a partir dos trabalhos produzido em Portugal, Espanha e França dar voz a perspectivas alternativas e propor outra(s) leitura(s) da realidade. Não nos esqueçamos que o fenómeno da censura nestes países assume formas completamente distintas daquelas que os bibliotecários norte-americanos enfrentam. Sendo que essas diferenças se devem, justamente, a especificidades culturais, políticas e sociais.

Quanto a estudos relativos à censura e à liberdade intelectual nas bibliotecas portuguesas só foi possível sinalizar os trabalhos de Antonieta Vigário, a qual realizou estudos aprofundados sobre temática nos anos 90 do século passado para a realização de uma tese de mestrado e outra de doutoramento na Universidade de Sheffield. São ainda da sua autoria alguns artigos sobre as questões do direito de acesso à informação.

Em Espanha a produção respeitante à censura nas bibliotecas também é escassa não se tendo encontrado trabalhos específicos sobre o assunto relacionados com as bibliotecas espanholas. Foi possível, no entanto, localizar alguns textos que abordam o assunto de modo mais genérico.

Quanto à produção francesa existem inúmeros artigos sobre o assunto, nomeadamente a partir de meados da década de 90 do século XX, quando a Frente Nacional conotada com a extrema-direita ganhou a eleições em alguns municípios. A censura das colecções das bibliotecas desses municípios e a ingerência no trabalho dos bibliotecários pelos políticos ficou então tristemente célebre (KIBEE, 2004). Também em língua francesa destaca-se o livro *Censure et bibliothèques au XXe siècle* de Marie Kuhlmann, Nelly Kuntzmann e Hélène Bellour publicado em 1989, mas que continua a ser uma obra de grande importância para compreender o fenómeno da censura nas bibliotecas.

A pesquisa, recolha e selecção de bibliografia decorreu entre os meses de Outubro de 2009 e Agosto do ano de 2010.

2.2 – Problema investigado

Este inquérito teve como objectivo fazer uma descrição e análise do fenómeno da censura, das questões colocadas pela liberdade intelectual e dos problemas relacionados com a selecção de documentos nas bibliotecas públicas municipais portuguesas.

O presente estudo é representativo pelas seguintes razões: dimensão da amostra (56 bibliotecas o que corresponde a 30,43% do universo total), variedade de tamanho de bibliotecas envolvidas e cobertura geográfica.



Figura 1 – Distribuição geográfica das bibliotecas participantes por distritos, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Apenas são conhecidos dois estudos do género realizados em Portugal, ambos da já mencionada Antonieta Vigário. Um corresponde à sua tese de doutoramento, intitulada *Professional Ethics of information professionals : a Portuguese approach*. Segundo esta autora este trabalho incidiu sobre as bibliotecas públicas municipais portuguesas entre 1995-2000. Parte do estudo foi apoiado em 15 entrevistas a bibliotecários a trabalhar em empresas ou bibliotecas de tipologia variada (teste piloto) e, mais tarde, em 28 entrevistas a bibliotecários de bibliotecas públicas (14 estavam na RNBP e 10 não). Em 2001, a autora apresentou uma comunicação com os resultados dessa investigação no Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas com a comunicação *Direito de acesso à informação* em que concluía não existir censura nas bibliotecas públicas portuguesas.

O outro estudo corresponde a um inquérito lançado em 1995 pela Comissão de Ética para os Profissionais da Informação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Este inquérito foi enviado a 259 bibliotecas portuguesas das mais diversas tipologias (públicas, universitárias e especializadas - curiosamente o inquérito não foi respondido por nenhuma biblioteca escolar), tendo respondido 123 bibliotecas, das quais apenas 7 eram biblio-

tecas públicas. Os resultados deste estudo foram apresentados em 1995 num artigo elaborado por Antonieta Vigário então coordenadora da mencionada Comissão. O referido inquérito concluía que (VIGÁRIO, 1996, p. 58): “Da análise dos resultados pode concluir-se que há concórdância de opiniões face à defesa da liberdade intelectual, mas também se pode concluir que algumas respostas podem ser incoerentes uma vez que grande parte das pessoas inquiridas diz a um tempo que é a favor da liberdade intelectual e afirma que concorda com algumas afirmações que são censura.”

2.3 – Métodos e instrumento

Para a elaboração do inquérito foi utilizado um programa informático de construção e gestão de inquéritos on-line. Entre os vários programas deste tipo disponíveis na Internet optou-se pelo Questionpro², devido principalmente à simplicidade na sua utilização e à eficácia na gestão dos dados recolhidos.

Assinalam-se as vantagens que um inquérito on-line poderá ter face aos inquéritos tradicionais:

- O facto de não ser necessária uma equipa ou alguém para distribuir e recolher no terreno os inquéritos;
- A possibilidade do público, a quem se destina, poder responder ao mesmo a qualquer hora e em qualquer lugar.

Relativamente aos inquéritos que são enviados sob a forma de anexo, via correio electrónico, existem ainda outras vantagens:

- As pessoas respondem mais depressa a um questionário on-line do que a um questionário que têm que descarregar, preencher e voltar a enviar como anexo via correio electrónico.
- Um questionário on-line poderá dar também maior confiança no que diz respeito ao anonimato dos inquiridos.

Apesar de muitos destes programas oferecerem um pacote mínimo de funcionalidades gratuitas, a utilização de funcionalidades mais complexas, nomeadamente a inclusão de um elevado número de perguntas ou o tratamento dos dados, exige muitas vezes a aquisição de um “upgrade”.

² Consulte: <<http://www.questionpro.com/>>.

O inquérito foi composto por 25 perguntas, das quais 15 perguntas fechadas de escolha múltipla e 10 perguntas abertas. A utilização de perguntas fechadas permitiu determinar antecipadamente um conjunto de opções para cada pergunta, e deste modo recolher um elevado número de respostas uniformizadas cujos resultados puderam ser quantificados.

Por fim, os inquéritos foram tratados pelo próprio site Questionpro. Os dados foram posteriormente importados para o programa Excel do Office XP da Microsoft que foi utilizado para a construção dos gráficos.

2.4 – Universo e amostra

O universo do inquérito foi o das bibliotecas públicas municipais portuguesas da RNBP³, tendo ficado excluídas do estudo todas as outras bibliotecas municipais que não integram aquela Rede. À data do lançamento do inquérito, 8 de Março de 2010, pertenciam à RNBP 184 bibliotecas. O inquérito foi dirigido aos responsáveis das bibliotecas da RNBP.

³ No âmbito do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, o Ministério da Cultura, através da DGLB e dos organismos que a antecederam, tem vindo, desde 1987, a apoiar os Municípios na criação e instalação de bibliotecas. Em 2003, em colaboração com os respectivos governos regionais, este Programa estendeu-se aos municípios dos Açores e Madeira. Este programa tem como objectivo a criação de um biblioteca pública em cada um dos concelhos do país, assentado num acordo de responsabilidades formalizados através da assinatura de contratos-programas. Assim, o apoio da Administração Central traduz-se num trabalho conjunto entre técnicos da DGLB e das câmaras municipais, com início na fase de preparação de candidaturas. Os projectos, da responsabilidade das Câmaras Municipais, são elaborados de acordo com as orientações constantes do Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais da DGLB. Para além do apoio técnico, a DGLB apoia financeiramente os projectos. Em regra, o valor da participação é de 50% dos custos considerados elegíveis, no caso dos municípios do Continente, e de 30% no caso dos Açores e Madeira. Nestes contratos, para além das obrigações contratuais de ambas as partes, consignam-se as verbas a afectar às diferentes componentes: honorários das equipas projectistas, obra de construção civil, mobiliário e equipamento específicos, fundo documental inicial e informatização dos serviços. A receptividade do Programa tem sido extraordinária, com 184 bibliotecas inauguradas à data da elaboração desta tese. Acresce ao que anteriormente foi dito que a construção e organização das bibliotecas tem obedecido a um conjunto de orientações precisas, definidas em três programas-tipo, dimensionadas em função da população concelhia: BM1 para concelhos com população inferior a 20 000 habitantes, BM2 para concelhos com população entre 20 000 e 50 000 habitantes e BM3 para concelhos com população superior a 50 000 habitantes. Para as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira foram concebidos programas próprios devido à reduzida dimensão populacional de muitos concelhos. Consultar: <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/programaBibliotecas/Documents/Doc01_Programa%20de%20Apoio2009.pdf>.

Decidiu-se estudar as bibliotecas públicas e não outro tipo de bibliotecas pelos seguintes motivos:

- Natureza da sua missão: as bibliotecas públicas recebem e prestam serviços a um público muito heterogéneo (crianças, jovens, adultos, idosos, comunidades multiculturais, etc.), muitas vezes com necessidades e interesses antagónicos.
- É sobretudo nas bibliotecas públicas que são colocados os principais problemas éticos da profissão, nomeadamente aqueles que estão relacionados com a liberdade intelectual, a censura e o pluralismo das colecções;
- Pelo facto do autor deste trabalho ser responsável por uma biblioteca pública municipal e ser confrontado com os problemas suscitados pela selecção de documentos, a liberdade intelectual e a censura.

2.5 – Recolha de dados

Após a construção do inquérito, definição do universo e teste piloto junto de alguns bibliotecários, o inquérito foi lançado no dia 8 de Março e esteve activo até ao dia 8 de Abril.

Para obtenção dos endereços de correio electrónico dos inquiridos recorreu-se ao site da DGLB que disponibiliza uma lista dos contactos das bibliotecas da RNBP. Das 184 bibliotecas 182 possuíam endereços electrónicos. O inquérito foi enviado, por conseguinte, para 182 bibliotecas. De assinalar que 17 mensagens foram devolvidas. No total 19 bibliotecas não foram contactadas.

Após duas semanas, o inquérito tinha sido visualizado 82 vezes e tinham respondido 36 inquiridos. Procedeu-se, então, a um novo envio. Agradeceu-se aos que já tinham respondido e solicitou-se, uma vez mais, a colaboração dos bibliotecários que ainda não tinham respondido. Neste segundo envio, a 24 de Março, foram assinalados os e-mails devolvidos e procurou-se, quer através dos sites das bibliotecas quer através dos sites das respectivas câmaras municipais, verificar os endereços electrónicos em questão. Das 17 mensagens devolvidas 4 endereços não estavam conforme a lista da DGLB e foram corrigidos. Relativamente aos outros, não foi possível determinar, do modo já indicado, os endereços correctos.

No dia 7 de Abril, foi feito um último apelo aos bibliotecários através de correio electrónico, agradecendo a colaboração de todos e apelando aos que ainda não tinham respondido ao inquérito. Até esta data, o inquérito tinha sido visualizado 126 vezes e tinham respondido 52 bibliotecas.

Responderam 56 bibliotecas, tendo sido o inquérito visualizado 150 vezes. A amostra obtida foi de 30,43%. Todos os inquéritos foram considerados válidos. O tempo médio de resposta foi de 29 minutos.

Muitas perguntas obtiveram uma elevada taxa de respostas indefinidas, evidenciando uma atitude de não compromisso. Como afirma um dos inquiridos: “Quando respondo ‘Nem concordo nem discordo’ é por razões de protecção profissional.” Sabe-se que o tema deste trabalho pode estar sujeito a diversos condicionamentos de ordem moral e social, sendo o comentário em questão um excelente exemplo disso mesmo. Como observa Vigário (1996, p. 58): “ninguém diz declaradamente que é a favor da censura e porque, normalmente, o censor pensa: Eu sou contra a censura, mas neste caso concreto até concordo que...” É de supor, portanto, que muitas das respostas tenham sido dadas numa lógica de conveniência, ou dito de outro modo, tenham sido as “politicamente correctas”.

3 - Papéis da biblioteca pública

Definir a missão de uma organização é determinar qual, ou quais, os papéis que esta deve ter na sociedade. Trata-se, por outras palavras, de saber qual é a sua razão de ser, quais os seus clientes e o que espera a sociedade que ela faça. A missão de uma organização deve ir ao encontro da satisfação das necessidades (e expectativas) do cliente que a procura para utilizar um serviço ou comprar um produto. Por isso, é prioritário para qualquer organização estabelecer e definir a sua missão.

No caso português, o *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (1994) tem sido amplamente citado pelos bibliotecários da RBNP e é considerado por estes como o documento orientador do seu trabalho. Este é, na verdade, talvez o documento mais ambicioso e que melhor enuncia actualmente os princípios que devem caracterizar a actuação das bibliotecas públicas.

Ao longo dos anos as bibliotecas públicas têm vindo a assumir vários papéis. Estes vão desde da biblioteca-memória, preocupada basicamente em conservar o património escrito para as gerações futuras, passando pelo papel da biblioteca-estudo, suporte da vida académica e escolar; para chegar a outros papéis mais actuais e que pretendem responder aos novos desafios e necessidades das pessoas como, por exemplo: apoiar a formação ao longo da vida; ser um pólo de difusão cultural; constituir-se como lugar de encontro e fórum de debate; servir como centro de informação comunitária e de apoio ao cidadão para que este, de modo crítico e autónomo, possa usar a informação que necessita; ser uma possibilidade de ócio e de ocupação dos tempos livres...

A importância dada pelo bibliotecário a determinados papéis da biblioteca não é uma questão menor, a ênfase dada a cada um desses papéis pode determinar o posicionamento que bibliotecários, políticos e utilizadores têm quanto aos problemas colocados pela censura, liberdade intelectual e selecção de documentos controversos. Como observa Curry (1998, p. 67): “L’idée que l’on se fait de la mission des bibliothèques, publiques ou académiques, varie considérablement et on peut y voir un des facteurs les plus importants de la relation censure/bibliothèque.”

3.1 – Papel educativo

O papel educativo das bibliotecas públicas é normalmente associado à leitura. Apesar das tecnologias de informação e comunicação e dos novos suportes, como é o caso dos materiais audiovisuais, cada vez mais populares neste tipo de biblioteca, o livro continua a ter um lugar central e privilegiado na composição das colecções e é com base nele que se desenvolve grande parte das suas actividades e dos serviços prestados. São objectivos das bibliotecas públicas, portanto, entre outros, combater a iliteracia, promover a leitura e realizar actividades de animação cultural, visando a consolidação e a criação de novos públicos para o livro. Com este propósito recomenda a IFLA (1994) que as bibliotecas públicas devem, por um lado “criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância” e, por outro, possam “apoiar, participar e, se necessário, criar programas e actividades de alfabetização para os diferentes grupos etários”.

Num país onde as bibliotecas escolares eram raras e mal apetrechadas até ao final dos anos 90 do séc. XX⁴ as novas bibliotecas públicas municipais têm sido um incentivo ao sistema educati-

⁴ Em 1996 o Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Cultura decidiu criar o *Programa Rede de Bibliotecas Escolares*, tendo como objectivo principal a instalação de bibliotecas escolares nas escolas de todos os níveis de ensino. O *Programa Rede de Bibliotecas Escolares* tem por finalidade apoiar a criação e/ou desenvolvimento de bibliotecas escolares nas escolas públicas dos diferentes níveis de ensino. Cada BE/CRE (Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos) deverá ser entendida como um centro de recursos multimédia de livre acesso, destinado à consulta e produção de documentos em diferentes suportes, devendo dispor de espaços flexíveis e articulados, mobiliário e equipamento específicos, fundo documental diversificado e uma equipa de professores e técnicos com formação adequada. Além disso, pretende-se com estas bibliotecas que os jovens possam aprender a pesquisar, avaliar e utilizar a informação disponível e saber mobilizá-la na produção de novos conhecimentos, adquirindo competências que constituem o meio essencial para fazer face às rápidas mutações da sociedade, ao desenvolvimento científico e tecnológico acelerados que caracterizam o nosso tempo, à constante desactualização do conhecimento. Pretende-se, assim uma articulação entre a biblioteca escolar e a sala de aula num sentido de promover as literacias e melhorar a aprendizagem. Consultar: <<http://www.rbe.min-edu.pt/>>

vo, nomeadamente através do apoio técnico que prestam às bibliotecas escolares.⁵ No entanto, as actividades de promoção e animação da leitura das bibliotecas públicas municipais portuguesas têm estado muito focadas no público escolar. Os espaços de leitura destas bibliotecas são frequentemente salas de estudo ocupadas por estudantes e as actividades de promoção da leitura são normalmente dirigidas a crianças, com actividades em que a Hora do Conto ocupa um lugar central. Apesar de louváveis, tais actividades têm, sobretudo, um carácter lúdico, já que, por diversas razões, não parece haver uma estratégia concertada de formação de leitores críticos e autónomos. Por estes motivos, o papel educativo das bibliotecas públicas em Portugal tem estado muito ligado à escola e aos estudantes. Como assinala Lopes & Antunes (2000, p. 26) “[...] esta apropriação paraescolar da biblioteca pública não deixa de ser inquietante e de levantar sentimentos de perplexidade entre técnicos e decisores. Com efeito, deverá esta instituição assistir passivamente à sua progressiva escolarização, sobretudo tendo em conta os fraquíssimos níveis de leitura e requisição de obras não-escolares?” Numa altura em que através do *Programa da Rede de Bibliotecas Escolares* se conseguiu dotar uma grande parte das escolas com bibliotecas modernas esta situação parece não se ter alterado. Esta situação voltou a ser confirmada com Santos (2007, p. 118 e 122) em *A leitura em Portugal* a indicar que são os estudantes que mais frequentam as bibliotecas públicas. Recentemente, mais uma vez, num encontro sobre serviços bibliotecários para jovens, Nunes (2008) alertava para o seguinte: “O uso das bibliotecas pelos jovens é considerado marcadamente instrumental, e muitos bibliotecários queixam-se da escolarização das bibliotecas públicas.”

⁵ A Rede de Bibliotecas Escolares através do Ministério da Educação tem vindo nos últimos anos junto dos municípios a estabelecer protocolos no sentido de estes, através das suas bibliotecas municipais, garantirem apoio (técnico e financeiro) às bibliotecas escolares dos respectivos municípios. Deste modo, as bibliotecas escolares, sobretudo do 1º ciclo, têm vindo a receber um apoio decisivo das bibliotecas públicas municipais. Este apoio num número crescente de bibliotecas municipais tem dado origem ao chamado Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE). De entre as muitas funções que têm sido atribuídas ao SABE destacam-se as seguintes: apoiar as bibliotecas escolares, estimulando a sua criação onde não existam ou acompanhando o desenvolvimento das existentes; promover a articulação das bibliotecas escolares com as outras bibliotecas do concelho, procurando formas de cooperação e rentabilização de recursos; fornecer recursos físicos e de informação às bibliotecas escolares, nomeadamente às escolas de menor dimensão, e apoiar projectos específicos; prestar colaboração técnica às escolas no domínio da organização, gestão e funcionamento das bibliotecas escolares; participar na formação contínua dos profissionais envolvidos no serviço de bibliotecas escolares; apoiar o uso eficaz dos recursos, através do aconselhamento na selecção dos recursos ou no desenvolvimento do serviço de biblioteca. Estes novos serviços de apoio às bibliotecas escolares têm, no entanto, tido um efeito perverso no funcionamento das bibliotecas públicas municipais, a saber: no reforço junto da comunidade e dos autarcas do papel educativo da biblioteca pública, criando nestes a ideia que a bibliotecas municipais devem apoiar sobretudo os estudantes e, na sobrecarga de trabalho dos já reduzidos recursos humanos existentes nestas bibliotecas (CALIXTO, 2005, p.79; OLEIRO & HEITOR, 2010, p. 4-5), que poderiam ser canalizados para garantir serviços/actividades junto de outros sectores da comunidade que são, normalmente, preteridos face às novas solicitações escolares aqui apontadas.

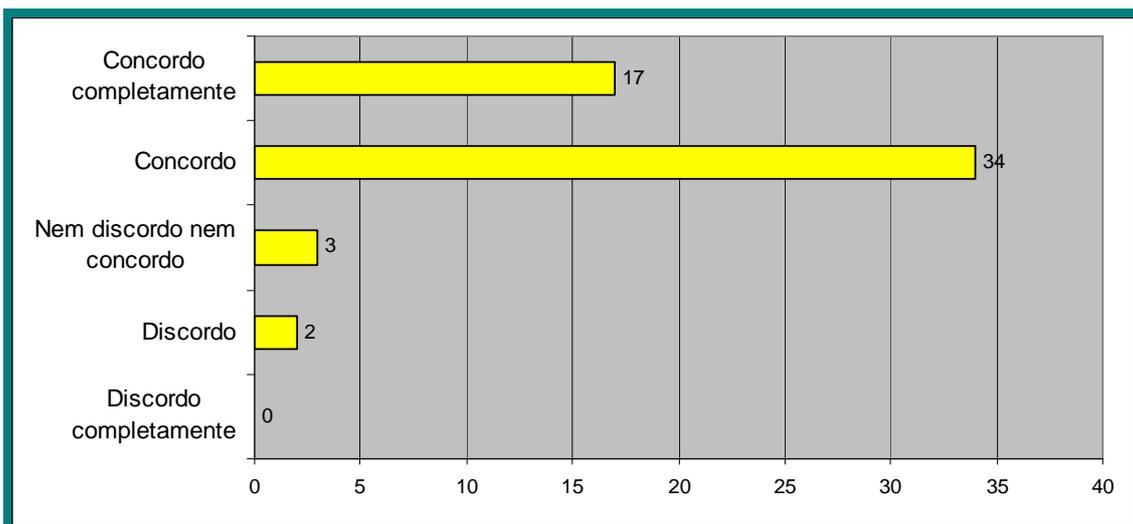


Figura 2 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel educativo.

Não obstante as queixas de alguns bibliotecários, que têm alertado para o fenómeno da escolarização das bibliotecas públicas municipais, a verdade é que a esmagadora maioria dos inquiridos (91,07%) continua a considerar importante, ou mesmo fundamental (30,35%), o papel educativo da biblioteca pública. Apenas 3,57% dos bibliotecários pensa que não é essa a sua principal função. Os restantes 5,36% não têm uma opinião formada sobre o assunto.

Relativamente à liberdade intelectual e à censura a ênfase dada ao papel educativo da biblioteca pode levantar problemas. Este é associado por muitas pessoas às crianças e jovens pelos motivos acima expostos. Para estas pessoas, que consideram que o principal objectivo da biblioteca é educativo, é inadequado (e muitas vezes inadmissível) que a biblioteca disponibilize materiais controversos que possam “perverter” a educação das crianças. Muitos pais recusam tudo aquilo que possam familiarizar as crianças com conceitos e ideias que consideram muito avançados para a sua idade ou pura e simplesmente não apropriados. Este papel ainda é mais reforçado junto da comunidade quando as actividades realizadas pela biblioteca municipal (na sua maioria dirigidas ao público escolar), bem como muitos dos serviços prestados a tornam numa espécie de prolongamento da biblioteca escolar.

3.2 – Papel cultural

Acompanhando a evolução da sociedade a preocupação inicial da biblioteca pública com educação expandiu-se e deu lugar a outros papéis, nomeadamente o cultural. Com este propósito recomenda a IFLA/UNESCO no *Manifesto sobre bibliotecas públicas* (1994) que as bibliotecas públicas devem “promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas” e “possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cul-

tural das artes do espectáculo”. Mas é na versão de 1972 da UNESCO (1999b) que podemos encontrar indicações mais precisas sobre o papel cultural destes equipamentos: “La biblioteca pública es, de un modo natural, el centro cultural de la comunidad, en el que se reúnen las personas que tienen intereses semejantes. Ha de poder disponer, pues, de los locales y el material necesarios para organizar exposiciones, debates, conferencias, audiciones musicales y proyecciones cinematográficas, tanto para adultos como para niños.”

Estas actividades são normalmente denominadas de extensão cultural ou de acção cultural e visam, entre outros, os seguintes objectivos (GARCÍA RODRIGUEZ, 2002, p. 289-290):

- Criar uma consciência colectiva do valor e importância da biblioteca como recurso informativo, documental e cultural, ou seja, criar vínculos entre a biblioteca e os seus utilizadores de modo a aumentar o prestígio da biblioteca junto da comunidade;
- Despertar a curiosidade e o desejo de visitar a biblioteca, ou seja, transformar a biblioteca num equipamento cuja utilização faça parte dos hábitos da população;
- Comunicar aos não utilizadores da biblioteca que esta não é apenas um lugar destinado à leitura e ao estudo;
- Reduzir as desigualdades culturais e educativas de alguns sectores da sociedade, especialmente daqueles que por motivos geográficos (zonas rurais ou subúrbios) ou razões económicas (pessoas carenciadas, desempregados, imigrantes, idosos, etc.) dificilmente têm acesso a bens culturais;
- Racionalizar ao máximo os recursos da biblioteca e demonstrar a sua utilidade social.

Com efeito, ocupar os tempos livres, promover actividades recreativas e desenvolver programas de dinamização cultural junto da comunidade faz parte das valências atribuídas actualmente às bibliotecas públicas. Estas, através da organização de actividades e da exploração das suas colecções têm oportunidade de se transformar em verdadeiros centros culturais e de contribuir para o desenvolvimento artístico das populações. Neste sentido, muitas são as localidades em Portugal em que a biblioteca municipal é um dos poucos, senão mesmo, o único ponto de acesso a bens e serviços culturais. Assim, podemos encontrar uma grande diversidade de actividades entre as quais se destacam: o empréstimo domiciliário de livros e documentos audiovisuais, permitindo que as pessoas possam ter acesso à literatura, ao cinema e à música; as actividades de promoção e animação da leitura que se traduzem, por exemplo, em encontros ou debates com escritores, bem como feiras do livro, comunidades de leitores, exposições ou espectáculos; o acolhimento de outras actividades, não necessariamente relacionadas com a leitura, de artistas ou grupos recreativos e culturais da comunidade que utilizam as instalações da biblioteca, nomeadamente auditórios e salas polivalentes para a realização de actividades diversas.

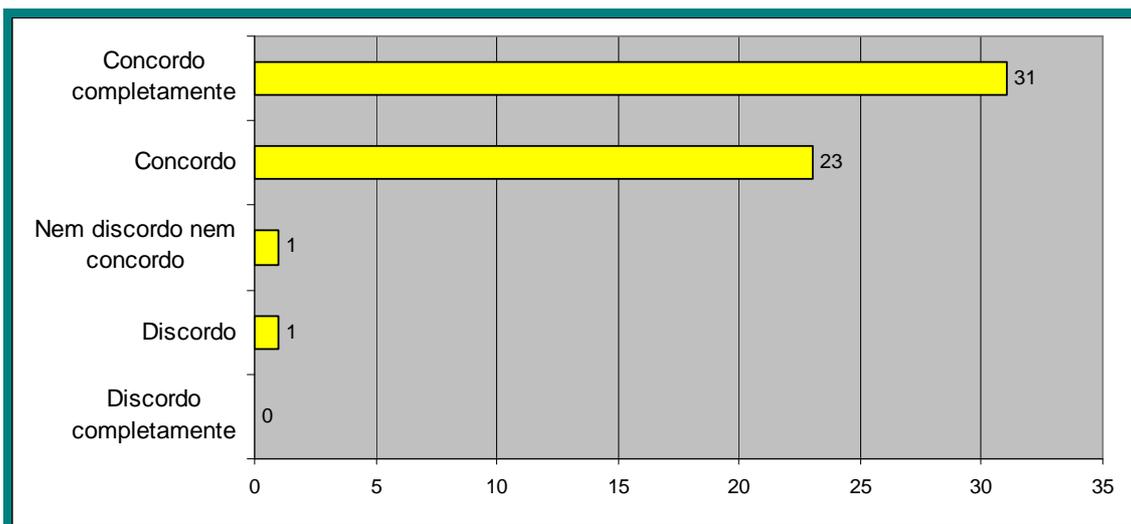


Figura 3 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel cultural.

É hoje consensual entre os bibliotecários portugueses que as bibliotecas públicas devem desempenhar um papel activo no desenvolvimento cultural das populações. Este facto é atestado com 96,42% dos inquiridos a concordar que o papel cultural da biblioteca pública é um dos seus principais papéis, sendo que 55,35 % dos bibliotecários reforçaram mesmo a afirmação concordando completamente com ela.

3.3 – Papel social

A leitura, a escrita, a expressão oral e o pensamento lógico-matemático são reconhecidas como competências que informam, comunicam e podem representar os fenómenos da existência humana e do mundo, e com as quais é possível produzir conhecimento para explicar e transformar a realidade. Tais competências são, além disso, condições básicas para poder exercer plenamente o direito à educação consagrado nos artigos 43.º, 73.º e 74.º da *Constituição da República Portuguesa*. (PORTUGAL, 2005).

De todas as competências anteriormente referidas a leitura desempenha um papel fundamental já que permite o desenvolvimento das restantes, tendo-se convertido não só num objectivo intelectual individual, mas também num bem colectivo indispensável para o desenvolvimento económico e social. Actualmente, na chamada sociedade da informação e do conhecimento a capacidade de ler e escrever tornou-se numa necessidade e num instrumento fundamental de desenvolvimento sócio-económico. E é evidente, que uma tal sociedade exige mais do que nunca uma sociedade de leitores.

Segundo Betancur Betancur (citada por Yepes Osorio, 2001, p. 8): “Por ello, la promoción de lectura que asuma la biblioteca pública contemporánea, debe ser orientada a la formación y consolidación de lectores críticos, autónomos y universales. Lectores que descubran en el acto de la lectura la posibilidad de recrearse, crearse, construirse, transformarse y transformar su entorno, pues un lector íntegro y múltiple accederá no sólo a la información producida por la humanidad en el transcurso del tiempo, sino, además reconocerá su propia información, la generada por su comunidad, y accederá a ella de manera autónoma, sin intermediarios, la comprenderá y lo que es más importante, sabrá qué hacer con ella, guiado por un mandato único: el de su propia conciencia.”

Todavía, pode haver informação sem leitura, ou seja, a informação atinge e abrange toda a sociedade, independentemente de esta ser formada por leitores ou analfabetos. A informação está relacionada com diversas circunstâncias e necessidades que actualmente condicionam a vida das pessoas face às transformações sociais, políticas e económicas e aos acelerados avanços científicos e tecnológicos. A biblioteca pública, ao permitir o acesso livre e gratuito à informação, oferece grandes possibilidades e apresenta-se como um lugar privilegiado para apoiar a cidadania. O papel social da biblioteca pública deve, por isso, conseguir através da informação que os sectores mais desfavorecidos da sociedade se reconheçam como portadores de direitos e deveres.

Mas estará a biblioteca a desempenhar convenientemente essa função? Conforme Almeida Júnior (1997, p. 91) as bibliotecas continuam muito distantes daquilo que as pessoas em geral fazem e desejam: “A população não nos reconhece como úteis socialmente. E sabem por quê? Porque, insistimos em não reconhecer a nossa verdadeira função social que não é apenas incentivar a leitura, mas trabalhar com a informação, levá-la àqueles que dela necessitam. Através dela, permitir que a população conheça seus direitos, saiba reivindicá-los, possua uma consciência social e política que possa transformar toda essa estrutura social.”

Como se vê o acesso à informação não passa necessariamente pela promoção da leitura. Porém, esta vertente tem sido pouco explorada por cá. Para além, dos serviços de informação à comunidade, outros serviços poderiam ser implementados. Sabe-se que as bibliotecas são pródigas, quer em actividades de animação e promoção da leitura quer em outras actividades culturais. Encontros com escritores, feiras do livro, exposições e espectáculos diversos são exemplos disso. Menos comum é vermos as bibliotecas públicas disponibilizarem espaços e incentivarem as pessoas da comunidade para debates, discussões e a defesa dos seus direitos. Um verdadeiro trabalho social poderia, nesse âmbito, ser desenvolvido pelos bibliotecários na e com a comunidade. Tratar-se-ia, de abrir a biblioteca não somente aos escritores e a outros artistas, mas de

promover o debate em torno de temas que afectam a vida das pessoas da comunidade. O que implicaria envolver múltiplos parceiros, tais como associações e entidades locais, membros influentes da comunidade e até políticos. Por outras palavras (BETANCUR BETANCUR, 2007, p. 21) a biblioteca deve: “Realizar programas de formación de opinión pública que posibiliten la generación y permanencia de espacios de encuentro, debate y discusión sobre temas de interés comunitario, sean estos problemáticas, propuestas, proyectos, planes, etc., que permitan una interlocución real de los diferentes actores de la comunidad.”

No entanto, transformar a biblioteca pública num fórum de ideias e de debate com o objectivo de produzir uma opinião pública informada e esclarecida não é uma tarefa fácil. Esta dimensão social da biblioteca não é vista com bons olhos por alguns como observa Almeida Júnior (1997, 61): “O amplo debate, a discussão, a troca de ideias propiciam o desenvolvimento de qualquer área do conhecimento. O entendimento e a compreensão levam, não obrigatoriamente, mas quase sempre, a uma postura mais crítica da realidade. No entanto, o poder, representado por aqueles que o detém, não está, obviamente, interessado em possibilitar a aquisição desse senso crítico, não está interessado em permitir que sejam criados mecanismos que redundem numa contestação à sua existência.”

Embora com outra perspectiva, Calixto (2005, p 71-72) chama a atenção para um importante papel social que, actualmente, desempenham as bibliotecas públicas da RNBP (nem sempre valorizado, porque não imediatamente perceptível), tendente à inclusão social, a saber:

- Disponibilizam a todos, sem excepção, e de forma gratuita, um conjunto de bens e serviços, que também são dirigidos aos mais pobres, entre os quais imigrantes e deficientes;
- Funcionam como um abrigo e lugar de encontro para membros da comunidade que sofrem de solidão e dificuldades económicas, como por exemplo, os idosos;
- Funcionam, por vezes, como ponto de encontro de imigrantes, que ali vêm valorizadas as suas culturas e organizam em conjunto com a biblioteca actividades que visam a sua integração;
- Oferecem através dos serviços de informação à comunidade apoio e orientação aos utilizadores para instituições sociais e outras entidades de apoio comunitário;
- Disponibilizam acesso gratuito à Internet e a outras tecnologias de informação e comunicação a pessoas que de outro modo não lhes teriam acesso;

- Oferecem através do Fundo Local⁶ oportunidade das comunidades locais descobrirem e valorizarem a memória colectiva e as suas raízes;
- Embora sejam poucas, algumas bibliotecas oferecem serviços bibliotecários itinerantes através de carrinhas às populações mais isoladas, que de outro modo, dificilmente, teriam acesso ao livro e à leitura.

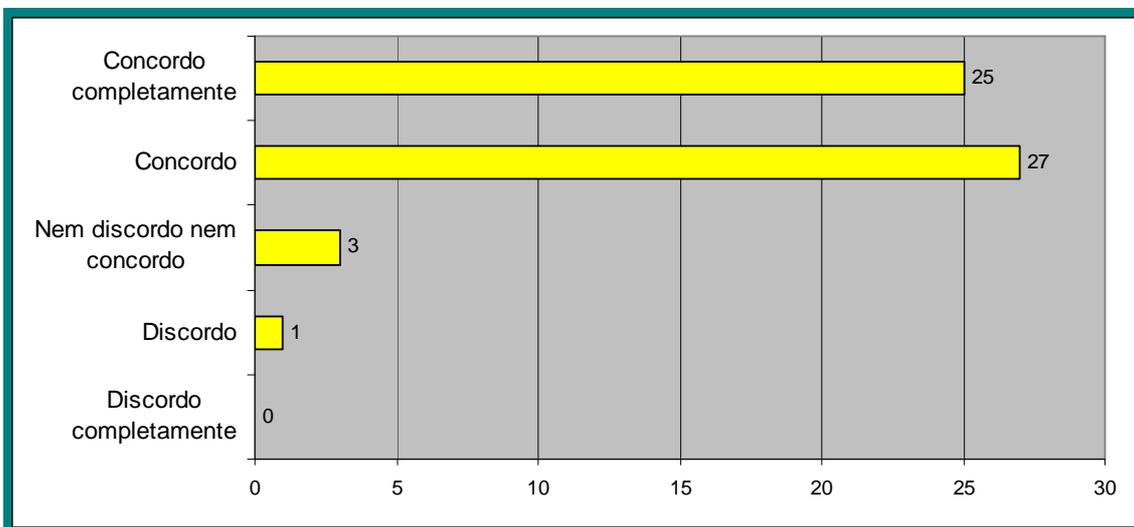


Figura 4 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel social.

Não obstante, os serviços das bibliotecas públicas municipais portuguesas serem predominantemente de natureza educativa e cultural, como já se teve oportunidade de verificar, a maioria dos bibliotecários (92,85%) reconhece que um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel social. Destes inquiridos, houve mesmo uma percentagem considerável (44,64%) que considerou esse papel crucial.

⁶ As bibliotecas públicas além de constituir um fundo documental pertinente, de natureza universalista e continuamente actualizado que sirva a comunidade, devem também como objectivo prioritário constituir colecções de interesse local designadas de Fundo Local. Este fundo é decisivo para a conservação da memória colectiva local e tem verificado nos últimos anos um crescente interesse da parte dos historiadores e dos utilizadores em geral. O Fundo Local é também um dos aspectos específicos das colecções das bibliotecas públicas. Estes recursos documentais de interesse local são muito específicos, reflectem a actividade de uma determinada comunidade e as características do concelho e da região em questão. O seu valor está exactamente no seu carácter único e no papel vital que desempenha para o conhecimento da memória colectiva da comunidade e, por conseguinte, da sua identidade. Sendo esta uma colecção irrepetível em outras bibliotecas, torna-se o bem informativo mais precioso que as bibliotecas públicas podem oferecer ao mundo globalizado da Internet. Estes fundos encerram pequenas partes da história nacional e, no seu conjunto, constituem a imagem mais aproximada que podemos ter daquilo que somos como povo.

3.4 – Papel informativo

Apesar de forte, a visão da biblioteca pública como instituição dedicada à educação e à promoção e animação da leitura tem dado lugar à criação de serviços destinados a outros sectores da população que não os estudantes. Em Portugal, a prevalência de serviços e actividades dirigidas às escolas, já aqui assinalada, faz com que a maioria das necessidades e expectativas dos cidadãos em matéria de informação não sejam contempladas pelas bibliotecas. Perante este cenário, as bibliotecas têm tentado reorientar as suas funções de modo a conseguir responder às necessidades de informação da sua comunidade, especialmente da população adulta. Por isso, neste novo modelo de biblioteca adquire particular importância tudo o que está relacionado com a integração da comunidade. A biblioteca pública deixa de ser uma instituição isolada que oferece serviços apenas àqueles que a procuram para passar a ter um papel activo na vida comunitária, colaborando também com as organizações e grupos existentes na localidade. Por outro lado, a biblioteca pública não pode desempenhar apenas um papel cultural e educativo, mas deve, para além destas funções ditas tradicionais, desenvolver novas valências e tornar-se num grande centro de informação para a comunidade local, favorecendo a participação dos cidadãos na vida em sociedade.

Neste sentido, o *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (1994) define estas como: “o centro local de informação” e entre as funções que lhe são atribuídas estão as de “assegurar o acesso aos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local” e de “proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse”.

À luz desta visão, as bibliotecas começaram a ter em conta, entre outras questões, as necessidades informativas dos seus utilizadores (adultos) relacionadas com a vida quotidiana e o exercício da cidadania, bem como com aspectos relacionados com o desenvolvimento social e económico da comunidade. Para ir ao encontro destas novas necessidades de informação as bibliotecas têm criado serviços específicos, entre esses serviços destaca-se o chamado Serviço de Informação à Comunidade⁷. Este é considerado um dos serviços que melhor preenche o papel informativo da biblioteca pública junto das comunidades em que está inserida e pode ser definido, segundo Matthew (citado por COSTA, 2004, p. [2]), como um serviço que ajuda os indivíduos e grupos a resolver problemas do dia-a-dia e a participarem activamente no processo democrático. Este serviço deve concentra-se nos problemas mais importantes que as pessoas têm que enfrentar, problemas relacionados com as suas casas, os seus empregos e os seus direi-

⁷ Embora recentes, entre nós, os serviços de informação à comunidade inspiram-se nos “Community Information Center” que surgiram nas bibliotecas públicas anglo-saxónicas nos anos 70 do século XX.

tos. Vemos aqui, portanto, uma oportunidade extraordinária das bibliotecas captarem utilizadores que habitualmente não as frequentam, de alargar a sua esfera de influência e de se afirmarem junto do poder político. Como observa Lozano Díaz (2002, p. 448): “En esta sociedad de la información y del conocimiento, la información local, aquella que informa sobre nuestro entorno, territorio y población se convierte en información con valor estratégico para ciudadanos, entidades, empresas e incluso para la propia administración de la cual depende la biblioteca pública, normalmente los Ayuntamientos.”

Se bem que esta ideia goze de aprovação entre os bibliotecários portugueses a verdade é que estes serviços ainda são raros e resumem-se, infelizmente, na maioria dos casos, à mera presença nos átrios das bibliotecas de alguns materiais de divulgação cultural e turística (COSTA, 2004, p. [5-6]). Na origem desta situação podem estar várias razões, entre as quais se destacam a falta de tradição na prestação destes serviços pelas nossas bibliotecas, o que leva os utilizadores a não procurar a biblioteca para obter informações relacionadas com problemas específicos da vida diária; mas também o facto de estes serviços serem exigentes em recursos humanos especializados e qualificados, os quais continuam a ser insuficientes em muitas bibliotecas (CALIXTO, 2005, p. 74).

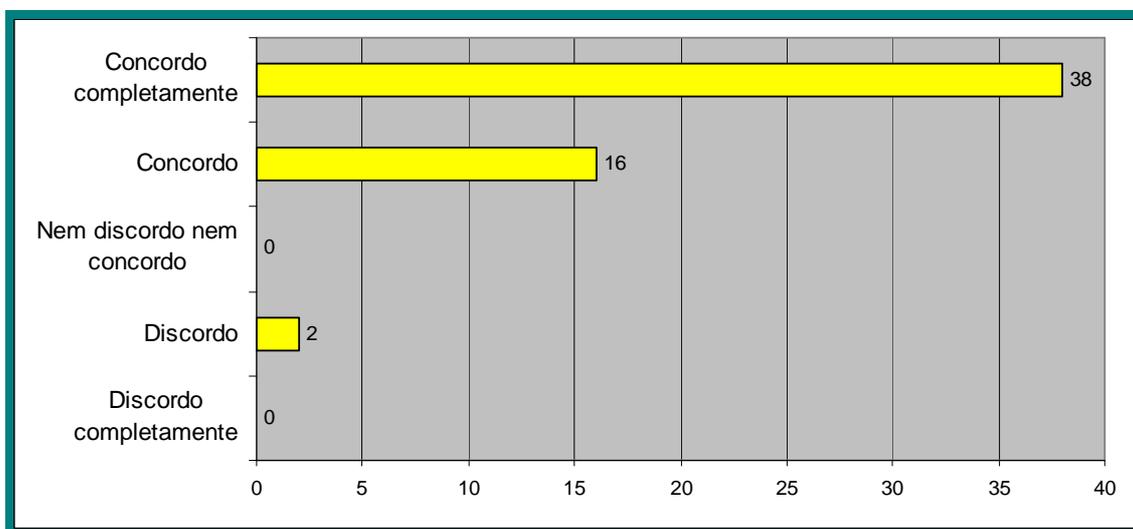


Figura 5 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel informativo.

Embora 96,43% dos bibliotecários tenham considerado que o papel informativo da biblioteca pública é importante, ou mesmo muito importante (67,85%), parece que os inquiridos fizeram uma interpretação mais abrangente deste papel. Admite-se, pois, que as respostas tenham sido dadas mais a pensar na biblioteca pública como uma instituição que, genericamente, permite o acesso à informação, e não tanto como um centro de informação local como acima foi descrito.

3.5 – Papel político

A maioria das pessoas associa a política aos políticos, aos partidos, ao governo, à demagogia, às eleições... À luz do que se acabou de dizer, muito provavelmente, a maioria dos bibliotecários deve pensar que não têm responsabilidades políticas e que nem pode nem deve intervir politicamente. Afinal, a principal função do bibliotecário é promover e incentivar a leitura. Além disso, os bibliotecários são profissionais neutros, imparciais e apolíticos.

Três elementos sustentam o papel político das bibliotecas públicas: a promoção da leitura, o acesso local à informação e a liberdade intelectual.

Começemos pela promoção da leitura. Parece consensual que uma sociedade da informação e do conhecimento, como hoje é conhecida a nossa sociedade, implique uma sociedade de leitores. Neste sentido, aprender a ler e a escrever é, antes de mais, aprender a ler o mundo e aprender a compreender o seu contexto, não através da manipulação repetitiva das palavras, mas através de um processo dinâmico e dialéctico em que a linguagem e a realidade se articulem. Quer isto dizer que a promoção da leitura deve ser capaz de criar leitores autónomos e críticos. Como observa Yepes Osorio (2007, p. 13): “La lectura, hoy en día reconocida como una acción social de trascendencia en países ricos y pobres, debe ayudar a una construcción política, al destierro del analfabetismo político, y por esa vía abrirse paso como uno de los derechos fundamentales de los individuos.” Estamos perante uma concepção da leitura que pretende dotar os indivíduos de uma maior consciência política. A leitura torna-se, então, uma actividade emancipadora, um instrumento essencial para que os indivíduos se possam reconhecer como cidadãos, isto é, como detentores de direitos e deveres. Concepção completamente distinta daquela que vê a leitura como uma actividade recreativa ou relacionada com a aprendizagem e aquisição de conhecimentos e que, em boa verdade, é aquela que predomina nas múltiplas actividades de animação da leitura que por cá se fazem. Ainda segundo o mesmo autor (2007, p. 15): “El papel que desempeña la lectura en este nuevo rol, es el de formar disidentes políticos que ingresen a la categoría de ciudadanos conscientes de sus deberes, con argumentos para procurarse sus derechos y con la posibilidad de participar en la conformación de un bienestar común ayudado por criterios éticos y con una opinión pública formada.”

Outro aspecto da dimensão política do trabalho das bibliotecas públicas prende-se com o acesso local à informação. Enquanto serviço público a biblioteca pública é um serviço aberto a todos com um papel fundamental na recolha, organização e tratamento da informação. Neste âmbito, as bibliotecas públicas têm uma particular responsabilidade, quer na recolha de informação local (Fundo Local) quer na criação de serviços capazes de oferecer informação específica, para que as pessoas, no seu dia-a-dia e na relação que estabelecem com as diversas instituições, possam

conhecer e exercer os seus direitos e deveres (Serviço de Informação à Comunidade). Estes aspectos são de enorme importância, já que são eles que irão determinar, em boa parte, o tipo sociedade que os bibliotecários querem construir. “El compromiso de la biblioteca pública con el desarrollo local se sustenta en que esta es una institución que, desde sus prácticas culturales, sociales y educativas, tiene un fuerte matiz político que normalmente no es reconocido y ejercido por el bibliotecario. Este matiz político al que me refiero, lo pueden o deben generar los aportes que la biblioteca pública haga a los procesos de participación ciudadana o comunitaria; a la formación de actitudes positivas en los individuos y grupos, en relación con lo colectivo, lo público, lo común; a la posibilidad de motivar a los individuos para que transformen su papel de espectadores y se conviertan en protagonistas de los procesos de desarrollo de su comunidad, desde proyectos colectivos que articulen recursos y actores en un territorio determinado.” (BETANCUR BETANCUR, 2007, p. 59-60)

Finalmente, a dimensão política da liberdade intelectual. Garantir o pluralismo das colecções e defender o livre acesso à informação com o objectivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e transparente é tudo menos uma atitude neutral, imparcial e apolítica. Esta dimensão, embora nunca nomeada, está bem patente no tão citado *Manifesto da UNESCO/IFLA sobre as bibliotecas públicas* (1994), em que logo na sua abertura se constata que a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade são valores fundamentais. Para logo a seguir ser feito um apelo, a bibliotecários e educadores que tais valores: “Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.”

Mas se todos os manifestos, declarações e outras recomendações apontam para uma biblioteca pública mais interventiva na comunidade, está intervenção só é possível se os bibliotecários se reconhecerem também como actores políticos. Ou não serão a defesa dos direitos humanos, o combate à censura ou a promoção da cidadania, por exemplo, acções políticas? Neste sentido, vale a pena lembrar o *Manifesto da IFLA sobre transparência, bom governo e ausência de corrupção* (IFLA, 2005b). Naquele que é, até ao momento, um dos seus manifestos mais políticos, a IFLA lembra que a biblioteca é uma instituição necessária ao exercício da democracia, que deve ajudar na defesa dos direitos civis, na promoção da cidadania e no combate à corrupção. Como refere a IFLA (2005b): “A corrupção solapa os valores sociais básicos e a confiança nas instituições políticas, e ameaça o império da lei. Ela cria um ambiente para os negócios em que só o corrupto triunfa. Ela atrapalha o trabalho científico e a pesquisa, enfraquece o papel das profissões e obstrui a emergência da sociedade do conhecimento. É uma das maiores contribui-

ções para o aparecimento e prolongamento da miséria humana e a inibição do desenvolvimento. A corrupção é mais bem sucedida sob condições de segredo e ignorância geral.” Mas aquele organismo vai ainda mais longe, e pede às bibliotecas, que através da suas colecções e dos diversos serviços que prestam à comunidade informem os cidadãos sobre os seus direitos e garantias, ofereçam materiais sobre assuntos filosóficos, sócio-económico ou políticos, que promovam o debate em torno destes temas e que, em parceria com outras entidades que lutam pela liberdade intelectual e pelos direitos humanos, aconselhem, promovam e denunciem todas as formas de corrupção e manipulação da informação.

Ainda a propósito da liberdade intelectual. Se a Internet e outras tecnologias de informação constituem uma grande oportunidade para o desenvolvimento e a liberdade das sociedades, também é certo que a informação é hoje alvo de um controle e manipulação cerrados da parte de governos e grupos económicos diversos. Os meios de comunicação social tornaram-se mais poderosos do que nunca e o seu alcance é global e escapa, por isso mesmo, à soberania dos Estados. Por outro lado, as empresas e os governos quando pretendem afirmar o seu poder contratam agências de informação, a fim de criar um ambiente favorável aos seus interesses, e usam as tecnologias de informação e os meios de comunicação social para influenciar a opinião pública. Acresce a esta situação, a globalização e a concentração de múltiplas empresas ligadas à comunicação e às indústrias culturais⁸ que condicionam, cada vez mais, o que vemos, escutamos e lemos (MAGÁN WALLS, 2005). Como se vê, o perigo da monopolização e uniformização dos conteúdos culturais e da informação é bem real, e estes grandes grupos de comunicação, como se presume, são movidos, antes de mais, por interesses económicos e não propriamente por uma reflexão crítica sobre as desigualdades de classe, de origem ou de género. Para estes grandes grupos de comunicação (mas também para os governos), o livre acesso à informação, a liberdade de expressão ou o incentivo ao debate e à reflexão crítica são perigosos quando o objectivo é formar trabalhadores, consumidores ou cidadãos dóceis e submissos. Face a este cenário, em que a liberdade intelectual parece ameaçada e a censura assume formas subtis, tão

⁸ A expressão “indústria cultural” surgiu, nos anos 40 do século XX, proposta por Adorno e Horkheimer para evidenciar as consequências da massificação do consumo de bens culturais com objectivo de satisfazer as necessidades de lazer das populações. Segundo Adorno e Horkheimer a indústria cultural é a banalização da arte e a sua distribuição pelos meios de comunicação de massa manipuladores e aniquiladores da consciência e do pensamento crítico humano. Assim, a partir do condicionamento dos indivíduos a indústria cultural consegue não apenas atingir os resultados pretendidos pelos grandes grupos económicos que detém as indústrias culturais, mas também estabelecer uma uniformização dos gostos. Através da indústria cultural as pessoas conformam-se com as suas existências, apegando-se a futilidades como forma de alívio da tensão, mesmo inconscientemente. São exemplos de manipulação ideológica, segundo Adorno e Horkheimer: o cinema, os romances de folhetins, os espectáculos de televisão dirigidos às famílias, as rubricas de horóscopo, o correio sentimental, etc. Aparentemente inofensivos esses produtos e os conselhos que resultam de seu consumo visam condicionar os indivíduos e reproduzir a ideologia dominante.

subtis que parece não fazer sentido falar dela (pelo menos nas sociedades ditas democráticas), o potencial político das bibliotecas públicas é imenso. Como observa Robison (2001, p. 49-50): “¿Por qué está el desarrollo de las bibliotecas públicas restringido a Occidente? Obviamente porque las bibliotecas públicas son instituciones inherentemente peligrosas o, al menos, tienen el potencial para serlo. Esto significa que ellas son contrarias a los intereses gubernamentales. Pocos gobiernos, bien sean locales, estatales o nacionales, se sienten cómodos con la libertad de información. [...] Y eso es suficiente para sumir en el pánico a cualquier persona que ocupe un cargo público.”

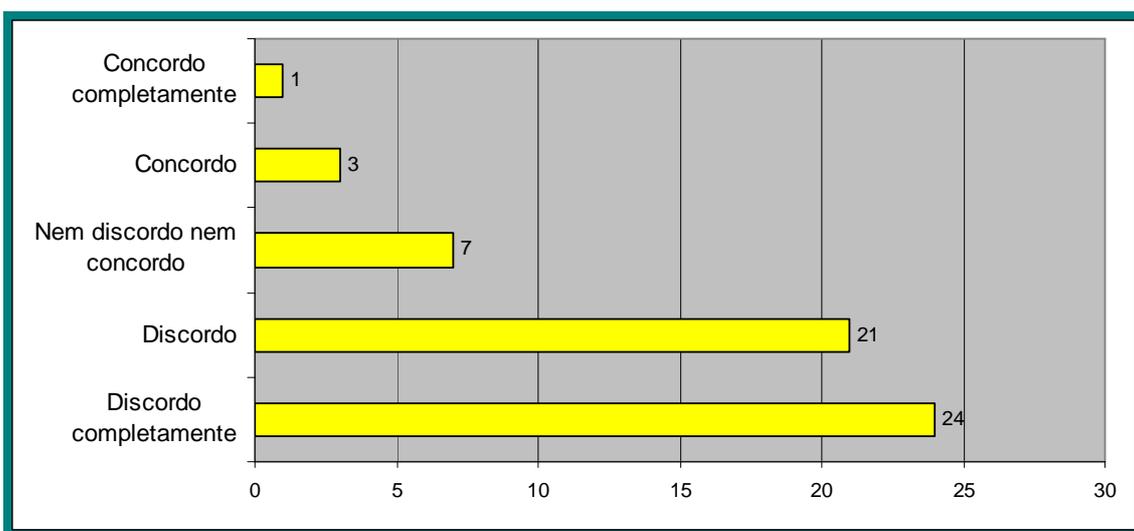


Figura 6 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel político.

Não obstante a apresentação de alguns elementos que justificam e sustentam o papel político da biblioteca pública, a acção política parece estar muito longe das preocupações dos bibliotecários portugueses. Com efeito, apenas 7,15% dos inquiridos reconheceram que a biblioteca pública pode desempenhar um papel político importante junto da comunidade. Os restantes 80,36% dos bibliotecários opuseram-se a qualquer intervenção política da parte da biblioteca, com 42,85% daqueles a discordar completamente com tal intervenção. A recusa generalizada em atribuir este papel à biblioteca pública suscitou alguma perplexidade. Como se pode interpretar esta rejeição tão acentuada? Será que a expressão “papel político” se confundiu com “papel partidário”?

4 – Gestão e desenvolvimento de colecções: princípios gerais

O acervo de uma biblioteca é um dos seus aspectos fundamentais, senão mesmo o mais importante. É nele que estão (ou deveriam estar) “pendurados” todos os serviços da biblioteca, porque é graças a ele que a biblioteca pode responder às necessidades de informação da comunidade.

As bibliotecas públicas devem possuir, em virtude da sua missão, colecções que de forma equilibrada cubram todas as áreas do saber e reflectam os diversos pontos de vista, abordagens e opiniões presentes na sociedade. As colecções devem ser enciclopédicas e pluralistas. Mas enciclopedismo e pluralismo têm significados diferentes. Gautier-Gentès (1998, p. 64) propõe as seguintes definições:

“Une encyclopédie, c'est ‘tout le savoir du monde’ en quelques volumes ou sur un support audiovisuel. L'encyclopédisme, c'est, selon l'acception la plus courante, l'ambition de convoquer tous les savoirs sur tous les sujets. Incluons dans les ‘savoirs’, entendus comme modes d'appréhension du monde, les diverses formes de la création littéraire.”

“Le pluralisme est d'un autre ordre. Le pluralisme est à l'encyclopédisme ce que la qualité est à la quantité. Si l'encyclopédisme c'est tout sur tous les sujets le pluralisme, c'est toutes les façons d'approcher ‘tous les sujets’, de les traiter, d'en rendre compte. Toutes les façons méthodologiques, philosophiques, idéologiques, etc.”

Enquanto o enciclopedismo visa reunir e convocar, por assim dizer, todas as áreas do conhecimento, o pluralismo pode ser entendido como a “qualidade” e “profundidade” desse enciclopedismo. Nesse sentido, pluralismo significa oferecer, através das colecções, uma visão eclética e multifacetada da realidade (política, social, cultural, económica, etc.). E a realidade na sua riqueza inesgotável é atravessada, evidentemente, por contradições, incertezas e extremismos.

Consciente da responsabilidade representada pela constituição dos acervos das novas bibliotecas públicas municipais, a DGLB conta com directrizes, relativamente à constituição de fundos mínimos de referência e respectivas tipologias documentais, fixadas no *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais* (DGLB, 2009). Documento insuficiente, já que este apenas estabelece a quantidade de documentos do fundo inicial e a respectiva actualização anual.

A existência de uma política escrita de gestão de colecções pode constituir uma excelente ferramenta de trabalho no sentido da defesa da liberdade intelectual e, por conseguinte, no combate à censura. A necessidade da defesa do pluralismo das colecções e dos valores democráticos subjacentes à missão das bibliotecas públicas são metas que só podem ser alcançadas se os bibliotecários forem capazes de assumir que a leitura pode ser emancipadora, e não uma actividade meramente recreativa como sucede actualmente em muitas bibliotecas públicas municipais.⁹

⁹ Hoje, vêem-se muitas bibliotecas municipais a orientar os seus serviços para actividades meramente recreativas, seja através da animação da leitura como a inevitável hora do conto seja através de eventos culturais como as exposições

Infelizmente, muitas das nossas bibliotecas públicas municipais carecem de documentos deste tipo, e a resistência dos bibliotecários em dar a conhecer claramente quais os critérios por si usados na selecção e aquisição de documentos são preocupantes.

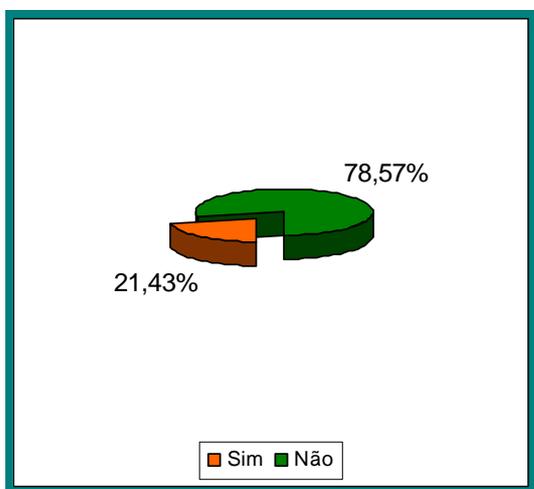


Figura 7 – A sua biblioteca dispõe de uma política escrita de gestão e desenvolvimento de colecções?

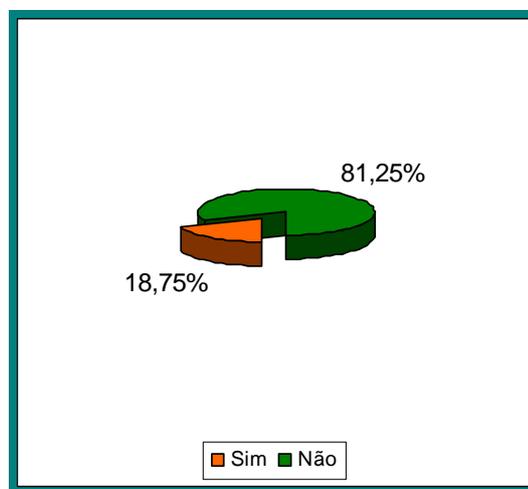


Figura 8 – A política escrita de gestão e desenvolvimento de colecções da sua biblioteca está disponível ao público para consulta?

Dos 56 bibliotecários que responderam ao inquérito 21,43% (12) declararam que sua biblioteca possui política escrita de gestão e desenvolvimento de colecções. Todavia, destes 21,43% (12), apenas 18,75% (3) admitiram que o documento em questão está disponível ao público para consulta. Quais as razões que leva um tão grande número de bibliotecas que dizem ter uma política escrita de gestão de colecções a não divulgar os critérios usados na constituição do seu acervo?

Tendo como base algumas teses de Curry (1999b, 1998), tecem-se de seguida algumas considerações a propósito da importância da liberdade intelectual e da sua defesa a partir das colecções.

As bibliotecas públicas prestam serviços aos utilizadores em espaços que são públicos e abertos a todos os membros da comunidade e onde o seu acervo está ao alcance de todos. Ao contrário

bibliográficas ou as palestras com escritores. Temos neste afã lúdico os escaparates das bibliotecas invadidos por literatura *light*, livros de auto-ajuda, *best-sellers* inclassificáveis e um sem número de outros documentos de qualidade duvidosa mas de grande popularidade. Para além disto, a escolarização tomou conta de parte dos serviços e actividades das bibliotecas municipais que se vêem actualmente confrontadas com as solicitações permanentes das bibliotecas escolares. Exceptuando o público escolar (alunos e professores), os estudos (SANTOS, 2007, p. 118 e 122) apontam que grande parte dos activos (aproximadamente 88%) não frequenta estes equipamentos. Presume-se, por isso, que grande parte dos adultos não se revê nem encontra nas bibliotecas municipais portuguesas resposta às suas necessidades de informação.

de outros serviços, nomeadamente aqueles que são disponibilizados em privado por médicos ou advogados nos seus gabinetes, os serviços numa biblioteca pública são de acesso livre e universal e os “bens” disponibilizados (o fundo documental) estão à disposição e à vista de todos. O utilizador de uma biblioteca pública seja uma criança, um jovem ou os seus pais podem facilmente ver e consultar materiais que, não sendo do seu interesse, podem ser do interesse de outras pessoas. Por isso, alguns utilizadores podem protestar e alegar que a presença de determinados materiais na biblioteca é prejudicial para si ou para outros. No entanto, as colecções das bibliotecas públicas devem reflectir a diversidade de pontos de vista e estilos de vida presentes na sociedade e são uma oportunidade de mostrar à sociedade que o pluralismo é um dos fundamentos da democracia.

As bibliotecas públicas são instituições complexas porque são financiadas pela “comunidade” através dos seus impostos, mas os seus serviços são dirigidos às pessoas em particular. Pessoas que consultam ou requisitam os materiais disponíveis nas estantes, que estudam nas salas, que consultam a Internet nos computadores da biblioteca... A natureza simultaneamente comunitária e individual dos serviços prestados pelas bibliotecas públicas conduz à pergunta: A quem pertence afinal o edifício e o fundo documental da biblioteca? Esta pergunta não é de fácil resposta se a colocarmos num contexto mais vasto que não o legal.

Obviamente, edifício e fundo documental são propriedade à luz da lei dos municípios. No entanto, os cidadãos em geral, e os munícipes em particular poderão reclamar e entender que a biblioteca municipal é um equipamento comunitário ao serviço de todos, que existe e funciona graças aos seus impostos.

Com efeito, a biblioteca pública é muitas vezes apontada como uma instituição ao serviço dos ideais democráticos. Esta missão depende, no entanto, da concepção que as tutelas têm de democracia. As bibliotecas públicas municipais são, neste aspecto, muito sensíveis às mudanças políticas e aos humores dos políticos do momento. Para alguns políticos, “democracia” significa que os funcionários e os serviços municipais devem ir ao encontro do programa eleitoral e dos objectivos estratégicos definidos pelo executivo camarário. Neste sentido, os equipamentos e serviços camarários (incluindo a biblioteca) são “propriedade” do executivo que ganhou as eleições. Para estes políticos é natural dar orientações ao bibliotecário solicitando a retirada de determinados materiais contrários ao seu programa eleitoral e às suas convicções políticas e morais. Evidentemente, que um bibliotecário confrontado com pressões deste tipo argumentará que as bibliotecas públicas estão ao serviço de todos os cidadãos. Todavia, o homem político pode sempre alegar que foi eleito para representar os cidadãos e, por conseguinte, em nome do povo que o elegeu, tem legitimidade para decidir que tipo de materiais a biblioteca deve ou não

oferecer à comunidade. Mas terá esse político de facto legitimidade para representar toda a comunidade, ou apenas aqueles que nele votaram? Será a democracia a lei da maioria? E se for, será que o fundo documental da biblioteca pública deve reflectir as ideias dessa mesma maioria? E os membros dessa maioria têm o direito de excluir as ideias das minorias da biblioteca? Não nos esqueçamos que quem governa é muitas vezes eleito com menos de 50% dos votos. E convenhamos que, mesmo 50% dos votos não dá o direito de falar em nome de todos!

A tese oposta afirma que a democracia só existe quando dá a cada um a liberdade de exprimir a sua opinião. À luz desta concepção de democracia a biblioteca pública pertence a todos os membros da comunidade e não apenas aos políticos eleitos e aos seus simpatizantes. Não deve ser um instrumento de poder e manipulação da informação nas mãos dos políticos, mas deve oferecer serviços diferenciados, sem qualquer tipo de discriminação, a todas as pessoas e garantir o pluralismo das colecções.

A noção de “mundo comum”, usada por Hanna Arendt, aplicada às bibliotecas públicas pode nesse sentido elucidar a importância do pluralismo nas colecções e de como, estas, podem ser um instrumento de defesa da democracia e de promoção da cidadania. Não sacrificar estes valores a favor de interesses particulares, individuais ou corporativos são desafios que muitos bibliotecários enfrentam diariamente no exercício das suas funções.

Para Arendt (2001, p. 67) a noção de “mundo comum” não corresponde à terra ou à natureza como algo limitado no espaço e no tempo. O “mundo comum” está relacionado com um mundo de coisas fabricadas pelo homem, com artefactos e produtos, com os negócios e as actividades realizadas entre os que, em conjunto, habitam e partilham este mundo feito pelo homem, e a que muitos chamam de cultura.

Deste modo, segundo Arendt (2001, p. 67): “Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se sentam em seu redor; pois, como todo o intermediário, o mundo, ao mesmo tempo, separa e estabelece uma relação entre os homens.”

Um mundo assim constituído é, portanto, um mundo construído por todos, que supõe a participação de todos e, por conseguinte, obriga a uma pluralidade de pontos de vista. À noção de “mundo comum” pode-se fazer corresponder a noção de “acervo comum”. Ora, um tal acervo dará “voz” às diversas abordagens e perspectivas, muitas vezes antagónicas, sobre um determinado assunto, integrando documentos muitas vezes controversos. Eis as condições necessárias para uma sociedade democrática. Eis as condições necessárias para uma biblioteca pública.

No entanto, o “mundo comum” (ou o “acervo comum” da biblioteca) não é uma realidade dada de uma vez por todas, isto é, não se trata de uma realidade transcendente que se impõe do exterior aos indivíduos e aos grupos. Pelo contrário, sendo o “mundo comum” um mundo histórico ele apresenta-se como um horizonte de possibilidades sempre aberto às perspectivas e às necessidades de novos grupos. Longe de ser contraditório com a existência de grupos portadores de pontos de vista diferentes e contraditórios, a ideia de “mundo comum” supõe essa mesma diversidade. Em suma, a noção de “mundo comum” apenas tem sentido quando respeita as diferenças e os diversos pontos de vista. Mas o mais interessante é que o “mundo comum” deve a sua existência à participação de todos os indivíduos e ao reconhecimento das suas diferenças. Arendt esclarece (2001, p. 72): “Pois, embora o ‘mundo comum’ seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares, e o lugar de um não pode coincidir com o do outro, da mesma forma que dois objectos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço. Ser visto e ouvido por outros é importante pelo facto de que todos vêm e ouvem de ângulos diferentes.”

Nessa medida, Arendt aponta para a ideia do perigo que existe por detrás do conformismo social e na ideia de uma verdade supostamente universal. O espaço público, ao qual Arendt também chama “mundo comum”, opõe-se a uma sociedade homogénea porque, como já se viu, o “mundo comum” é por definição comum e público e, por conseguinte, no seu interior devem coabitar perspectivas diferentes. É por isso que ninguém nem nenhum grupo possuem a verdade ou têm o direito de reclamá-la só para si. Mais uma vez, à luz desta concepção, uma colecção censurada é uma colecção onde não há lugar para determinados pontos de vista, seja através da retirada das estantes de documentos considerados controversos seja através da sua não aquisição. O que conduz à uniformização das colecções, onde cada vez mais abundam materiais produzidos pelos grandes grupos editoriais e de comunicação, em detrimento de outros, menos comerciais e superficiais, impondo assim, gradualmente, uma visão da realidade parcial e limitada. Ou seja, o contrário de “mundo comum” é a recusa e o silenciamento das diferentes opiniões e pontos de vistas, o que acontece, segundo Arendt (2001, p. 73), nas ditaduras e, por vezes, nas sociedades massificadas.

Com efeito, as bibliotecas através dos seus profissionais poderão servir para actuar como uma espécie de contrapeso, procurando oferecer informação alternativa, o que, por vezes, pode incomodar algumas pessoas ou grupos que deste modo são questionados. Mas para que o pluralismo das colecções seja uma realidade ele pode começar por encontrar o seu fundamento na

Constituição (quando possível) e nos códigos deontológicos¹⁰ (quando existem). Apoiar esse trabalho em políticas escritas de gestão de colecções, legitimadas pela legislação ao nosso dispor e pelas recomendações nacionais e internacionais pode ser uma forma eficaz de combater os caprichos dos políticos do momento ou as pressões de pessoas ou grupos (políticos, religiosos, comerciais, etc.)

Conforme observa Curry (1998, p. 69-70): “Il a été démontré dans plusieurs études que formuler une politique spécifique renforce la bibliothèque dans la défense de ses collections. Il est recommandé d’exposer clairement le but qu’à la bibliothèque de représenter tous les points de vue sur un sujet donné, les critères de sélection des acquisitions et la façon de traiter les plaintes au sujet de ses collections. Les bibliothécaires qui ont une réelle politique d’acquisitions sont plus enclins à sélectionner des ouvrages sujets à controverse et son plus à même de les défendre. Instaurer une politique efficace est un défi, particulièrement dans ce domaine, mais le jeu en vaut la chandelle.”

¹⁰ As questões de natureza ética ocupam um lugar central relativamente às preocupações e actividades de diversos sectores profissionais. Além disso, segundo Curry (1999, p. 40): “Un examen de los códigos vigentes en ámbitos como la biblioteconomía, el derecho, la medicina, el periodismo y el trabajo social muestra hasta que punto tienen unos y otros objetivos similares: la explicación y la promoción de la ideología de la profesión a sus propios miembros y al público en general, así como la mejora de la práctica profesional; bien sea por medio de la persuasión, bien sea, en ocasiones, por medio de la acción disciplinaria. Pese a este objetivo común la variedad de códigos refleja la diversidad de las propias profesiones en lo que se refiere a ciertos tipos de conductas morales.” O acesso à informação e o pluralismo das colecções, a censura e a liberdade intelectual, a confidencialidade, a privacidade dos dados pessoais dos utilizadores, as crenças e os preconceitos pessoais dos profissionais, são muitas dessas situações de natureza ética que os bibliotecários enfrentam no seu dia-a-dia. Daí a necessidade de códigos de ética que reconheçam aspectos específicos da profissão e possam orientar e recomendar condutas adequadas no sentido de ajudar estes profissionais. No caso específico português foi criada em 1992 a Comissão de Ética para os Profissionais da Informação em Portugal, esta Comissão agregava representantes de todas as associações de profissionais de informação portuguesas (BAD, INCITE e APDIS). Depois de um inquérito lançado em 1995, a que responderam 80% dos membros das associações portuguesas auscultados, e que se pronunciou esmagadoramente pela necessidade de um código de ética nacional, aquela Comissão, constituída paritariamente pela BAD, pela INCITE e pela APDIS e coordenada por Antonieta Vigário, elaborou o Código de Ética para os Profissionais de Informação em Portugal. Depois de consultarem e de se reunirem em conjunto, várias vezes e em diversas partes do país, com profissionais e utilizadores de serviços de informação, dando a possibilidade de todos se expressarem, os membros da Comissão de Ética elaboraram um Anteprojecto de Código de Ética para os Profissionais de Informação em Portugal, entregue aos presidentes das ditas associações profissionais a 10 de Dezembro de 1998, assinalando o cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, as associações profissionais assumiram a responsabilidade de o divulgarem e de o proporem à discussão. O texto final do Código de Ética para os Profissionais de Informação em Portugal viria a entrar em vigor a 25 de Junho de 1999 (COMISSÃO, 1999).

4.1 – Sugestões dos utilizadores

De acordo com o enunciado pelo *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (1994), estes equipamentos devem preocupar-se em satisfazer as necessidades de informação de todos os grupos sociais, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade ou nível sócio-económico. Este documento dá ainda especial atenção a determinados segmentos da população, recomendando áreas e serviços diferenciados e adaptados para crianças e jovens, bem como para minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. É feito um apelo veemente às bibliotecas públicas no sentido de colocar o utilizador e as comunidades locais no centro das suas preocupações como meio determinante na criação e fortalecimento de hábitos de leitura.

As colecções das bibliotecas públicas são orientadas por critérios enciclopédicos e o pluralismo na abordagem dos temas da actualidade deve ser uma prioridade. Por isso, a participação dos utilizadores na constituição do acervo deve ser incentivada através das sugestões, sendo estas consideradas por muitos bibliotecários um instrumento de gestão das colecções. Porém, muitos profissionais em Portugal continuam a não apreciar a participação dos utilizadores no processo de selecção. Conforme Leal (2007, p. [6]): “A selecção dos livros é feita pelos bibliotecários [...], os leitores raramente conseguem interferir nessa selecção (por exemplo, através de sugestão de aquisições)”.

Mais raro são, ainda, os inquéritos visando determinar o grau de satisfação e as necessidades de informação dos utilizadores. Num estudo sobre os fundos documentais da RNBP Proença (2004, p. 38) refere o seguinte: “Foram realizados estudos de utilizadores apenas em 37% das bibliotecas. Destas unicamente duas revelaram realizar este trabalho de forma continuada (...). Assim, os estudos de utilizador não parecem constituir um método continuado de recolha de dados, entre os profissionais da RNBP. Parece ainda poder concluir-se que a maioria das bibliotecas estarão a ser inauguradas sem que previamente se proceda a qualquer estudo que procure determinar as necessidades informacionais das populações que se propõem servir.”

Por outro lado, o atendimento ao público pode ser uma excelente ferramenta de marketing e promoção da biblioteca. O contacto directo com os utilizadores acaba inevitavelmente por permitir conhecer as suas necessidades e expectativas. Sem dúvida que este diálogo pode ser de grande utilidade na hora de adquirir novos documentos. No entanto, trata-se de um critério meramente empírico e pouco rigoroso. Por isso, esta estratégia na gestão das colecções é muitas vezes apoiada por folhetos de sugestões ou desideratas, o que permite registar e gerir de forma mais eficiente os pedidos de novas aquisições e sugestões.

Instrumento de comunicação entre utilizadores e bibliotecários, a atenção dada às sugestões evidencia até que ponto a biblioteca orienta os seus serviços para a satisfação das necessidades e os gostos dos utilizadores locais. Para Chourrot (1997, p. 43) as sugestões são mesmo a única maneira dos utilizadores, muitas vezes, acederem, através da biblioteca, a determinados materiais considerados pelos profissionais de qualidade duvidosa mas de grande popularidade: “nombreux sont les ouvrages qui, initialement refusés par les acquéreurs, retrent dans les collections par la petite porte du cahier de suggestions. Le fait est sensible pour certains domaines, comme l’ésoterisme ou la littérature ‘new age’.”

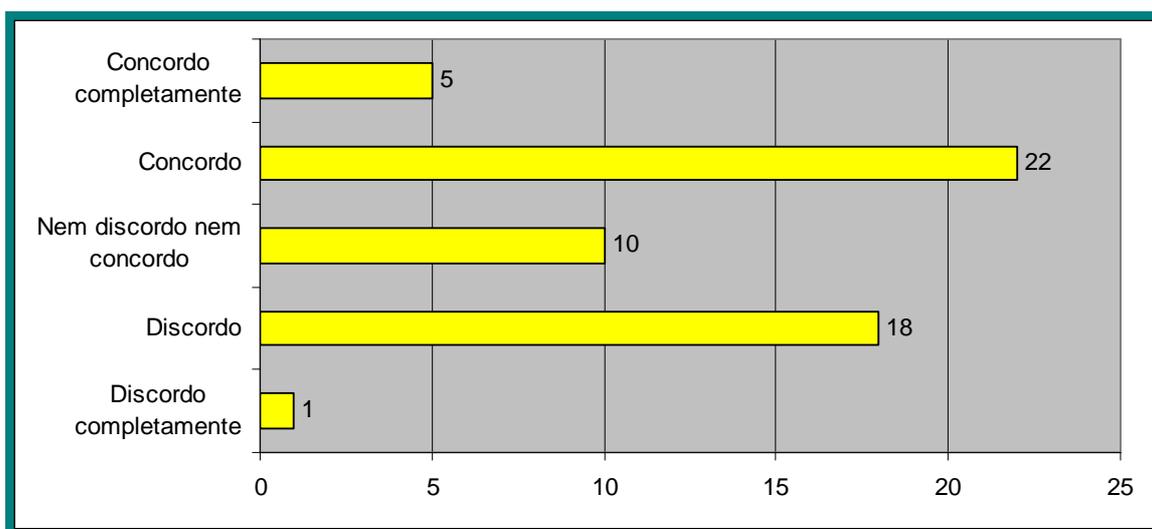


Figura 9 – As sugestões dos utilizadores devem ser o principal critério para a selecção de documentos.

A prioridade dada às sugestões por alguns bibliotecários não é, contudo, como se viu, uma questão consensual e levanta dúvidas e resistências da parte de muitos profissionais. A este propósito, o inquérito verificou um confronto de opiniões. Assim, 33,92% consideraram que este não deve ser o principal critério para a selecção e aquisição de documentos para a biblioteca, contra 48,21% dos bibliotecários a declarar que deve ser dada prioridade às sugestões. Por fim, 17,85% dos inquiridos parece não saber muito bem como lidar com as sugestões dos utilizadores ao ter optado pela resposta “Não discordo nem concordo”.

Deve-se continuar a comprar os clássicos? Ou pelo contrário, deve-se privilegiar as sugestões dos utilizadores, mesmo sabendo que essas correspondem, muitas vezes, a documentos de pouco mérito literário ou científico? E quem estabelece a “qualidade” literária de uma determinada obra, por exemplo? São os especialistas, os críticos, os bibliotecários, o público? Estes aspectos de natureza teórica, colocam, contudo, problemas de ordem prática na hora de seleccionar e adquirir novos documentos para a biblioteca. Daí a importância em dar a conhecer ao público os

critérios usados na constituição do acervo da biblioteca para que não suceda o que nos diz Chourrot (1997, p. 43): “Quant à la bibliothèque, elle se donne rarement les moyens d’explicitier ses options en matière d’acquisitions; habituée, pour le service de la collectivité qu’elle dessert, à faire des choix sans les justifier, elle se trouve démunie face à certaines demandes.”

4.2 – Competências do bibliotecário

A selecção é o processo pelo qual se decide que documentos incorporar no acervo de uma biblioteca. Trata-se da primeira etapa da cadeia documental, sendo a operação que permite criar e manter colecções capazes de satisfazer as necessidades dos utilizadores de uma dada unidade de informação e de cumprir, deste modo, os objectivos para que essa mesma unidade de informação foi concebida.

Segundo Orera Orera (2002, p. 92): “El concepto de selección en el mundo bibliotecario es un concepto relativamente nuevo y ha hecho su aparición por los cambios producidos a raíz de la enorme producción de información y la multiplicación de documentos con características, contenido, etc., muy variados, así como la enorme diversificación de las necesidades informativas de los usuarios.” A estes factores, devemos acrescentar outro, quiçá, aquele que actualmente mais influencia a selecção de documentos: as restrições orçamentais sofridas pelas bibliotecas nos últimos anos.

A selecção de documentos é um processo complexo em que intervêm vários elementos que o condicionam, entre os quais se destacam: as verbas disponíveis, o tipo de biblioteca, as necessidades e interesses dos utilizadores, a existência de outras bibliotecas na mesma comunidade, as competências técnicas em gestão de colecções do bibliotecário. Além destes factores, para Orera Orera (2002, p. 92-93) a selecção de documentos deverá dar resposta a um conjunto de perguntas sempre que se realiza: Quantos documentos, Que tipo de documentos? Qual deve ser o conteúdo dos ditos documentos? Que documentos em concreto?

Por outro lado, a selecção de documentos é uma das etapas da gestão das colecções onde surtem, muitas vezes, tensões entre bibliotecários e utilizadores. Estas manifestam-se quando, por exemplo, o bibliotecário dá preferência à aquisição dos clássicos em detrimento de outras obras, que, apesar de muito procuradas, considera de pouco mérito literário. Naturalmente que os utilizadores devem, de algum modo, participar no processo da selecção de documentos como já se teve oportunidade de explicar. Pese embora a existências de múltiplos factores na selecção, é ao bibliotecário que cabe a última palavra sobre este processo. É ele que possui as competências técnicas necessárias, que melhor conhece o fundo documental na globalidade e, por consequen-

te, que está em melhores condições de definir uma política de desenvolvimento e gestão de colecções coerente e equilibrada. E uma tal política implica que a selecção responda às necessidades e gostos dos utilizadores, e que, em simultâneo, no decurso dos anos, permita a constituição de um acervo enciclopédico, actualizado e representativo do que de melhor a literatura e outras áreas do conhecimento produziram.

Deve-se, ainda, sublinhar que o *Referencial europeu de informação e documentação* considera a gestão de colecções como um dos 30 domínios de competências requeridas ao profissional de informação. De acordo como este domínio, numa escala de quatro níveis o bibliotecário deve ser capaz de: “Elaborar e aplicar os critérios de selecção, de aquisição e de eliminação de documentos que permitam constituir e organizar colecções de qualquer natureza ou de fundos de arquivos, conservá-los e torná-los acessíveis, mantendo-os em dia, retirando-lhe elementos inúteis, de acordo com as necessidades dos utilizadores (ECIA, 2001, p.13).

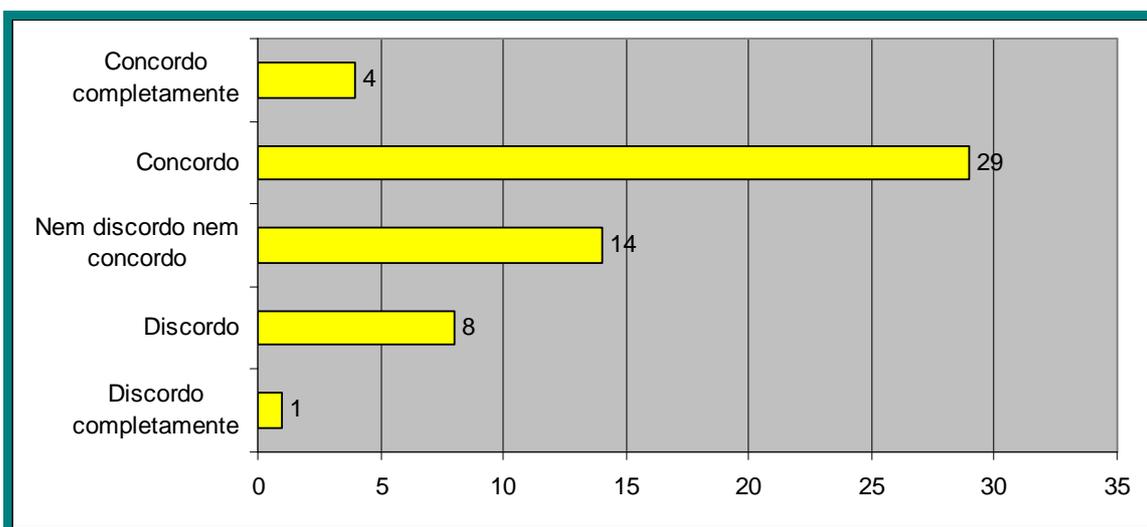


Figura 10 – O bibliotecário é a pessoa mais competente quanto à selecção e aquisição de documentos para a biblioteca.

Sendo a gestão de colecções, como já se viu, uma das especificidades da profissão de bibliotecário, logicamente é esse o profissional que melhor está preparado para realizar esta tarefa. Contudo, não é isso que muitos bibliotecários da RNBP pensam. Pelo menos assim indicam os resultados obtidos. Com efeito, 16,08% dos inquiridos declararam que o bibliotecário não é a pessoa mais competente para seleccionar documentos para uma biblioteca. Parece também haver uma percentagem elevada que não está muito segura das funções da sua profissão, pois só assim se explica que 25% tenham optado pela resposta “Nem discordo nem concordo”. Em contrapartida, 58,93% defenderam que é o bibliotecário a pessoa melhor preparada para fazer a gestão das

colecções. De sublinhar que apenas um dos inquiridos afirmou não possuir o Curso de Especialização em Ciências Documentais.

Estes resultados vêm infelizmente confirmar aquilo que Proença (p. 32) já tinha assinalado em 2004: “As colecções, objectos de actuação por excelência dos bibliotecários, parecem estar longe de constituir tema de estudo dos profissionais portugueses, excepto em caso de colecções de valor histórico e patrimonial. Trata-se de uma disciplina praticamente ausente da maioria dos *curricula* dos cursos de formação inicial (e até contínua) dos profissionais de informação portugueses, tanto da especialização em ciências documentais, como dos cursos de formação técnica. O ensino que temos continua, em boa verdade, a ser generalista.” Volvidos seis anos a situação parece não se ter alterado substancialmente.

Neste sentido, não é surpreendente que a maioria das bibliotecas municipais portuguesas, como se teve oportunidade de averiguar, ainda não possua políticas escritas de desenvolvimento e gestão de colecções. Mas se gestão de colecções parece não constituir uma prioridade para a maioria dos profissionais, devido, muito provavelmente, à ausência dessa disciplina nos nossos cursos de ciências documentais¹¹, haverá sempre a possibilidade de suprir essa lacuna (pelo menos em parte) a partir do estudo de um sem número de recursos actualmente disponíveis na Internet. Veja-se, por exemplo, o site do grupo POLDOC¹² que reúne reputados bibliotecários franceses e é patrocinado pelo ENSSIB (École nationale supérieure des sciences de l’information et des bibliothèques). O POLDOC têm como objectivo desenvolver e disponibilizar um conjunto de documentos e instrumentos sobre desenvolvimento e gestão de colecções em bibliotecas. Para além, dos numerosos recursos disponíveis on-line, o POLDOC organiza, ainda, jornadas sobre o tema e acções de formação e apoia alunos e profissionais que queiram desenvolver trabalhos nesta área.

4.3 – Participação da equipa

Apesar do desenvolvimento e gestão de colecções fazer parte das competências técnicas específicas dos profissionais de informação, não se pode exigir ao bibliotecário que tenha um conhe-

¹¹ Dos 46 cursos referenciados pelo site da BAD (dos quais mestrados, licenciaturas e pós-graduações), apenas em cinco desses cursos foi possível sinalizar a existência de uma disciplina dedicada ao desenvolvimento e gestão de colecções, a saber: Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade Portucalense; Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade Aberta; Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Bibliotecas Escolares e Literacias do séc. XXI da Universidade Lusófona; Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade Católica Portuguesa de Braga; Mestrado em Estudos de Informação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹² Consulte: <<http://poldoc.enssib.fr/index.php>>.

cimento profundo de todas as áreas do conhecimento. As colecções das bibliotecas públicas, como já se referiu diversas vezes, devem ser enciclopédicas, actuais e ecléticas e reflectir as múltiplas abordagens sobre um mesmo assunto. Todavia, determinadas disciplinas são mais complexas que outras, como por exemplo aquelas relacionadas com as ciências ou as tecnologias. Dificuldade agravada pelo facto de a grande maioria dos bibliotecários portugueses possuir uma formação em Letras. Esta situação parece, aliás, não ser um exclusivo nosso. Em França, por exemplo: “Toute les enquêtes menées sur ces fonds dans les bibliothèques de lecture publique aboutissent à des constats de faiblesse dus au manque de formation scientifique de la plupart des professionnels.” (BLANC-MONTMAYEUR, 2003, p. 199). Serve esta constatação para reflectir sobre a necessidade de associar outros parceiros, para além do bibliotecário, à selecção.

Seleccionar não é um acto solitário. Ou pelo menos não deveria sê-lo. A definição das prioridades em matéria documental, a escolha ou exclusão de determinados materiais, títulos, autores ou temáticas não deve estar concentrada somente numa pessoa, em concreto o bibliotecário. A gestão das colecções deve estar aberta à contribuição de outros parceiros, internos e externos à instituição. Neste sentido, a participação de outros elementos, nomeadamente escolas, associações e investigadores locais é recomendável, já que estes são uma parte do público que frequenta a biblioteca.

Por outro lado, mobilizar a equipa da biblioteca para a selecção de documentos pode ser uma excelente oportunidade de envolver funcionários num processo que em Portugal, segundo Proença (2004, p. 36), é “na maioria dos casos, uma a tarefa de desempenho cumprida individualmente por um técnico superior”. Se em bibliotecas de maiores dimensões, com mais de um bibliotecário e técnicos superiores de outras áreas científicas, é possível a constituição de equipas para esse fim, nos equipamentos mais pequenos a gestão dos fundos recai normalmente sobre o responsável. Convém, no entanto, mesmo nestas bibliotecas mais pequenas, não negligenciar os preciosos contributos dos assistentes técnicos que asseguram o atendimento. Fomentar o diálogo e estabelecer canais adequados de comunicação com estes, poderá permitir ao bibliotecário detectar muitas das necessidades de informação dos utilizadores que frequentam a sua biblioteca. Ou por outras palavras (VERGUEIRO, 2010, p. 9): “Parece também evidente que ao bibliotecário deve caber a organização da selecção de maneira racional e eficiente, estipulando regras, definindo critérios ou estabelecendo responsabilidades. Assim, mesmo quando não é ele quem diz o sim ou o não definitivo, sua presença faz-se sentir durante todo o processo. Talvez se possa afirmar que, no que diz respeito à selecção, uma das melhores contribuições do bibliotecário esteja na sua capacidade de coordenar demandas e necessidades conflitantes, de

maneira a garantir que o resultado final seja o mais harmonioso possível. Neste sentido ele é, acima de tudo, um negociador.”

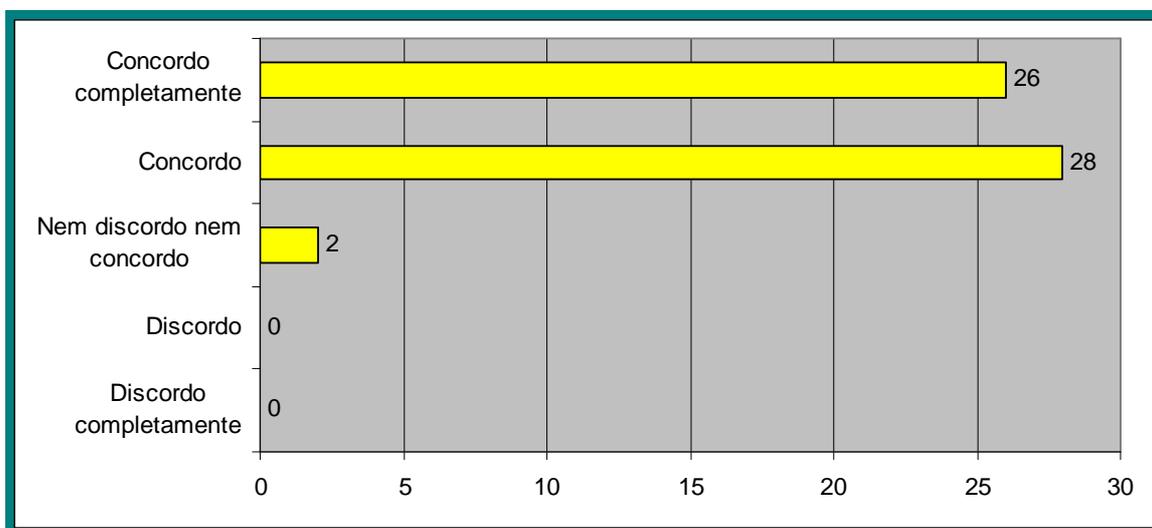


Figura 11 – Devem participar na selecção de documentos os elementos da equipa da biblioteca.

Com efeito, parece claro para a maioria dos bibliotecários que a selecção não deve ser um acto solitário. Assim, 96,42% dos inquiridos defenderam que a participação da equipa é essencial na constituição do acervo da biblioteca, sendo que 46,42% consideraram mesmo que essa participação é essencial. Apenas dois bibliotecários se mostraram indecisos.

Em suma, uma política escrita de desenvolvimento e gestão de colecções bem estruturada é o resultado de um trabalho de grupo em que, idealmente, a equipa da biblioteca, a tutela e os utilizadores estão envolvidos. Evidentemente, um trabalho deste tipo exige a coordenação de um bibliotecário, que estabeleça as pontes, que permita a partilha, que estimule o debate... Por isso, é importante que um tal documento explique claramente os critérios, qualitativos e quantitativos, da selecção, aquisição e eliminação de documentos. É necessário, também, que sejam comunicados os objectivos e os princípios subjacentes. Uma política escrita de desenvolvimento e gestão de colecções deve ser um instrumento de trabalho capaz de ir ao encontro da missão e dos objectivos da biblioteca estabelecidos nos diversos manifestos da IFLA, nomeadamente no *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (1994).

4.4 – Escolha dos livreiros

Em Portugal muitas bibliotecas municipais compram os seus livros a livreiros que as visitam regularmente. Não se trata de livrarias, mas sim de vendedores, que não têm estabelecimento aberto e cujo negócio assenta numa carteira de clientes. Estes livreiros, que trabalham com as

distribuidoras do sector, propõem, sugerem e fornecem materiais bibliográficos às bibliotecas, mantendo estas a par das novidades e dos sucessos editoriais.

Com base na experiência profissional do autor deste trabalho, bem como dos contactos estabelecidos com outros bibliotecários, verifica-se que os livreiros participam de algum modo no processo de selecção e aquisição dos fundos documentais. É prática comum, seja a pedido dos próprios bibliotecários seja por iniciativa dos livreiros, ser proposto às bibliotecas títulos, autores ou determinados materiais (enciclopédias, dicionários ou materiais ditos pedagógicos, por exemplo). Aquando das suas visitas estes vendedores trazem muitas vezes lotes de livros previamente seleccionados. Neste caso, é pedido apenas ao bibliotecário que escolha os títulos que deseja comprar. Evidentemente, muitos bibliotecários, mais criteriosos, elaboram as suas próprias listas baseadas nas necessidades de informação detectadas na sua instituição e no equilíbrio e diversidade das colecções. No entanto, é também frequente os bibliotecários solicitarem livros sobre um determinado tema ou um determinado género aos livreiros, os quais, com base nestas indicações genéricas, fazem uma escolha que posteriormente fornecem às bibliotecas.

As escolhas dos livreiros é determinada nestes casos por critérios que não se prendem necessariamente com a qualidade científica ou literária das obras. Vê-se quase sempre nas suas propostas as grandes editoras representadas, pois são estas que asseguram uma melhor distribuição dos seus produtos, que possuem melhores condições para os promover e que, finalmente, oferecem maiores margens de lucro. Os temas ou autores propostos por estes vendedores de livros são os mais populares e os da moda. Temas controversos ou alternativos, autores marginais ou pouco conhecidos e pequenas editoras estão normalmente ausentes nestes pacotes bibliográficos. Como observa Almeida Júnior (1997, p. 52): “Nosso acervo é formado por livros que a indústria editorial acha conveniente – conveniente sob o aspecto comercial, sob o aspecto do lucro. Um livro só é editado quando as editoras o entendem como vendável, com um mercado certo. Assim, eles não refletem todas as correntes do pensamento, pois nem todas são vendáveis.”

Mas se a função dos livreiros é vender, não cabendo a estes avaliar a pertinência ou qualidade das obras que comercializam, pelo contrário, aos bibliotecários são exigidas outras competências. Esperamos que estes sejam mais criteriosos, mais críticos e não meros reprodutores da cultura dominante. O que leva Jacques (2008, p. 37) a perguntar: “En n’achetant pas les productions de la petite édition, en ne prenant pas les risques de très faibles taux de rotation, en ne faisant pas le travail de monstration qu’elles sont seules à pouvoir faire, les bibliothèques ne pratiquent pas une forme de censure, une censure culturelle d’abord, économique ensuite?”

Neste sentido, não é de espantar que, face à ausência de políticas escritas de gestão e desenvolvimento de colecções (lembramos que apenas 21,43% das bibliotecas que responderam ao inquérito dizem possuir tal documento), e critérios rigorosos para a selecção de documentos, os bibliotecários fiquem mais vulneráveis às investidas comerciais dos livreiros. Acresce a estes factores as restrições orçamentais que limitam ainda mais a aquisição de documentos menos apelativos. Os documentos são deste modo comprados segundo critérios comerciais e mediáticos, onde prevalecem os temas da moda e os *best-sellers* do momento. Citando Melot (2008, p. 11): “La censure économique, le bibliothécaire y est directement confronté lorsque les limites vite atteintes de son budget l’oblige à acheter un livre à succès plutôt qu’un ouvrage inconnu qu’il juge plus méritant, ou à rayer de sa liste des abonnements utiles. Le bibliothécaire, contraint dans ses choix, doit les justifier pour se disculper d’être un censeur”.

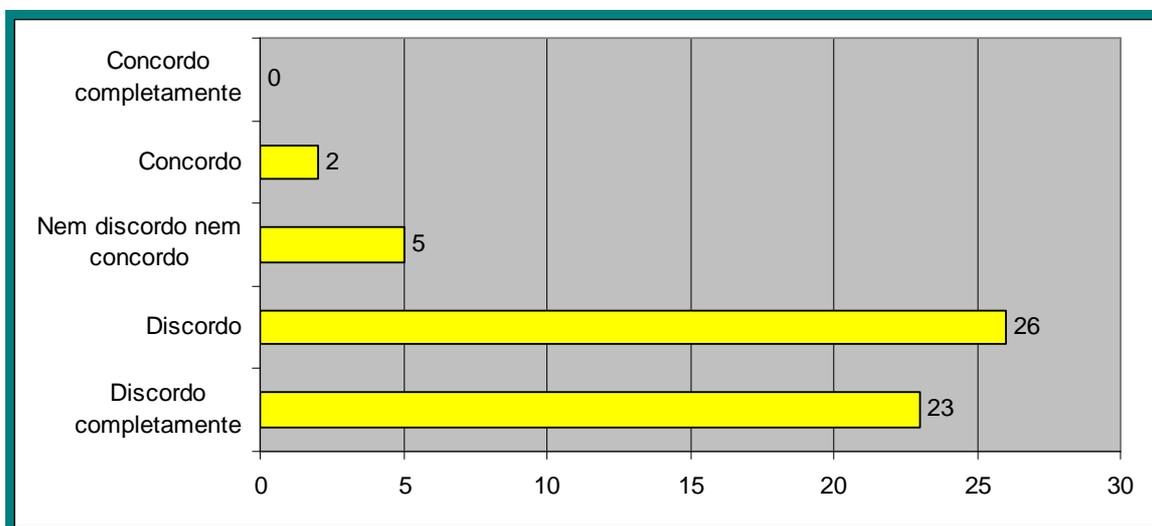


Figura 12 – Os livreiros que visitam a biblioteca são as pessoas que melhor conhecem as necessidades de informação dos utilizadores.

Apesar da eventual influência dos livreiros na constituição dos fundos documentais verificou-se através do inquérito que a maioria dos bibliotecários não os considera como parceiros importantes para analisar as necessidades de informação da comunidade. Assim, 87,50% dos inquiridos discordaram que “Os livreiros que visitam a biblioteca são as pessoas que melhor conhecem as necessidades de informação dos utilizadores”, tendo havido mesmo 41,07% que se opuseram veemente a tal afirmação. Somente 3,57% reconheceram aos livreiros tais competências. Os restantes 8,92% mostraram-se indecisos e optaram pela resposta “Não discordo nem concordo”.

4.5 – Oferta documental

O tamanho do acervo é um aspecto muito importante da gestão da mesma. Não quer isto dizer que os bibliotecários devem adquirir o maior número possível de documentos, nem que uma grande colecção seja, necessariamente, uma boa colecção, especialmente no actual mundo digital. Porém, um acervo que não reúna um número adequado de documentos não pode cobrir convenientemente todas as áreas do conhecimento e dificilmente, dentro de cada área, abranger as múltiplas perspectivas e abordagens. Definir, por isso, qual o tamanho ideal do fundo documental é uma tarefa delicada, que está condicionada, antes de mais, pelas verbas que determinada biblioteca dispõe. Mas outros factores influenciam o tamanho da colecção. De acordo com as directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas, elaboradas sob a coordenação de Gill (2003, p. 78), entre esses factores temos: “espaço, recursos financeiros, população abrangida pela biblioteca, papel regional das colecções, acesso a recursos electrónicos, avaliação das necessidades locais, taxas de aquisição e descarte e política de troca de fundos com outras bibliotecas.”

Por outro lado, a existência de uma infinidade de recursos electrónicos disponíveis a partir da Internet, que tornaram possível às bibliotecas aceder aos documentos sem necessidade de os possuir materialmente, coloca actualmente a questão de saber se se deve continuar a comprar determinados materiais bibliográficos. Veja-se o caso das bibliotecas da RBNP que investiram somas consideráveis na compra e actualização de um sem número de enciclopédias. Ou o caso dos livros de direito, legislação, códigos... cujos conteúdos estão actualmente disponíveis na Internet. Devem as bibliotecas recentemente inauguradas ou por inaugurar continuar a investir neste tipo de documentos, sabendo nós que a informação que esses documentos disponibilizam é agora fornecida pela Internet, muitas vezes gratuitamente?

Outro factor importante é o envelhecimento da colecção ou se quisermos a sua actualização. O acervo de uma biblioteca é um recurso dinâmico. Requer a entrada com regularidade de novos documentos e a saída de documentos já obsoletos, desactualizados e em mau estado, deixando, por isso, de ser utilizados. Esta situação, aliada ao tamanho de algumas colecções, coloca problemas quanto ao espaço e pode obrigar à definição de uma política de expurgo ou desbaste, processo pelo qual se eliminam determinados documentos, ou ainda, pelo qual alguns documentos que estão ao público, em livre acesso, são retirados. Trata-se de um processo contínuo e sistemático para conservar a qualidade da colecção, devendo ser feito com alguma periodicidade. Exceptuando os materiais que estão em mau estado de conservação ou deteriorados, cuja eliminação está relacionada com medidas que se podem considerar higiénicas, os critérios para o expurgo incidem normalmente sobre os seguintes aspectos: datas de edição, informação falsa ou

não actual substituída por edições mais recentes, inadequação do conteúdo à instituição, data do último empréstimo e repetição do mesmo exemplar.

Para além das já mencionadas directrizes da IFLA/UNESCO, em Portugal a DGLB (2009) definiu um conjunto de critérios quantitativos relativamente ao tamanho das colecções das bibliotecas da RNBP. Conforme os programas tipo, integrados no *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais*, foi definido um fundo mínimo inicial e taxas de aquisição anuais de acordo com o tipo de biblioteca (BM1, BM2, BM3), as secções (adultos e infantil) e as tipologias documentais (monografias, documentos sonoros, audiovisuais e electrónicos). Sublinha-se que estes valores são meros indicadores para fundos mínimos. Por conseguinte, cada biblioteca deveria procurar trabalhar no sentido de os encarar não como metas, mas como ponto de partida.

Enquanto a DGLB (2009) propõe como fundo mínimos valores que oscilam entre os 0,7 e 0,9 documentos *per capita*, as directrizes da IFLA/UNESCO recomendam que uma nova biblioteca deve ser criada com um fundo base mínimo de 1 livro *per capita*. Relativamente aos números das actualizações verifica-se novamente uma disparidade. De acordo com o *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais* as actualizações anuais das colecções variam entre os 0,7 e os 0,9 documentos *per capita*. Por outro lado, a IFLA/UNESCO estabelece 2 documentos *per capita* nos três primeiros anos, considerando este número ainda assim modesto. Para as outras tipologias documentais, nomeadamente para os materiais audiovisuais não é possível um estudo comparativo, dado que não são apresentadas nas directrizes da IFLA/UNESCO valores para este tipo de materiais.

Todavia, mesmo que esses indicadores sejam respeitados, eles são meramente numéricos e nada dizem sobre os critérios a adoptar para determinar a qualidade das colecções já existentes. Podemos ter, assim, colecções com um elevado número de documentos, mas perfeitamente irrelevantes para a comunidade local. Não nos esqueçamos que a pertinência do fundo documental para os utilizadores é mais importante do que o seu tamanho. Tendo em conta estes pressupostos vejamos o que pensam os bibliotecários portugueses.

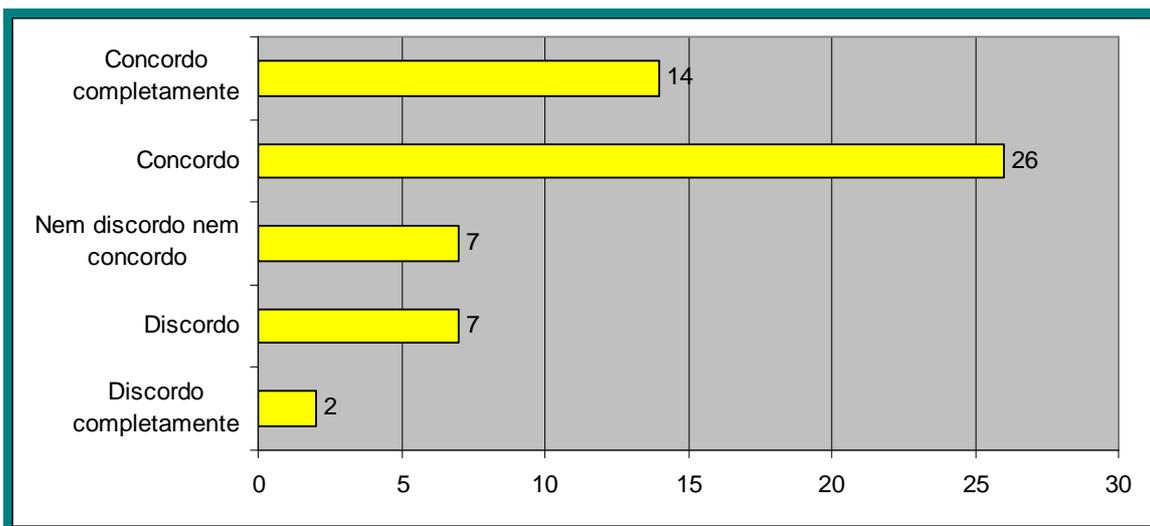


Figura 13 – As bibliotecas públicas devem disponibilizar o maior número possível de documentos.

Assim, 71,42% dos inquiridos defenderam que o tamanho do acervo é um aspecto importante para o bom desempenho de uma biblioteca pública, sendo que destes, 25% admitiram mesmo que trata de um factor essencial. Porém, para 16,07% o tamanho das colecções não é importante. Além disso, 12,50% dos bibliotecários mostraram-se indecisos quanto a esta questão.

4.6 – Moral vigente na comunidade

À moral vigente está normalmente associado um conjunto de valores e condutas estabelecidos e partilhados pelos indivíduos numa dada sociedade. A moral vigente pode, por conseguinte, abranger as sensibilidades de credo, valores culturais e morais. Contudo, esse sistema de valores nem sempre é aceite por todos os seus membros. Dentro da mesma sociedade podem existir grupos que partilham valores distintos e até opostos, é o caso das sociedades multiculturais. No entanto, a moral vigente é legitimada pela maioria e pelas instituições e corresponde àquilo que vulgarmente se designa por socialmente aceite. Neste sentido pode-se afirmar que as convicções e as práticas dos bibliotecários são influenciadas pela opinião pública, bem como pelos receios que a moral vigente gera. Como assinala Kuhlmann (1989, p. 22): “En effet, les individus ne se comportent pas dans leur vie quotidienne d’une manière indépendante des représentations et des pratiques qui régissent le groupe social, la profession et la période de l’Histoire dans lesquels ils s’inscrivent.”

Defender a liberdade intelectual e combater a censura pode ser uma tarefa deveras delicada para um bibliotecário, já que a discussão em torno de temas como a religião, a homossexualidade, a política ou o racismo provoca reacções muito distintas de acordo com o tipo de comunidade,

país ou cultura em que estamos. Estes temas, mesmo nas sociedades democráticas, são considerados controversos, geradores de acesos debates e dividem habitualmente a opinião pública.

Os bibliotecários são muito sensíveis relativamente a estes temas, evitando as reacções negativas de certos sectores da sociedade mais conservadores ou de determinados grupos de utilizadores, nomeadamente pais e professores. A autocensura aparece então como uma resposta possível para Kuhlmann (1989, p. 155): “Alors que, par autocensure, il ne commandera pas certains livres, qui ne l’inquiètent pas personnellement, mais dont il craint que le contenu ou la présence dans la bibliothèque ne soit ni compris ni accepté. Il redoute donc des réactions agressives pouvant survenir pour des motifs moraux, philosophiques, religieux ou politiques, mais également, des reproches liés au rôle d’éducateur qui lui est assigné. ”

Esta é uma censura insidiosa, silenciosa e difícil de identificar, que o bibliotecário impõe a si próprio, sobretudo, para se defender. Habitualmente é nas bibliotecas mais pequenas de zonas rurais onde a falta de recursos, a moral vigente e ingerência dos políticos pode causar mais dores de cabeça a um bibliotecário progressista. Como observa Auvinet & Decobert (2008, p. 28): “Elle [a autocensura] sévit davantage dans les bibliothèques de taille moyenne, voire les toutes petites structures d’un milieu plutôt rural. Ne disposant souvent que d’un budget d’acquisitions très réduit – à peine quelques centaines d’euros annuels, parfois -, leurs responsables doivent opérer un choix draconien. Impensable d’acheter le ‘livre polémique du moment’, d’autant que la proximité des usagers et un rapport de forces qui lui est souvent très défavorable soumet le bibliothécaire isolé face à des élus trop intrusifs, à des pressions de caractère particulier.”

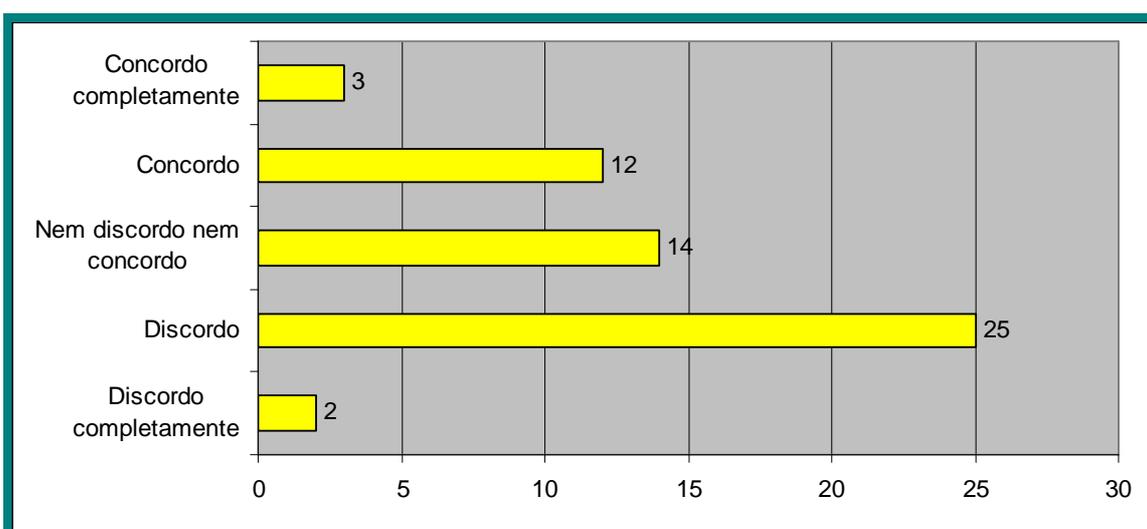


Figura 14 – Quando da selecção de documentos o bibliotecário deve ter em consideração a moral vigente na comunidade onde trabalha.

Assim, 48,21% dos bibliotecários afirmaram que a moral vigente na comunidade onde trabalham não tem qualquer influência nem interfere na gestão das colecções. Em contrapartida, 26,78% admitiram que não é possível ignorar esse aspecto, deduzindo-se que para estes bibliotecários deve haver algum cuidado na selecção de documentos controversos de modo a não chocar a comunidade. Ainda assim, 25% não sabem ou não se comprometem e optaram pela resposta “Nem discordo nem concordo”.

4.7 – Colecções GLBT

A sociedade é constituída por uma diversidade de culturas, crenças, etnias, estilos de vida, entre muitas outras características. Ora, as colecções das bibliotecas públicas não podem deixar de reflectir toda essa diversidade, os múltiplos pontos de vista, muitas vezes antagónicos, bem como os temas que ocupam os debates da actualidade, mesmo os mais controversos.

Dando voz ao *Manifesto da IFLA sobre a Internet* (IFLA, 2002b): “As bibliotecas e os serviços de informação também têm a responsabilidade de atender a todos os membros de suas comunidades, independentemente de idade, raça, nacionalidade, religião, cultura, afiliação política, incapacidade física ou de outra natureza, gênero ou orientação sexual, ou qualquer outra condição.”

Com efeito, as bibliotecas públicas devem prestar serviços de proximidade que sejam capazes de dar resposta a necessidades de informação cada vez mais concretas a todo o tipo de utilizadores. Por isso, as bibliotecas devem segmentar as necessidades de informação cada vez mais diversas e procurar que estas se reflectam nas suas colecções.

Neste ponto em particular, a presente análise incidirá sobre documentos que abordam a homossexualidade. Greenblatt & Gough (citado por TRIGUERO et al., 2006, p. 346) comentam os obstáculos que as pessoas GLBT¹³, bem como aquelas que necessitam de informação sobre a homossexualidade e transexualidade enfrentam junto das bibliotecas e das suas colecções: preconceitos e informação errada ou falta de informação, censura e dificuldades de acesso à mesma.

¹³ GLBT (Gays, lésbicas, bissexuais e transexuais) corresponde a uma sigla que se tornou comum na identificação do movimento de defesa dos direitos das sexualidades não-heterossexuais. Esta sigla veio dar conta de um movimento mais abrangente do que o movimento gay e lésbico.

Fala-se aqui de um grupo de pessoas que, apesar das mudanças sociais e jurídicas recentes em Portugal¹⁴, ainda está sujeito a numerosos e insidiosos preconceitos e estereótipos. Daí que a existência de materiais GLBT poderá ser uma boa oportunidade de transformar a biblioteca num espaço verdadeiramente social, informativo e mesmo político ao promover através das suas colecções a cidadania e os direitos humanos. Convém, no entanto, garantir que tais materiais sejam objectivos, livres de preconceitos e fomentem modelos positivos de modo a evitar que as colecções transmitam ideias preconceituosas e falsas sobre a homossexualidade.

Segundo Triguero et al. (2006, p. 348): “Debemos tener en cuenta que el desarrollo de una parte de la colección dedicada a un sector social determinado no sólo tiene la función de apoyar a este colectivo, sino también de hacerlo visible e informar al resto de nuestra comunidad sobre el mismo. Es una función de la biblioteca dar soporte a los colectivos en riesgo de exclusión social, ya que no es en la diferencia donde radica el problema social, sino en la discriminación por la diferencia.”

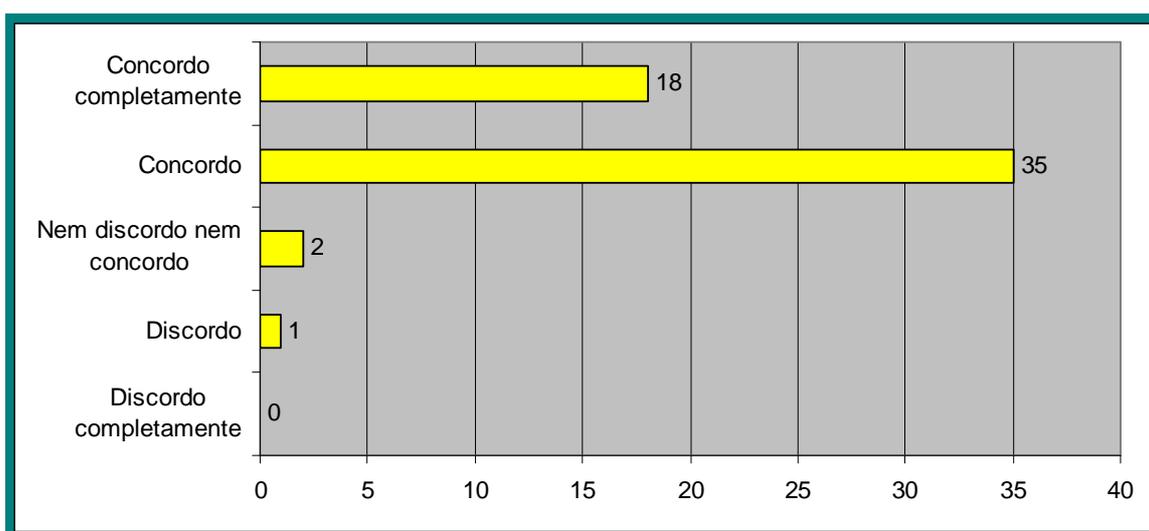


Figura 15 – As bibliotecas públicas devem incluir nas suas colecções documentos que abordem a homossexualidade de modo positivo e livre de preconceitos.

O inquérito procurou saber o que pensam os bibliotecários portugueses sobre a inclusão nas colecções das suas bibliotecas de documentos que abordam a homossexualidade de modo posi-

¹⁴ Foi só durante a década de noventa do séc. XX que em Portugal as questões relacionadas com a homossexualidade começaram a ser abertamente discutidas, especialmente na comunicação social, facto que se deveu sobretudo ao trabalho das recém criadas associações de defesa dos direitos GLBT. Convém ainda lembrar que só em 2005 houve alteração do artigo 13.º da Constituição Portuguesa no sentido de adicionar a expressão “orientação sexual” ao conjunto de critérios pelos quais ninguém pode ser discriminado. Ver: AMARAL & MOITA (2004); SANTOS (2004a) e PORTUGAL, 2005. Em 2010 Portugal aprova o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

tivo e livre de preconceitos. Assim, 94,64% dos inquiridos concordaram com a inclusão de tais materiais nas bibliotecas, sendo que 32,14% reforçaram mesmo a afirmação, dizendo que concordam completamente. Apenas 3,57% optaram pela resposta “Nem discordo nem concordo” e um bibliotecário (1,78%) discordou da presença de tais materiais nas bibliotecas públicas.

Em 2006 foi realizado um estudo, pelo grupo de trabalho Q.doc do Col.legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistas da Catalunha, que pretendeu fazer um levantamento exaustivo de materiais GLBT presentes nas bibliotecas públicas da Catalunha. Diagnosticaram os autores haver uma pequena representação de materiais deste tipo nas bibliotecas analisadas, sendo que a percentagem de exemplares por pessoa GLBT era de 0,006%, quando o recomendável seria de 0,3% a 0,5%, ou seja, havia então uma média de 11 a 12 exemplares por biblioteca. Concluíram ainda os autores que: “De los 180 títulos examinados, el porcentaje más elevado se encuentra en las bibliotecas de grandes núcleos urbanos; existe una escasa presencia de novedades editoriales, y un importante desequilibrio en la cobertura temática, así como nula presencia del hecho transexual.” (Triguero et al., 2006, p. 346).

Ora, tomando como consequentes as respostas obtidas através do inquérito os dados parecem indicar que a representação de materiais GLBT pertinentes e isentos de preconceitos nas colecções das bibliotecas públicas municipais portuguesas está assegurada. Será? Infelizmente não foi possível no âmbito deste trabalho confirmar se a realidade das respostas dadas coincide com a real situação das colecções. Tal hipótese de trabalho implicaria verificar a percentagem de documentos GLBT presentes nas colecções das bibliotecas que responderam ao inquérito. Ainda assim, com base no estudo acima referido presume-se que o elevado número de respostas a favor da presença de documentos GLBT nas colecções das bibliotecas públicas talvez não reflecta a realidade portuguesa.

No processo de selecção e aquisição de materiais GLBT deve-se ter em consideração alguns aspectos, a saber (Triguero et al., 2006, p. 350-352):

- Constituir um fundo básico formado por obras de divulgação e de ficção, dirigido tanto ao público adulto como ao público infanto-juvenil. Deve-se procurar que os materiais GLBT estejam presentes nas principais áreas temáticas da biblioteca (ex: obras de referência, psicologia, sociologia, educação, direito, história, biografias, saúde, sexualidade, literatura, poesia e teatro).
- Privilegiar aqueles documentos que apelam ao processo de reconhecimento, compreensão e aceitação da própria homossexualidade e identidade de género e promovam o respeito pela diversidade sexual e afectiva. Evitar materiais que apresentam a homossexualidade como uma doença, um desvio, um pecado, que reproduzam ideias estereotipadas

e preconceituosas, ou ainda que desqualifiquem ou menosprezem as pessoas GLBT fomentando atitudes homofóbicas.

- Criar uma colecção para o público infantil e juvenil com o objectivo de educar para a diversidade afectivo-sexual e para as questões de género, o que poderá de ser de grande utilidade para pais e professores. Usar a literatura para que as crianças e os jovens possam incorporar no seu imaginário personagens GLBT, podendo deste modo resolver de forma satisfatória e positiva as questões relativas à identidade e à sexualidade durante o desenvolvimento da sua personalidade.
- Um dos estereótipos mais difundidos é a identificação do VIH/SIDA com a comunidade GLBT, pelo que quando se seleccionam documentos relacionados com o VIH/SIDA deve-se ter presente que não há grupos de risco, mas sim comportamentos de risco.
- Recomenda-se uma integração total destes materiais no fundo documental geral da biblioteca. Ou seja: não parece muito recomendável separar fisicamente tais materiais do resto da colecção ou fazer uma marcação dos documentos, já que ao integrar este tipo de documentos no acervo está-se a promover a normalização da homossexualidade.
- Muitos dos materiais GLBT são publicados por editoras especializadas e pouco conhecidas. O recurso a bibliografias especializadas, bem como o contacto com associações e organizações GLBT podem ser de grande utilidade.

4.8 – Marcação de documentos

A introdução do livre acesso às estantes nas bibliotecas e a conseqüente frequência de um público cada vez mais heterogéneo levou que estas optassem por sistemas de marcação que permitissem identificar o conteúdo dos documentos e orientar as escolhas dos utilizadores. Estes sistemas foram (e ainda são) usados para controlar, evitar, ou mesmo recusar, o empréstimo ou consulta de documentos considerados inadequados à idade do utilizador ou susceptíveis de ferir a sensibilidade do mesmo.

Por exemplo, a rede de bibliotecas (fixas e itinerantes) da Fundação Calouste Gulbenkian, que marcaria a leitura pública em Portugal durante décadas¹⁵, introduz o livre acesso às estantes,

¹⁵ O Serviço de Bibliotecas Itinerantes (SBI) foi criado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1958, segundo sugestão de Branquinho da Fonseca. Mais tarde, em 1983 o SBI foi renomeado SBIF (Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian). Em 1993 o SBIF passa a SBAL (Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura) e em 19 de Dezembro de 2002 é definitivamente extinto. Esta rede de bibliotecas itinerantes e fixas procurou abranger todo o território nacional, incluindo os arquipélagos. Tinha como objectivos promover e desenvolver o gosto pela leitura e elevar o nível cultural dos portugueses, assentando no princípio do livre acesso às estantes, empréstimo

coisa rara ou mesmo inexistente na época nas bibliotecas portuguesas. No entanto, como se verá, este acesso directo às estantes estava bastante condicionado.

A uma complexa distribuição dos livros por idades e por grau de dificuldade de leitura correspondia uma sinalética própria, que se materializava na colocação na lombada dos livros de uma etiqueta colorida numa certa posição (no topo, no meio ou em baixo), definindo, deste modo, a faixa etária e o grau de dificuldade da obra. Esta sinalética servia ainda para identificar livros que mereciam uma atenção especial.

Conforme explica Melo (2004, p. 326): “Assim, ‘uma tira vermelha colocada obliquamente nas capas’ sinalizava que aqueles livros, dado ‘o seu conteúdo’, só poderiam ‘ser emprestados a pessoas adultas com formação moral e desenvolvimento intelectual averiguados’ [...]. Esta ‘marcação especial’ implicava ainda que tais livros estariam guardados ‘em depósito reservado’, representando uma excepção ao regime de livre acesso às estantes. Tal marca seria apenas em livros já sinalizados na lombada como ‘livros difíceis e para adultos, o mesmo é que dizer só acessíveis e próprios para pessoas com grau de desenvolvimento e de cultura superiores à generalidade’.”

Com efeito, a orientação da leitura através do aconselhamento de livros partia de princípios baseados no auxílio aos leitores menos instruídos e mais “desfavorecidos” culturalmente aliado a uma discriminação etária. Quanto aos menos cultos, o aconselhamento era complementado com a recusa da consulta ou empréstimo dos tais livros com “marca especial”.

Relativamente aos outros livros, em livre acesso, a sua gestão era realizada do seguinte modo (Melo, 2004, p. 326-327): “Às crianças apenas poderiam ‘ser facultados os livros marcados com fita verde’ [...] Já os adolescentes podiam aceder aos das fitas verde e cor de laranja (esta indicativa da selecção para adultos), mas, no último caso, apenas aos que estivessem ‘classificados como muito fáceis ou fáceis’. Excepcionalmente, os encarregados poderiam autorizar a certos adolescentes a leitura de obras para adultos assinaladas como ‘difíceis’ após ponderação da respectiva ‘cultura e desenvolvimento intelectual’, decisão só possível com ‘conhecimento directo desses leitores e com ‘bom senso’.”

domiciliário e gratuidade do serviço. O público a quem o serviço se dirigia era principalmente o de menor acesso à educação e cultura, habitando nas regiões mais desfavorecidas e estendendo-se a todas as faixas etárias.

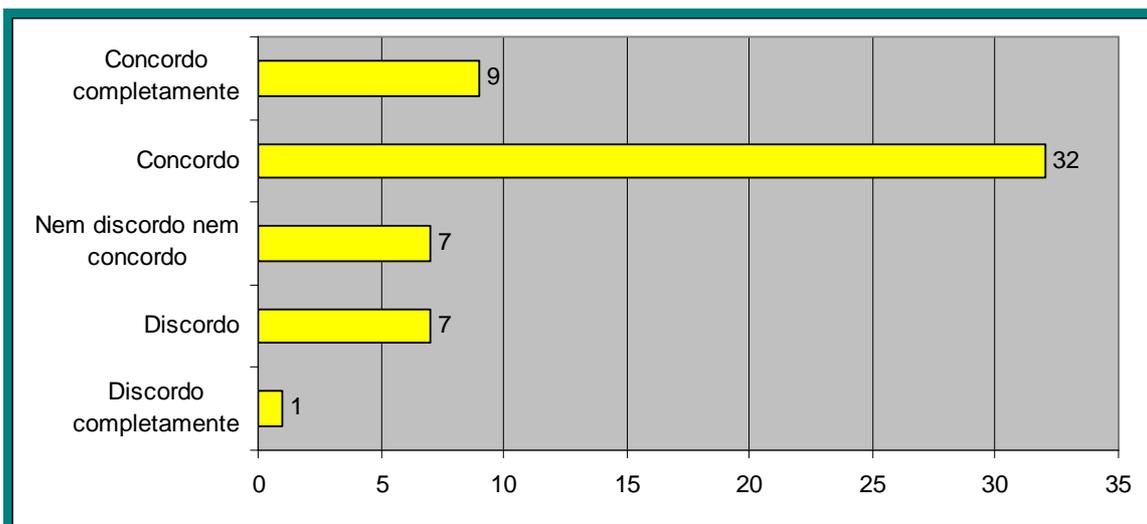


Figura 16 – Os documentos que possam ofender ou melindrar os utilizadores devem ser identificados com algum tipo de etiqueta para que possam ser evitados.

Apesar de 48,21% dos bibliotecários ter declarado que a moral vigente na comunidade não influenciar ou interferir na gestão das colecções das suas bibliotecas, vê-se agora, curiosamente, esta percentagem subir substancialmente. Assim, 73,21% dos inquiridos defenderam que os documentos que possam ofender ou melindrar os utilizadores devem ser identificados com algum tipo de etiqueta para que possam ser evitados. Apenas 14,28% discordou de tal prática, e percentagem idêntica manifestou reservas, tendo optado pela resposta “Nem discordo nem concordo.”

Para além desta questão, também foi pedido aos inquiridos que se pronunciaram a favor da etiquetagem de documentos ou da sua retirada das estantes que apresentassem alguns exemplos.

Quatro bibliotecários deram exemplos. Um dos bibliotecários sugere o seguinte: “Etiquetagem na capa, por exemplo, em livros da secção infanto-juvenil sobre educação sexual: ‘preferencialmente com acompanhamento parental’.” Outros dois bibliotecários também se referem aos materiais de natureza sexual: “Julgo que livros com imagens explícitas de pornografia (basicamente esses) devem ser colocados em depósito. O acesso é livre, todavia um pouco mais condicionado.” ou “Por exemplo, livros com fotos de carácter sexual.” Finalmente, relativamente aos materiais audiovisuais um dos inquiridos recomenda: “Por exemplo, os DVD's classificados para maiores de 16 ou 18 anos devem estar devidamente assinalados, para evitar que possam ser emprestados ou visionados na Biblioteca, por utilizadores com idade inferior.”

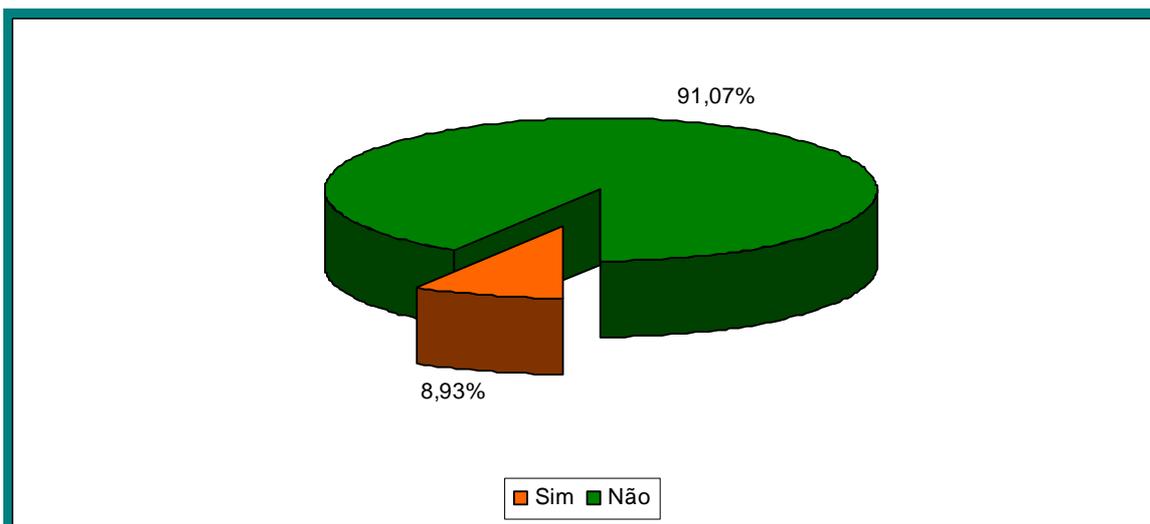


Figura 17– A sua biblioteca já etiquetou ou retirou algum documento do livre acesso por motivos morais, ideológicos ou outros?

Actualmente, a marcação de documentos nas bibliotecas públicas municipais portuguesas ou a sua retirada das estantes em livre acesso é residual. Somente 8,93% dos inquiridos (5) disseram já ter etiquetado ou retirado do livre acesso certos materiais. Os outros 91,07% (51) afirmaram nunca o terem feito.

Relativamente à pergunta anterior ainda foi pedido aos inquiridos que responderam afirmativamente que indicassem uma situação concreta em que tenham sido obrigados a etiquetar ou retirar das estantes algum documento.

Um dos bibliotecários diz ter recebido indicação superior para o fazer e um outro deixa um testemunho curioso relativamente à retirada de um documento em particular: “Um livro de São Cipriano, um livro de bruxaria que achei interessante e era pedido. Depois, só as crianças e adolescentes é que andavam sempre de volta dele com uma avidez incrível. Acabámos por o retirar do livre acesso. Entretanto preparámos para essas crianças e adolescentes uma sessão sobre São Cipriano e o livro, e sobre as crenças. Foi uma decisão tomada em conjunto pela equipa da biblioteca.” Finalmente, um dos inquiridos deu como exemplo “livros com imagens pornográficas explícitas”.

Embora o seguinte exemplo apenas tenha aparecido na última questão do inquérito, dedicada às sugestões e comentários finais, ele é bastante elucidativo da dupla moral que está por detrás da retirada de documentos do livre acesso.

“Sou da opinião que todas as áreas do conhecimento e da expressão do conhecimento humano deveriam estar presentes numa biblioteca. Todavia, algumas obras mais resguardadas em termos de acesso directo do que outras, sobretudo aquelas com conteúdo que possa ser mais ofensivo para o público em geral. Os interessados e investigadores quando interessados nesses conteúdos podem ter acesso a esses conteúdos, sem grandes questionamentos por parte do pessoal da biblioteca.”

No caso português, o não uso de etiquetas para marcar os materiais controversos nas bibliotecas públicas municipais, ou considerados inadequados para determinadas faixas etárias, pode encontrar explicação no facto de as bibliotecas da RNBP obedecerem a um *Programa* que as obriga a ter espaços diferenciados, quer para o público infanto-juvenil quer para o público adulto. A existência de salas próprias e adaptadas às necessidades de cada grupo permite que as colecções infantis, juvenis e de adultos estejam fisicamente separadas e não se misturem, evitando, deste modo, o contacto dos mais pequenos com os materiais que se encontram na “sala de adultos”.

A marcação de documentos, apesar de bem-intencionada, já que quando existe visa a orientação dos utilizadores e a identificação de materiais considerados controversos ou inadequados para determinadas idades, pode, no entanto, ter o efeito contrário. Na verdade, a colocação de uma marca ou etiqueta em determinados documentos torna aquilo que se pretende manter discreto ainda mais visível.

Para Kuhlmann (1989, p. 140): “Le fait que des adolescents se précipitent sur les ouvrages réservés aux ‘lecteurs avertis’ ou munis d’étiquettes de couleur spécial sur la tranche, conduit des bibliothécaires à se demander s’ils ne font pas plutôt de la publicité pour les ouvrages licencieux en les indiquant ainsi aux yeux des lecteurs.”

Um dos aspectos mais perniciosos no uso de um sistema de marcas é, em meu entender, a perspectiva paternalista que lhe está subjacente ao criar hierarquias e distinções entre documentos consoante a idade ou a “cultura e desenvolvimento intelectual” dos utilizadores, por exemplo. Ou ao presumir que estes necessitam de orientação. Ou ainda ao considerar que a biblioteca os deve proteger etiquetando ou retirando do livre acesso materiais susceptíveis de melindrar ou perturbar certas pessoas. Convém ainda dizer, que a marcação de documentos ou sua colocação em depósito servem também para proteger os bibliotecários de eventuais queixas ou protestos, tanto dos utilizadores como do executivo camarário.

5 – Coleções e ideologia: selecção de documentos controversos

Na sociedade as pessoas criam relações sociais vinculadas a um conjunto de instituições como a família, o trabalho, as religiões, etc. Além disso, as pessoas interiorizam ideias que justificam essas relações, ocultando a sua verdadeira origem e todos os interesses de exploração da força de trabalho que as regem.

Para Chauí (citado por FACCO, 2009, p. 150): “Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. Enfim, também é um aspecto fundamental da existência histórica dos homens a ação pela qual podem ou reproduzir as relações sociais existentes, ou transformá-las, seja de maneira radical (quando fazem uma revolução), seja de maneira parcial (quando fazem reformas).”

Mas como são legitimadas a reprodução das condições sociais de exploração e de dominação existentes na sociedade? Para Althusser (1980, p. 41 e seguintes) a resposta pode ser encontrada nos aparelhos ideológicos do Estado. E o que são os aparelhos ideológicos do Estado?

Os aparelhos ideológicos do Estado não se confundem com o aparelho (repressivo) do Estado. Este aparelho compreende: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões e “funciona pela violência”, pelos menos em situações limite, já que a repressão, por exemplo, administrativa pode revestir formas não físicas.

Por outro lado, os aparelhos ideológicos do Estado correspondem a um conjunto de instituições distintas e especializadas, a saber: as igrejas, as escolas (públicas e particulares), a família, o direito, os partidos políticos, os sindicatos, a comunicação social e as instituições culturais. Enquanto os aparelhos repressivos do Estado pertencem ao domínio do público, os aparelhos ideológicos do Estado pertencem ao domínio do privado. Todavia, para Althusser pouco importa que as instituições sejam públicas ou privadas, o que interessa é o seu funcionamento, sendo que as instituições privadas podem perfeitamente “funcionar” como aparelhos ideológicos do Estado. O que irá distinguir, no fundo, um e outro, é que o aparelho repressivo do Estado actua através da violência e o aparelho ideológico do Estado através da ideologia. Apesar dos aparelhos repressivos do Estado funcionarem principalmente pela repressão, eles podem ter (e têm) um aspecto ideológico, mas secundário. Já os aparelhos ideológicos do Estado operam predominantemente através da ideologia, embora as escolas, as igrejas, a família “eduquem” mediante métodos apropriados de sanções, exclusões e selecções. No caso particular das instituições culturais o autor menciona a censura como um dos mecanismos coercivos destas instituições imponem a ideologia.

Mas como se dá a reprodução das relações de produção, tão essencial à manutenção da ordem capitalista?

Althusser responde que a reprodução das relações de produção se dá através de mecanismos jurídico-políticos e pela ideologia. E quem controla os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado são as elites capitalistas dominantes, reproduzindo o poder repressivo e ideológico existente a fim de manter a propriedade privada e o trabalho assalariado. Deste modo, o papel do aparelho repressivo do Estado consiste, como aparelho repressivo, em garantir, pela força (física ou não), as condições apropriadas para a reprodução das relações de produção que mais não são do que as relações entre capital e trabalho, ou seja, relações de exploração.

Quanto aos aparelhos ideológicos do Estado, deve-se ter em mente que é graças a eles que os mecanismos de produção capitalista se repetem e reproduzem, incorporando na mente das pessoas uma ideologia de exclusão e desigualdade. Conforme Althusser (1980, p. 62-63) a ideologia através da qual funcionam os aparelhos ideológicos do Estado é unificada sob a ideologia dominante: “Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração.” E prossegue: “Cada um deles concorre para este resultado único da maneira que lhe é própria. O aparelho político sujeitando os indivíduos à ideologia política de Estado, a ideologia ‘democrática’, ‘indirecta’ (parlamentar) ou ‘directa’ (plebiscitária ou fascista). O aparelho de informação embutindo, através da imprensa, da rádio, da televisão, em todas os ‘cidadãos’ doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. O mesmo acontece com o aparelho cultural (o papel do desporto no chauvinismo é de primeira ordem), etc.”

Ora, desde o final do século XIX que as bibliotecas públicas, conscientes do seu papel educativo, têm procurado através das suas colecções transmitir os valores das classes dominantes. Como observa Nogueira (1986, p. 227-228): “Para assegurar à biblioteca o cumprimento de seu papel oficial, impõe-se a necessidade do controlo das leituras. Busca-se eliminar do acervo os escritos pouco elaborados, denominados vulgarmente de literatura ‘popular’ – leituras de escape. Com a justificativa de que a mesma empobrece o indivíduo e a nação, lança-se mão de critérios para seleccionar o acervo. Ao nível do aparente, a excelência da qualidade visa o bem comum; no plano da essência, objetiva manter a relação de poder.” Se hoje o alvo já não é a literatura popular (que se tornou ela própria instrumento ideológico ao entrar nos circuitos da indústria cultural), mas sim outro tipo de materiais, a preocupação em transmitir a ideologia dominante mantém-se.

Com efeito, os vários tipos de materiais controversos que actualmente são alvo de censura, ou eufemisticamente falando, excluídos ou evitados, com base em critérios ditos de qualidade ou outros, são um bom exemplo do “duplo funcionamento” dos aparelhos do Estado apontado por Althusser (1980, p. 47-48). Mediante um jogo de combinações subtis, explícitas ou tácitas, isto é, mediante um jogo de mecanismo repressivos e ideológicos que ambos os aparelhos (o repressivo e o ideológico) se reforçariam mutuamente. O que no caso das bibliotecas se operaria, no entender do autor deste trabalho, por um lado, pela selecção de um determinado tipo de acervo, valorizado pelas elites como o melhor, o mais adequado e conveniente e, por outro, pela exclusão de certos materiais (alternativos, controversos, subversivos, etc.) desse mesmo acervo. A ausência de tais materiais e a difusão massificada de outros seria, assim, uma das formas, entre outras, que as instituições culturais, neste caso as bibliotecas, encontrariam de disseminar a ideologia dominante.

Como observa Almeida Júnior (1997, p. 66): “A biblioteca é, sim, um instrumento de dominação, um canal por onde perpassa, os interesses de sujeição dos dominantes, um espaço onde se desencadeia o processo de reprodução da situação vigente; uma arena onde a luta de classes já têm vencedor pré estabelecido. E nós, bibliotecários, somos aquilo que dizemos que não somos, aquilo que não queremos ser.”

Conclui-se que as bibliotecas públicas são instrumentos ideológicos. Sendo assim, elas exercem não só a função de favorecer a reprodução das relações sociais estabelecidas, mas também o papel de um instrumento auxiliar da construção social. Em ambas as situações (reprodução e transformação das relações de dominação e exploração) cabe ao bibliotecário um papel fundamental: ou contribuir para conservar a ideologia dominante, ou tomar consciência de que pode ser agente de mudança e, deste modo, transformar a biblioteca num lugar e instrumento de transformações sociais. Para que isso suceda, as colecções das bibliotecas não podem ser sistemas fechados e repetitivos, elas devem estar conectadas com os princípios da democracia e da liberdade intelectual, ou seja, devem-se transformar em lugares de incerteza, de indeterminação e de pluralismo, onde todas as perguntas e inquietações são possíveis. As bibliotecas não devem criar uma nova verdade, mas questionar a verdade estabelecida.

5.1 – Literatura *light*

Para muitos bibliotecários a biblioteca pública tem um papel cultural a cumprir, daí que seja mais fácil encontrar nas suas colecções clássicos da literatura do que *best-sellers*, poesia do que banda desenhada. Esta situação pode conduzir as bibliotecas a comprar muitos livros em que quase ninguém está interessado em ler e poucos livros em que muitas pessoas estão interessadas

em ler. O argumento mais comum é de que o clássico irá permanecer, embora pouco estejam interessados em o ler, e que o *best-seller* é um fenómeno de moda e de massas, o que significa que muita gente já o está a ler (LEAL, 2007, p. [6-7]).

O que está aqui em causa, ainda segundo Leal (2007, p. [6-7]), é de saber se os livros são adquiridos segundo uma lógica pretensamente cultural e elitista, em que prevalecem as noções de cânone e de literatura séria. Ou se, pelo contrário, a sua aquisição se realiza segundo uma lógica comercial, em que imperam as noções de novidade editorial, *best-seller* e literatura *light*.

Por outro lado, esta questão reflecte a permanente tensão entre cultura erudita e cultura popular que, por sua vez, traduz outras dicotomias recorrentes como as de boas leituras/más leituras, boa literatura/má literatura, bons livros/maus livros. Mas quando se fala de uma literatura popular pretende-se afirmar que é para o povo? Ou que é produzida pelo povo? Ou que simplesmente agrada ao povo? E se é popular é *light*? Claro está que por “povo” se quer referir um conjunto da população, mas qual? A mais pobre? A menos culta? As classes menos privilegiadas?

Ora, embora os critérios de selecção baseados na qualidade possam indicar uma preocupação em desenvolver colecções que não respondam apenas às sugestões dos utilizadores e à ditadura do mercado, elas ocultam muitas vezes uma censura de gosto. Como observa Kuhlmann (1989, p. 168) a propósito dos romances sentimentais: “[...] les bibliothécaires pensent, pour la plupart, qu’il ne s’agit pas d’une censure, mais d’un choix fondé sur la qualité littéraire des ouvrages. Un courant se dessine actuellement au sein de la profession qui qualifie ces exclusions de censures et remet en cause les critères qui les déterminent. ”

Será a partir dos anos 50, mas sobretudo durante os anos 60/70 do século XX, que a chamada cultura anglo-saxónica, bem como as indústrias culturais, de proveniência norte-americana, se imporão. Esta americanização do mundo conduzirá àquilo que hoje se chama globalização, abrangendo praticamente todo o mundo e todas as culturas, e tem conduzido ao esbatimento de muitas características locais, regionais e nacionais, uniformizando estilos, gostos, formas de viver e de estar.

Inicialmente estes romances eram escritos por mulheres e para mulheres (no mundo anglo-saxónico esta literatura é designada por *chick-lit*). Estes livros manifestam um enorme interesse no que respeita ao público-alvo, demonstrando claramente uma preocupação e cuidado em agradar o público feminino que se revê muitas vezes nestes textos sentimentais (PEREIRA, 2006, p. 172-173). Porém, há opiniões divergentes quanto público-alvo destes romances. Segundo Magalhães (citado por PEREIRA, 2006, p. 172): “[...] as mulheres autoras, com as

suas histórias de mulheres, à procura de uma atitude feminina, não visam simplesmente um público feminino, mas dirigem-se a todo o tipo de leitor. É neste ponto que elas se reconhecem com *escritores*, sexualmente não marcadas.”

Sendo na sua maioria escrita por mulheres e para mulheres, a literatura *light* caracteriza-se por um determinado tipo de enredo que Vieira & Novo (2005) resumem deste modo: “Assim, evoluindo num cenário urbano e contemporâneo, as narrativas colocam em cena mulheres da classe média-alta, educadas, bem sucedidas profissionalmente [...], geralmente na faixa etária dos trinta anos, quase sempre com um casamento falhado e pelo menos um filho anterior ao início da diegese, aparentemente independentes e liberais em relação à sua vida sexual [...], obcecadas, contudo, por aspirações muito convencionais, das quais as principais correspondem, sem dúvida, ao culto da sua própria imagem sofisticada e ao desejo de encontrarem o Príncipe Encantado [...], que lhes venha a proporcionar amor, filhos, segurança material e estímulo intelectual e lhes permita desse modo, ocupar o seu lugar na sociedade.”

Outra tendência que se tem desenhado nos últimos anos e que pode ser incluída na literatura *light* é a panóplia de romances que actualmente invadem os escaparates das livrarias (e de muitas bibliotecas) e que, entre outros elementos, misturam esoterismo, magia, auto-ajuda, crime e factos históricos. Incluem-se nesta categoria autores como Paulo Coelho, Dan Brown, Stephenie Meyer e outros na mesma linha. A proliferação deste tipo de literatura configura uma cultura *ligh* que Matos (2006, p. 325) define do seguinte modo: “O chamamento do mágico, do misterioso, o apelo de um desconhecido maior e melhor e – principalmente – talvez alcançável materializa-se nesta fome por respostas que, à boa maneira *ligh* desta fase dos nossos tempos, não acartem grande esforço, mas antes pelo contrário, sejam instantâneas, prontas-a-consumir, numa espécie de ‘soteriologia liofilizada’ e que, para além disso, adicionem à componente de lazer a desculpabilização da inutilidade. E isto como sabemos, atravessa diagonalmente a sociedade.”

Presentemente não se tem o distanciamento suficiente para saber quais destas obras resistirão ao tempo e farão parte da história da literatura. O volume de vendas não é, e não será decerto, o indicador mais fiável para determinar a perpetuação de um determinado título. Todavia, os sucessos associados a esta literatura apresentam enormes potencialidades no aumento dos hábitos de leitura, já que o registo mais coloquial permite chegar a mais pessoas, podendo deste modo conseguir captar mais leitores para estas e outras leituras (PEREIRA, 2006, 174-175). Mas o que interessa, de facto, é oferecer livros que os diferentes grupos de leitores estão interessados em ler, sejam eles clássicos ou *best-sellers*. Ou dito de outro modo. Um bom livro é um livro que proporciona uma boa experiência de leitura, que dá prazer e com o qual o leitor se identifica, independentemente do género ou da pretensa qualidade literária. Isto significa que o

mesmo livro pode proporcionar experiências opostas em duas pessoas diferentes, isto porque, a leitura é, antes de mais, uma experiência íntima determinada por múltiplos factores sócio-culturais (LEAL, 2007, p. [7]).

Como recomenda Pereira (2006, p. 174-175): “Ler, para se tornar um hábito, tem de ser visto como algo lúdico, algo que dá prazer. Deverá ser um acto descontraído, sem pressões, que nos deixe ‘saborear’ o texto e as suas evocações. Muitos limitar-se-ão à leitura dessas obras *light*; outros procurarão outros textos, tentarão encontrar títulos que lhes permitam alargar os horizontes e que correspondam a outro nível de exigência, a outras expectativas. O importante é ler: se a leitura que é considerada *light* for desencorajada por parte daqueles que regulamentam o cânone, dificilmente se conseguirão fidelizar leitores para outros textos.”

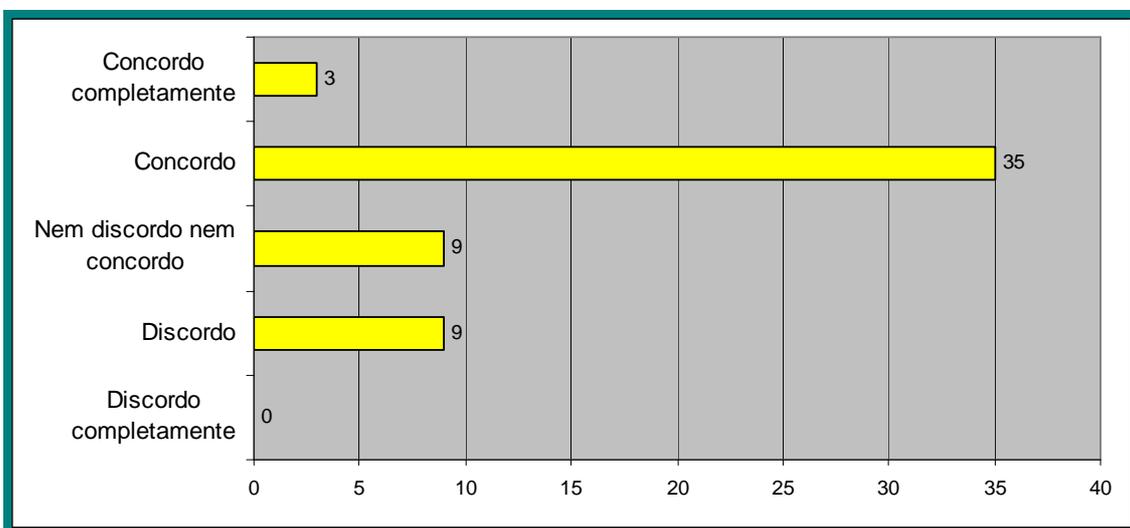


Figura 18 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar literatura de grande popularidade, mas de pouco mérito literário.

E porque o importante é ler, uma grande parte dos bibliotecários portugueses não vêem inconveniente em incluir nas colecções das bibliotecas públicas literatura *light* (62,50%), mas com reservas, já que apenas 5,35% são claramente a favor deste tipo de literatura. Por outro lado, vemos 16,07% das respostas a apontar para critérios elitistas e contra a aquisição deste tipo de materiais. E ainda, igual valor dos inquiridos a mostrar-se indeciso e sem uma posição definida quanto a esta questão.

5.2 – Banha da cobra

Decidiu-se chamar banha da cobra a um conjunto de materiais (bibliográficos e não só) que prometem curas milagrosas e soluções mágicas para os mais diversos problemas, sejam eles do cor-

po ou do espírito. A panóplia de temas que podem ser assim designada é imensa. Podemos encontrar nessas obras mezinhas, dietas e alimentos milagrosos, curas para todos os males, receitas para conquistar a felicidade ou aprender chinês enquanto dorme. Trata-se de materiais cujas receitas, teorias e propostas não foram comprovadas cientificamente mas que são de grande popularidade e invadem, actualmente, os escaparates das livrarias e de muitas bibliotecas. A auto-ajuda, a espiritualidade, o esoterismo, a parapsicologia e as medicinas alternativas são algumas das áreas onde com mais frequência se encontram tais materiais. São temas, como já se referiu, muito populares e com grande procura nas bibliotecas públicas, mas cuja credibilidade é muito discutível, havendo mesmo situações em que se está perante verdadeiras fraudes científicas.

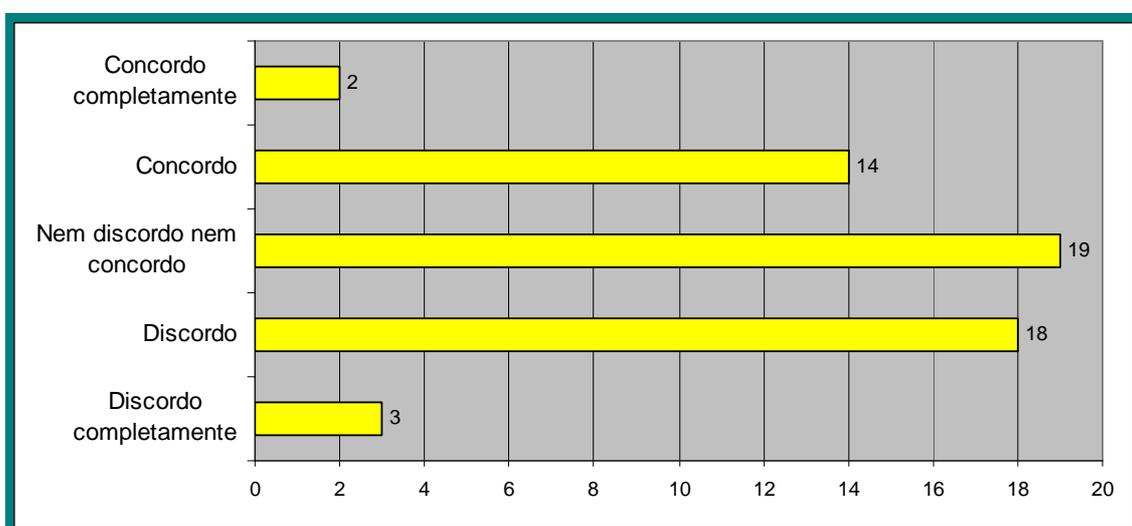


Figura 19 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos científicos ou médicos cujos conteúdos não foram demonstrados cientificamente.

Com efeito, uma das questões relacionadas com a liberdade intelectual é a que diz respeito à verdade ou falsidade da informação. Neste sentido, as respostas obtidas parecem revelar da parte dos bibliotecários portugueses uma preocupação acentuada na exactidão da informação fornecida, já que 37,50% dos inquiridos defenderam que uma biblioteca pública não deve ter nas suas colecções documentos cujos conteúdos não foram demonstrados cientificamente. No entanto, esta atitude aparentemente correcta, pode evidenciar um acto de censura, se considerarmos que não cabe aos profissionais de informação emitir juízos de valor sobre a veracidade da mesma, mas sim facilitar o acesso a qualquer tipo de informação. Talvez por isso 28,57% dos bibliotecários consideraram que os utilizadores têm o direito de aceder a esses materiais. Ainda assim, 33,92% dos profissionais inquiridos mostraram-se indecisos, revelando não ter uma opinião formada sobre este tema.

5.3 – Terror e outras monstruosidades

Os livros ou filmes que descrevem ou mostram actos de violência podem ser alvo de censura. Incluem-se neste grupo, especialmente, os filmes de terror e alguma banda desenhada com situações de violência extrema. Podem, no entanto, ser alvo de censura outras obras, como livros de guerra ou que mostrem imagens particularmente repulsivas. Apesar de alguma literatura poder suscitar reacções pelo realismo das descrições, são os materiais ilustrados e com a presença de imagens, os audiovisuais e a Internet que maiores problemas podem causar aos bibliotecários. Entre os principais ingredientes destas obras destacam-se normalmente a violência extrema, a morte, o escabroso, a crueldade, o monstruoso, o sobrenatural e outros elementos afins.

Quem trabalha nas bibliotecas públicas sabe que os filmes de terror são muito procurados, especialmente pelos jovens. Como observa Chantereau (2008, p. 60): “Les bibliothécaires constatent unanimement une forte demande pour les films violents et les films d’horreurs. L’erotisme n’est pas recherché, pas plus que la drogue, qui ‘semble un sujet dépassé’.” Apesar dos filmes de terror serem muito populares, há quem os considere prejudiciais, por banalizar a violência e explorar o lado mais sórdido do ser humano. Esta visão é também comum àqueles que defendem que as crianças e os jovens, por estarem em formação e serem mais vulneráveis devem ser protegidos destes materiais.

A este propósito afirma Bellour (1988, p. 347): “[...] protéger la jeunesse c’est évidemment l’argument le plus souvent utilisé pour justifier la nécessité de la censure. Influençables, dénués d’esprit critique, les jeunes doivent être protégés sur le plan politique contre les ‘points de vue extrêmes’, ‘non fondés sur les faits’, et sur le plan moral contre exemples pernicieux susceptibles de les mener sur la voie de la perversion et de la délinquance.”

Alguns autores, como Rives & Lorant-Jolly (2008, p. 32) lembram que “ce discours sur la dangerosité des mauvaises lectures repose sur une conception de l’esprit enfantin comme poreux et perméable, l’enfant adhérant sans réserve à tout message qui lui est adressé. [...] En tout cas, si cette vision est discutable, elle est largement répandue. Elle s’exprime surtout à propos des images filmées: lors de certains dramatiques passages à l’acte par des adolescents, on souligne fréquemment l’influence du visionnage de films ultra-violents.”

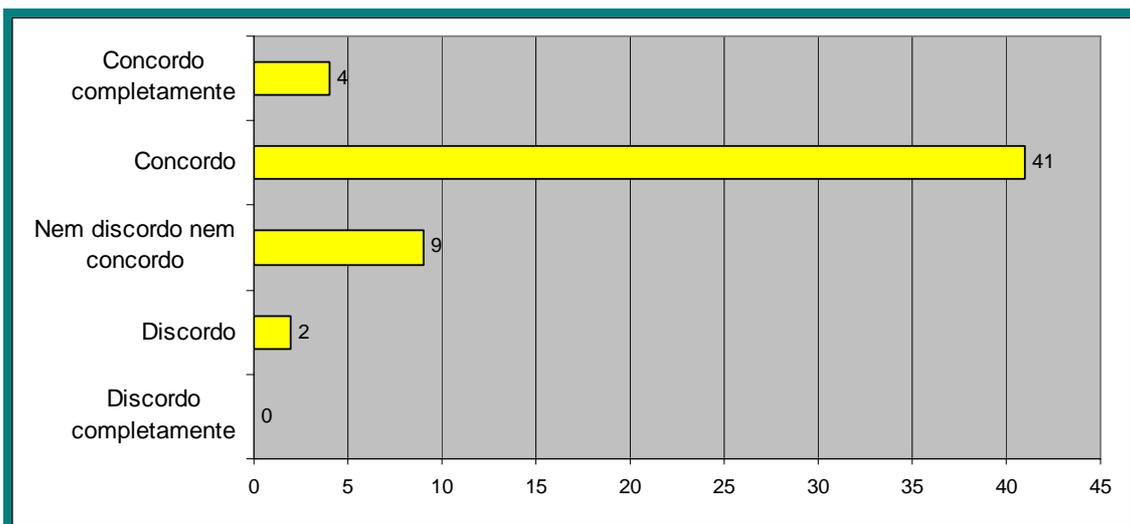


Figura 20 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que as pessoas possam considerar repulsivos, como por exemplo, imagens em livros ou em filmes de medicina, guerra ou terror.

Se exceptuarmos a questão da protecção das crianças e jovens, que no caso das bibliotecas públicas municipais portuguesas contam com espaços e colecções diferenciadas para esses utilizadores, a maioria dos inquiridos não se opõe à presença nas colecções de materiais considerados repulsivos. Assim, 80,35% concordam com a inclusão de tais materiais nas bibliotecas públicas, enquanto apenas 3,57% se opõe à sua aquisição. No entanto, os restantes 16,07% optaram pela resposta “Nem discordo nem concordo”.

5.4 – Actos ilegais

Em Portugal o artigo 37.º da *Constituição da República Portuguesa* (PORTUGAL, 2005) garante claramente a liberdade de expressão e a liberdade de acesso à informação, esclarecendo que tais direitos não podem ser impedidos ou limitados por qualquer tipo ou forma de censura. Contudo, os bibliotecários podem ser confrontados com situações delicadas em que a legislação pode restringir a liberdade intelectual dos cidadãos. Uma dessas situações diz respeito à aquisição de materiais e/ou ao acesso a conteúdos que descrevam actos considerados ilegais ou de duvidosa legalidade à luz da legislação em vigor. Nesta categoria, incluem-se materiais sobre temas tão diversos como aqueles que descrevem ou encorajam o cultivo e consumo de drogas, a prática do suicídio ou da eutanásia, o fabrico de bombas, os actos de homicídio, o apelo à desobediência civil ou à rebelião armada. Muitos dos temas anteriormente mencionados encontram-se frequentemente presentes na literatura e no cinema actuais, ou seja, correspondem a materiais de ficção do domínio da produção artística. Refira-se que estes temas são também abordados por obras ditas de divulgação científica.

A primeira dificuldade que os bibliotecários encontram é que as leis não mencionam, quase nunca, de modo explícito que a divulgação de tais informações constitui por si só um crime, daí a dificuldade em determinar se tais materiais são de facto ilegais. Além disso, relativamente aos materiais impressos ou audiovisuais presentes no circuito comercial os profissionais podem sempre alegar que não se tratando de edições ilegais não podem ser responsabilizados pela sua difusão.

Todavia, os que se opõem à presença de tais materiais nas bibliotecas argumentam que se tratam de verdadeiros “manuais de instruções”, que incitam os jovens e outras pessoas mais frágeis a cometer crimes. Por isso, para muitos bibliotecários a restrição a estes materiais justifica-se, particularmente, no caso dos adolescentes. Para estes bibliotecários, trata-se, de uma atitude de protecção e não de censura (KUHLMANN, 1989, p. 168)

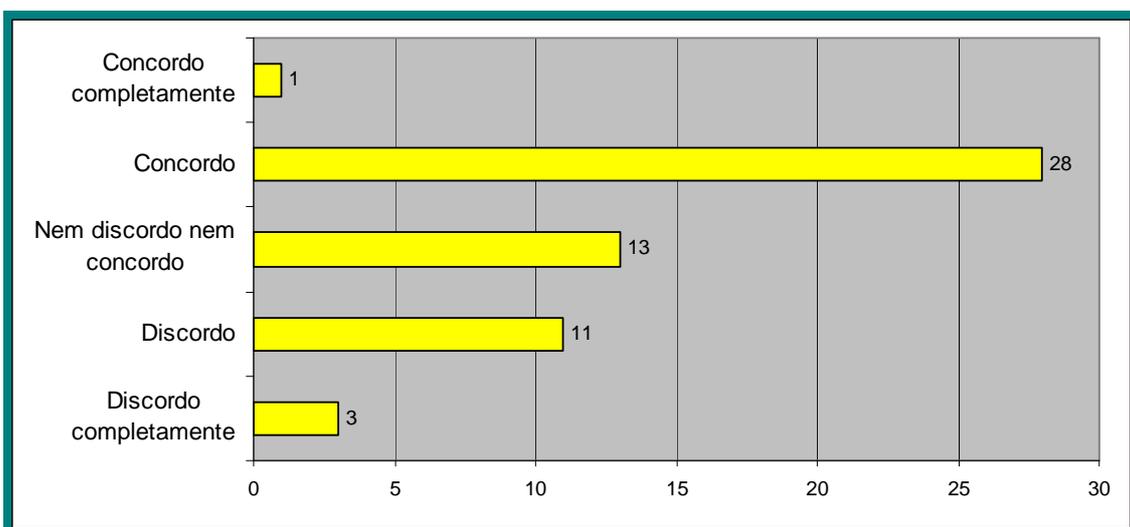


Figura 21 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos sobre o cultivo e produção de drogas.

Quando confrontados com a aquisição de materiais que podem levar as pessoas a cometer actos ilegais a maioria dos bibliotecários portugueses manifestou uma atitude de grande abertura, parecendo privilegiar acima de tudo a liberdade de acesso à informação. O que parece ser atestado pelo facto de 51,78% dos inquiridos ter concordado com a presença de materiais nas bibliotecas públicas que ensinem a cultivar e produzir drogas. No entanto, 25% dos bibliotecários não concordaram com a presença de tais materiais nas bibliotecas. Por outro lado, uma percentagem considerável (23,21%) mostrou ter reservas relativamente a este assunto.

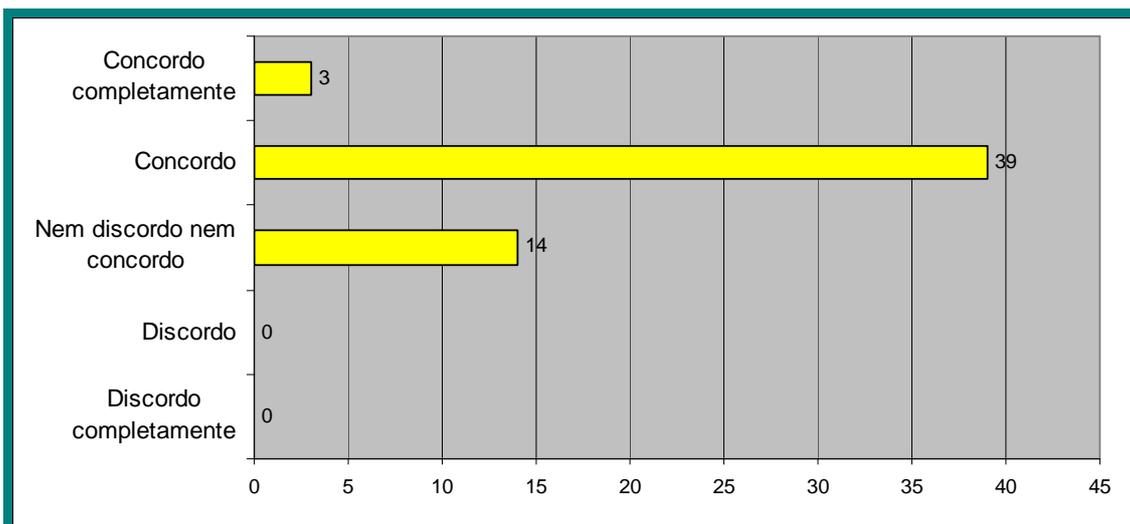


Figura 22 - É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que fomentem a contestação aos poderes instituídos.

A defesa da liberdade intelectual da parte dos nossos bibliotecários parece ser ainda mais radical quando se trata de disponibilizar informação que fomente a contestação aos poderes instituídos, com 75% dos inquiridos mobilizados nesse sentido. Surpreendentemente, nenhum inquirido se opôs à presença de materiais revolucionários nas bibliotecas. No entanto, mais uma vez, a percentagem de indecisos foi elevada, neste caso com 25% dos inquiridos a não se quererem comprometer.

Com efeito, a legislação que restringe a difusão de informação sobre determinados assuntos pode levar os bibliotecários a ser prudentes na selecção de materiais considerados controversos. Em muitos casos estamos na presença de materiais que não se encontram, normalmente, nas bibliotecas públicas. Por isso, talvez seja importante pensar no desafio lançado por Curry (1998, p. 69): “On peut redouter que les bibliothécaires n’interprètent ces lois restrictives trop à la lettre et donc soient exagérément circonspects dans le commande d’ouvrages controversés. Les bibliothécaires doivent évidemment respecter les lois, mais l’évitement de disciplines entières ‘pour avoir de la paix’ signifie un fonds censuré d’un usage limité.”

5.5 – Direitos humanos

“Acima de tudo julgo que aquilo que a biblioteca deve acautelar é que os *Direitos Universais do Homem* sejam defendidos e que o conhecimento que o indivíduo possa desenvolver baseado na colecção da biblioteca o façam defendê-los. A questão da liberdade intelectual é um assunto complexo, assim como o conceito de liberdade o é igualmente. Este trabalho é transversal a toda a sociedade e a biblioteca é apenas uma pequena peça do puzzle. Acrescento ainda que a selec-

ção para a colecção de adultos é diferente daquela que é aplicada na colecção infantil. Considerando que este público está em formação, temos algum cuidado na selecção de recursos – e eles não podem nem devem apresentar ideias contrárias aos que os *Direitos Universais do Homem* apresentam.” Este comentário, de um dos bibliotecários participantes no inquérito, propõe como fundamento dos serviços bibliotecários a defesa dos direitos humanos, e avança que as colecções devem promover e fomentar esses mesmos direitos humanos. Esta questão parece consensual e não levantar objecções, dado que os direitos humanos são concebidos pela sociedade Ocidental como incontestáveis, absolutos e, por conseguinte, universais. Todavia, uma análise mais atenta poderá apontar num sentido menos evidente.

Como observa Santos (2004b, p. 338): “É sabido que os direitos humanos não são universais na sua aplicação. Actualmente são consensualmente identificados quatro regimes internacionais de aplicação de direitos humanos: o europeu, o interamericano, o africano e o asiático. Mas serão os direitos humanos universais enquanto artefacto cultural, um tipo invariante cultural ou transcultural, parte de uma cultura global? A minha resposta é não. Ainda que todas as culturas tendam a definir os seus valores mais importantes como os mais abrangentes, apenas a cultura ocidental tende a formulá-los como universais. Por isso mesmo, a questão da universalidade dos direitos humanos trai a universalidade do que questiona ao questioná-la. Por outras palavras, a questão da universalidade é uma questão particular, uma questão específica da cultura ocidental.”

Por outro lado, quando falamos de organizações ou países que não respeitam os direitos humanos falamos muitas vezes de países que se opõe aos interesses geopolíticos das grandes potências, nomeadamente os EUA. Acresce ainda, ao que foi dito, a manipulação da temática dos direitos humanos pelos meios de comunicação social no Ocidente, consoante as conveniências políticas do momento.¹⁶ Ainda, conforme Santos (2004b, p. 339): “Se observarmos a história dos direitos humanos no período imediatamente a seguir à Segunda Grande Guerra, não é difícil concluir que as políticas de direitos estiveram em geral ao serviço dos interesses económicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemónicos. Um discurso generoso e sedutor sobre os direitos humanos coexistiu com atrocidades indescritíveis, as quais foram avaliadas de acordo com revoltante duplicidade de critérios.”

¹⁶ Noam Chomsky, reputado intelectual norte-americano, conhecido como linguista e activista político, nomeadamente pelas suas críticas face à política externa dos EUA, têm analisado em profundidade as relações entre o poder, os meios de comunicação social e a economia. Estes temas são abordados num conjunto de entrevistas reunidas no livro *Propaganda e opinião pública* (Chomsky, 2002).

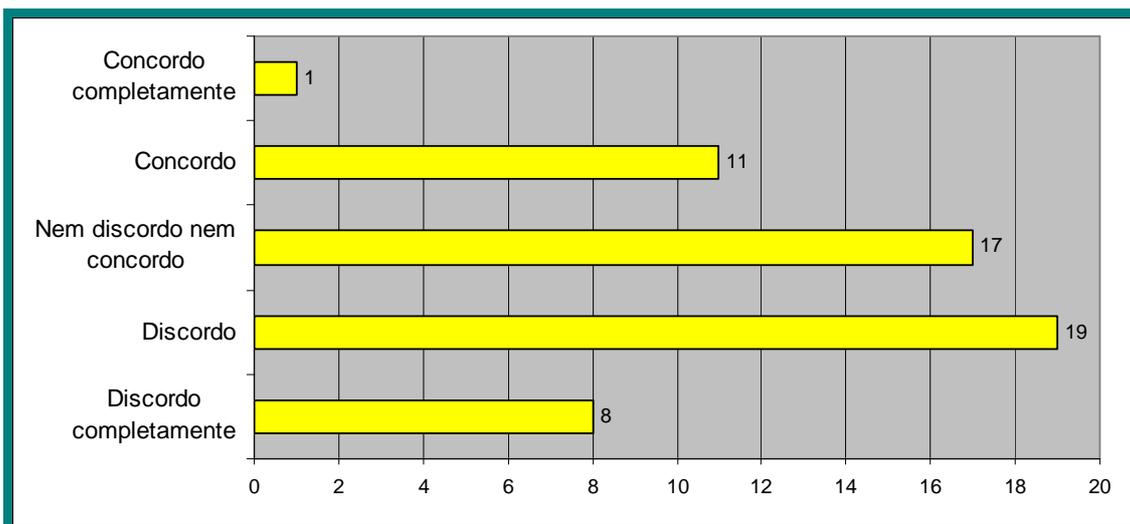


Figura 23 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos cuja compra beneficie organizações ou governos que não defendem os direitos humanos.

Talvez esse discurso, sedutor (e ideológico), tenha levado a maioria dos bibliotecários (48,21%) a considerar que não é adequado as bibliotecas públicas disponibilizarem documentos cuja compra beneficie organizações ou governos que não defendem os direitos humanos. No entanto, este tema não é claro para 30,35% dos inquiridos. Provavelmente, para estes uma reflexão sobre o assunto é necessária de modo a evitar lugares comuns politicamente correctos. Os restantes 32,14% dos bibliotecários são intransigentes defensores da liberdade intelectual para quem o pluralismo das colecções passa pela inclusão de todo o tipo de materiais, mesmo daqueles que são contra os direitos humanos.

Conclui-se que, excluir das colecções materiais não conformes os direitos humanos pode significar não dar voz a outras leituras da realidade, nomeadamente a outras culturas que não se revêem na pretensa universalidade dos direitos humanos tal como foram estabelecidos em 1948 na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1978), elaborada, de resto, sem a participação da maioria dos povos do mundo.

Mesmo quando são invocados os direitos humanos como argumento para excluir das colecções materiais que fazem a apologia do racismo ou incitem à violência, por exemplo, os bibliotecários devem estar conscientes que estas exclusões podem não ser evidentes e merecem reflexão e uma justificação. Quer isto dizer que, o preço por viver em democracia pode incluir o confronto com crenças, ideias e imagens que podemos desaprovar. E para muitos esse confronto pode ser incómodo e até profundamente chocante.

5.6 – Negar o Holocausto

As obras que questionam a informação geralmente aceite sobre o extermínio de milhões de judeus durante a II Guerra Mundial, conhecido como Holocausto, podem ser objecto de censura por negarem, entre outros factos esse mesmo extermínio. Estas teorias, chamadas negacionistas ou revisionistas, defendem que o genocídio praticado pelos nazis contra os judeus e outros grupos (ciganos, comunistas, homossexuais, etc.) não aconteceu ou não aconteceu nas proporções que são geralmente divulgadas. A maioria dos negacionistas opina também, de forma implícita ou explícita, que o Holocausto terá sido uma estratégia de propaganda de guerra inventada pelos Aliados e que foi, posteriormente, aproveitada pelos judeus com o objectivo de obter benefícios de outros países, como a Alemanha. Estas teorias são refutadas pela grande maioria dos historiadores e proibidas por lei em alguns países, como na Alemanha, Áustria e França, por serem consideradas uma incitação ao anti-semitismo e ao nazismo. Além disso, estas teorias são geralmente aceites e difundidas pelos grupos de extrema-direita.

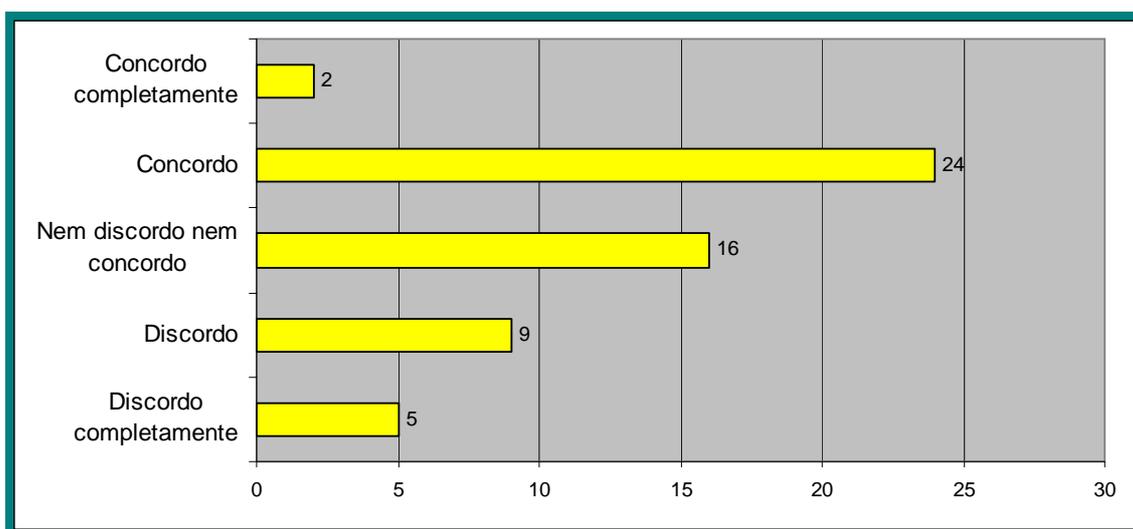


Figura 24 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que questionem a informação geralmente aceite sobre o Holocausto.

A maioria dos inquiridos (46,42%) parece considerar que as teorias negacionistas, por mais absurdas ou chocantes que possam ser, devem ter o direito a serem ouvidas, contra 25% que se opuseram à presença de tais materiais nas bibliotecas públicas. Ainda assim, 28,57% hesita e não tem uma opinião clara sobre o assunto.

5.7 – Racismo e xenofobia

As temáticas racistas e xenófobas colocam uma das questões mais delicadas às bibliotecas públicas: a de saber se as ideologias extremistas têm lugar nas colecções destas bibliotecas.

Como ponto de partida desta reflexão far-se-á uma breve incursão pelos acontecimentos e argumentos que se desenvolveram no seguimento das confrontações que opuseram bibliotecários e autarcas eleitos do partido francês de extrema-direita Frente Nacional (Front National), liderado por Jean Marie Le Pen, sobejamente conhecido pelas suas ideias racistas e xenófobas.

Em 1995, membros da Frente Nacional foram eleitos como presidentes de câmara em quatro vilas francesas, a saber: Orange, Vitrolles, Marignane e Toulon. Os acontecimentos que se seguiram mostraram que a Frente Nacional veria a utilizar as bibliotecas públicas dos municípios em questão para abafar a voz dos seus opositores e difundir as suas ideias políticas. Esta situação foi, então, largamente denunciada pela comunicação social e agitou a classe bibliotecária, dentro e fora de França. Como adeptos incondicionais da liberdade intelectual e do livre acesso à informação os bibliotecários franceses eram confrontados com um dilema: por um lado, a defesa do pluralismo das colecções das bibliotecas e, por outro, a inclusão de materiais extremistas, advogando posições, senão abertamente, pelos menos veladamente racistas e xenófobas. As discussões que se seguiram, entre os profissionais de informação, traduziram-se em recomendações práticas e deontológicas destinadas a combater a ingerência dos políticos na gestão das colecções. Este debate, colocou, igualmente, importantes questões filosóficas relacionadas com a missão da biblioteca pública, os limites da tolerância, a censura e aquilo que o pluralismo das colecções implica numa sociedade democrática e multicultural (KIBBEE, 2004).

A Frente Nacional, partido criado em 1972, cultiva uma visão saudosista do passado francês, da sua cultura e tradições, bem como de uma França rural em vias de extinção (na sua opinião), aliada a um discurso alarmista sobre a segurança, o desemprego e a falta de valores morais. Os textos dos seus militantes e simpatizantes denunciam também, frequentemente, a conspiração dos judeus, o imperialismo americano e o poder oculto de outros grupos, como os homossexuais ou artistas e intelectuais, que querem perverter os jovens e acabar com a família. Contudo, o seu alvo favorito são os imigrantes, sobretudo árabes e africanos, acusados do aumento da criminalidade, da insegurança e do desemprego, enquanto, o multiculturalismo é visto como uma ameaça sem precedentes à identidade cultural da França. Neste sentido, é preciso adoptar medidas drásticas de modo a pôr fim à degradação moral, económica e cultural do país, tais como a limitação dos direitos dos imigrantes, incluindo a sua expulsão, a reintrodução da pena de morte, a criminalização do aborto, a proibição da construção de mesquitas ou a viva oposição ao casamento homossexual. Profundamente conservador, populista e de inspiração fascista para muitos, a sua retórica está repleta de mensagens racistas, xenófobas, homofóbicas e sexistas, mais ou menos veladas. Em 2002, nas eleições presidenciais, a Frente Nacional obteve aproximadamente 17% dos votos.

Apesar da extrema-direita ter uma expressão residual em Portugal (entre 0,2% e 0,8% dos votos), ela existe e não pode ser ignorada. O PNR (Partido Nacional Renovador) é um partido nacionalista, criado em 2000, congrega apoiantes dos diversos pequenos partidos, movimentos e coligações eleitorais da direita nacionalista (PDC, MIRN/PDP, FN), surgidos após o PREC. É actualmente o único partido português de extrema-direita. Em traços gerais o seu discurso populista e conservador é idêntico ao dos seus congéneres europeus, incluindo a Frente Nacional.

Relativamente às bibliotecas municipais de Orange e Marignane a censura foi exercida de várias formas. Nestas vilas, pouco tempo após as eleições de 1995, que deram a vitória à Frente Nacional, as colecções da biblioteca foram inspeccionadas e as aquisições ficaram nas mãos dos executivos camarários, criando comissões de selecção responsáveis pela gestão das colecções. Acusados de promover o multiculturalismo ou de ofender a moral e os bons costumes diversos títulos, contrários ao programa do partido, foram eliminados ou retirados das estantes. Em contrapartida foi privilegiada a aquisição das obras de autores conotados com a extrema-direita. Mas as pressões e os atropelos ao trabalho dos bibliotecários não se ficaram por aqui. “Dans les villes ténues par le FN, non seulement les effectifs des professionnels des bibliothèques étaient systématiquement réduits, mais, de plus, le personnel se faisait ouvertement insulter et était la cible d’actes de vandalisme (pneus crevés, par exemple).” (KIBBEE, 2004).

Embora os incidentes ocorridos nas bibliotecas já mencionadas tenham correspondido a claros actos de ingerência no funcionamento destas instituições, a extrema-direita não é seguramente a única força política a cometer tais actos de censura. Em França como em Portugal, de resto, as bibliotecas municipais são muito sensíveis às mudanças políticas. As pressões e interferências do poder local e dos executivos camarários ou de outros elementos politicamente influentes são, infelizmente, mais frequentes do que se possa pensar. Convém, ainda, lembrar o que Kuhlmann (1989, p. 152) refere a propósito dessas interferências: “La stratégie adoptée par les municipalités n’est pas seulement liée à l’appartenance politique, mais dépend en grand partie de la personnalité des élus, de la configuration locale, de la période politique et, évidemment, de la stratégie adoptée par les bibliothécaires.”

Face à chuva de críticas, a Frente Nacional não deixou de reclamar também para si, evidentemente, a noção de pluralismo. Como lembra Kibbee (2004): “Le FN a lui-même publié un rapport dans lequel il dénonce l’influence des idées de ‘gauche’ dans la constitution des fonds de bibliothèque et l’absence de pluralisme de la pensée politique. Il accuse les bibliothèques de pratiquer la censure et de mépriser ouvertement les principes du pluralisme en excluant la voix d’opposition de certains groupes politiques, nommément ceux d’extrême droite.”

Confrontados com estas críticas alguns bibliotecários franceses apressaram-se a reformular a noção de pluralismo. Foi o caso de Gautier-Gentès (1998, p. 65-66), da Inspection Générale des Bibliothèques, que por um lado declara : “Il reste que toute formation politique est susceptible de malmenager le pluralisme (en est-il qui s’en soit privé?). Et que toute atteinte au pluralisme est inadmissible, dans la mesure où elle tend à présenter un tableau tronqué de la réalité au public, à lui imposer une vision du monde partielle et partial.” Mas, por outro lado, afirma que: “Le pluralisme n’est pas d’abord politique. L’extrême-droite nous dit: les publications qui me sont favorable doivent être admises dans les bibliothèques. Et nous répondons, c’est selon, oui ou non. [...] En l’occurrence, l’idée que le pluralisme est d’abord, est presque exclusivement politique. Tel n’est pas le cas. Conséquences: les bibliothèques doivent pouvoir refuser de droit d’acquérir les publications militantes. Par exemple, les journaux et programmes des partis.” E prossegue o mesmo autor com mais algumas restrições: “En ce qui concerne, je serais pour poser une autre limite à l’acquisitions des publications politiques et idéologiques. Le droit devrait être reconnu aux bibliothécaires de récuser celles qui prônent le racisme, l’antisémitisme, le meurtre. Je veux dire: même si la loi, qui réprime ce type de publications, ne les a pas frappés comme telles. Car nous savons que la loi fait parfois preuve, en la matière, de distraction.”

Tais posições não são de todo consensuais, colocando questões concretas relativas à liberdade intelectual. Devem os bibliotecários adquirir publicações extremistas? É adequado as colecções das bibliotecas públicas disponibilizarem materiais de extrema-direita ou de outros movimentos extremistas? Deverão ser as publicações políticas excluídas dos acervos? O que são publicações políticas e ideológicas? E o que fazer com aquela literatura ou cinema onde abundam estereótipos racistas, xenófobos, homofóbicos ou sexistas? Neste sentido, Poulain (1997, p. 61), aquando de um colóquio sobre gestão de colecções nas bibliotecas públicas, colocou esta pergunta, que exprime bem as inquietações suscitadas pelos materiais controversos: “Mais, faut-il, au nom du pluralisme, voire au nom de la démocratie, ou encore au nom du respect de la liberté du lecteur et de sa capacité de juger, accepter toute publications dans la bibliothèque, y compris celles qui nous répugnent, qui sont contraires aux principes mêmes sur lesquels s’est constituée la bibliothèque publique?”

Num dossiê elaborado pela ABF (ASSOCIATION, 1999), intitulado *Les bibliothèques face aux pressions politiques: quelques outils*, esta associação lembra que as bibliotecas públicas devem promover a coesão social e em nome dos princípios constitucionais e legais poder recusar todos os materiais que discriminam abertamente determinadas categorias da população. Neste dossiê, entre as muitas recomendações e sugestões apresentadas, são dadas indicações no sentido de identificar editores, títulos e autores ligados à extrema-direita, ou com ela conotada. O objectivo é alertar os bibliotecários no sentido de evitar, por distração ou desconhecimento, que sejam

adquiridos este tipo de materiais. Algumas considerações são verdadeiramente surpreendentes. Como esta (ASSOCIATION, p. [18]): “Si certaines revues s’affichent clairement d’extrême droite, des publications ‘passerelles’ diffusées en kiosque ne s’en réclament pas et sont donc autrement dangereuse, comme *La Une* qui ouvre ses pages aux dirigeants d’extrême droite, ou *Enquête sur l’histoire*, revue de vulgarisation historique.”

Todavia, para outros, face a materiais que nos repugnam profundamente mas que foram legalmente publicados recomenda-se que se adopte conforme Albaric (citado por KUHLMANN, 1989, p. 63) “[...] une unique rigueur, même si nous devons la pratiquer à contrecœur: quand un texte est publié et diffusé, nous n’avons aucun droit, dans l’exercice de notre profession, à exercer cette censure et nous devons, là encore, considérer nos lecteurs comme responsables de leurs intérêts ou demandes. Nous n’avons pas la charge de faire respecter l’Ordre Social. Chacun son métier.”

Evidentemente que os bibliotecários devem respeitar as leis, mas em nome da coesão social e do politicamente correcto não estarão as bibliotecas públicas a transformar-se em lugares onde não há lugar para os dissidentes. Neste sentido seria interessante reflectir sobre estas palavras de Almeida Júnior (1997, p. 90): “Se vocês estão imaginando que eu estou tentando dizer que o bibliotecário é retrógrado, conservador e reaccionário, acertaram. Somos obrigados a aceitar que o profissional bibliotecário é retrógrado, conservador e reaccionário. Muitos vão discordar desta minha posição. No entanto, acho inegável a identidade entre o pensamento bibliotecário e a ideologia burguesa (exagerei?).”

A indignação dos bibliotecários (franceses) é compreensível no que diz respeito aos acontecimentos aqui relatados. Mas... E se não tivesse existido ingerência na gestão das colecções da parte dos executivos camarários? Mas sim, apenas o pedido de inclusão nas colecções de publicações de extrema-direita? E se essas sugestões tivessem partido dos utilizadores? E se tivessem sido os próprios bibliotecários a adquirir tais materiais com o objectivo de garantir o pluralismo das colecções? Interessa lembrar, antes de mais, que falamos de um partido (Front Nacional) legalmente constituído, que tem concorrido em eleições livres, respeitando as regras legais e democraticamente estabelecidas.

Ora, mesmo discordando profundamente das teses veiculadas pela extrema-direita ou por outros grupos extremistas, a solução não passará, certamente, numa democracia, por ignorar, silenciar ou evitar o confronto com estas ideias. Como observa Curry (1998, p 68): “Ces confrontations peuvent être profondément choquantes. Néanmoins, elles sont le rançon de la liberté d’exprimer ses propres idées et de réfuter les idées d’autrui.”

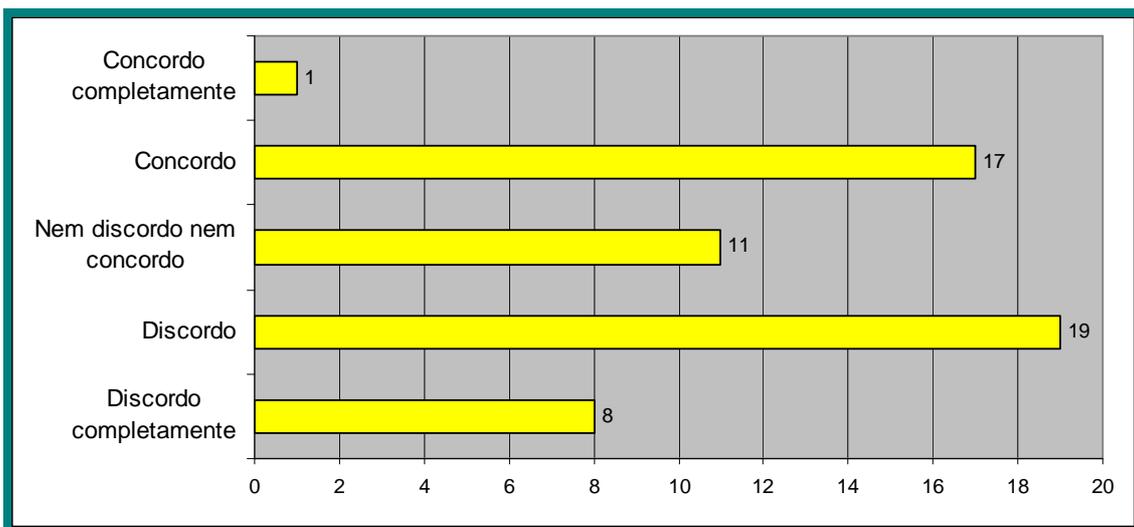


Figura 25 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que reproduzam estereótipos racistas e xenófobos.

Relativamente à posição dos bibliotecários portugueses quanto a materiais racistas e xenófobos pode-se verificar um confronto de opiniões, entre os que são contra a aquisição deste tipo de materiais (48,21%) e os que acham (32,14%) que, em nome do pluralismo e da liberdade intelectual, tais materiais devem estar presentes nas colecções das bibliotecas públicas. Com uma percentagem ainda considerável de inquiridos (19,64%) a não ter uma opinião sobre o assunto.

5.8 – Igualdade de género e sexismo

Apesar de os jovens e as jovens de hoje terem nascido numa sociedade formalmente igualitária, os estudos sobre a situação da mulher em Portugal continuam a demonstrar que entre aquilo que a lei diz e a realidade existe uma diferença, por vezes enorme. No dia-a-dia as relações sociais estão imbuídas de múltiplas e variadas formas de discriminação que são aceites e toleradas porque se consideram normais. Os estereótipos de género, à semelhança de outros como o racismo ou a homofobia, fazem parte da cultura dominante e estão profundamente enraizados nas mentalidades.

O sexismo constitui um dos estereótipos mais perniciosos que está na base de profundas desigualdades entre homens e mulheres em muitas sociedades, nomeadamente na sociedade ocidental, e pode ser definido do seguinte modo: “El sexismo en sentido amplio designa la discriminación basada en el sexo, concretamente en relación con el sexo femenino. Este término se utiliza para significar las prácticas, los prejuicios y las ideologías que desvalorizan e inferiorizan a las mujeres en relación a los hombres. Bajo la influencia de los movimientos feministas, se ha em-

pezado a utilizar el concepto de ‘sexismo’ para designar estas prácticas e ideologías discriminatorias con respecto a las mujeres, y para señalar que estas son tan injustas y condenables como las que afectan a los individuos por razón de su etnia, de su religión o de su afiliación política.” (MICHEL citado por RODRÍGUEZ IZQUIERDO, 1998, p. 261).

Não obstante, as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa nos últimos anos, das alterações na legislação, das múltiplas campanhas de sensibilização e até da criação de um Ministério da Igualdade substituído pela actual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género¹⁷, a maioria dos modelos culturais presentes na publicidade, no cinema ou na literatura continuam a dar uma imagem estereotipada da mulher. Nas bibliotecas estes estereótipos estão presentes em muitos materiais sem que os bibliotecários se apercebam, muitas vezes, da sua insidiosa presença. Vejam-se os exemplos paradigmáticos dos manuais escolares (ou de outros materiais infanto-juvenis) assinalados por Rodríguez Izquierdo (1998, p. 260): “El sexismo de los libros de texto, su olvido sistemático de la existencia de las mujeres y su silencio en relación a los ámbitos de actividad tradicionalmente considerados femeninos es notorio. Ignorar la presencia de las mujeres en la sociedad, su protagonismo, sus aportaciones a la vida colectiva, silenciar sus aptitudes y posibilidades personales y utilizar un lenguaje masculino dificulta el que las niñas puedan sentirse vinculadas e identificadas con el contenido de los textos.”

Além disso, os materiais infanto-juvenis, dado o público a que se destinam, são concebidos normalmente com objectivos didácticos, mostram certos modelos de vida e uma visão do mundo e dos papéis masculinos e femininos socialmente estabelecidos, bem como das hierarquias existentes entre eles. Esses recursos como observa mais uma vez Rodríguez Izquierdo (1998, p. 260) “[...] pretenden establecer unas actitudes hacia el mundo en el que estamos insertos, y apoyan y defienden para ello unas determinadas concepciones y teorías sobre cómo y por qué la realidad es como es, acerca de qué manera, quién, cuándo y dónde podemos intervenir.” Estamos, por conseguinte, face a materiais que reproduzem e transmitem numerosos estereótipos e preconceitos existentes na sociedade. Quer isto dizer que através das práticas sociais vai-se legitimando e perpetuando o que é “natural” para o homem e para a mulher. Por isso, em relação a este aspecto é extremamente enriquecedor oferecer às crianças materiais que traduzam um mundo pautado pela diversidade. As diferenças entre as pessoas não podem e nem devem ser transformadas em desigualdades.

Com efeito, os estereótipos sexuais ao não contemplar a grande diversidade de atitudes, comportamentos e estilos de vida que caracterizam a sociedade geram imagens tipificadas dos indi-

¹⁷ Consulte: <<http://www.cig.gov.pt/>>.

víduos, transmitindo a ideia de que todos os homens (ou quase todos) e todas as mulheres são idênticos e possuem determinadas características que lhes são inatas. Por exemplo, nos materiais infanto-juvenis são frequentes estas categorias (MICHEL citado por RODRÍGUEZ IZQUIERDO, 1998, p. 262):

- Categoria de papéis na família ou na escola: Os pais são os que garantem o sustento da família. Pelo contrário, as mães são donas de casa. A maioria dos professores primários são mulheres e os directores das escolas são homens;
- Categorias de papéis associados à personalidade: Os homens apresentam-se normalmente como pessoas criativas, que tomam decisões, que actuam, enquanto as raparigas e as mulheres aparecem como seres passivos, dependentes, espectadoras, etc.
- Categoria de papéis sociais e políticos: As mulheres são secretárias ou enfermeiras, os homens empresários, médicos, etc.

Mas não se pense que a disseminação de preconceitos e a transmissão de modelos negativos ficam por aqui. Na literatura infanto-juvenil abundam muitos outros estereótipos como os de natureza étnica, cultural ou social. Os bibliotecários devem estar atentos a essas obras, e reconhecer as características mais marcantes desses estereótipos, que incluem (VERGUEIRO, 2010, p. 33):

- A ausência de minorias étnicas, como se a sociedade fosse composta apenas por pessoas “brancas”;
- A representação negativa das minorias, seja retratando-as como figuras caricatas, atribuindo-lhes características negativas e apresentando, destes modo, tais personagens como antipáticas ou os maus da história, seja reservando-lhes papéis considerados de menor importância social, como empregadas domésticas, criados, trabalhadores pouco qualificados, etc.;
- Representação positiva das classes sociais dominantes, retratadas como pessoas simpáticas, bonitas, felizes, bem sucedidas e, por conseguinte, como modelos a serem seguidos pelas crianças.

Para as bibliotecas públicas¹⁸ atentas e preocupadas com este problema aplicar uma perspectiva de género às colecções nem sempre é fácil. González Rodríguez (2006, p. 116) da Biblioteca Municipal de Ermua (Espanha) explica porquê: “La tarea de seleccionar documentos aplicando parámetros de género es una tarea muy difícil. El circuito comercial, tanto el impreso como el audiovisual, está copado por autores. La ilustración de álbumes infantiles es cada vez más cuidada y de buena calidad pero los protagonistas y las temáticas siguen protagonizadas por personajes masculinos en un alto porcentaje. Sólo entre los libros infantiles y juveniles recibidos “a examen” de varias editoriales en medio año encontramos que el 85 % de sus protagonistas, temas, lenguaje e ilustraciones giran en torno a estereotipos masculinos.” E acrescenta: “Para conseguir otros libros que equilibren la colección, escritos por autoras, con diferentes protagonistas, lenguaje cuidado etc. hay que recurrir muchas veces a editoriales independientes y a canales comerciales alternativos, lo que supone también un esfuerzo, ya que el tiempo que se dedica a esta labor, la distribución o el pago de los mismos suelen tener también características especiales.”

¹⁸ Conscientes que a bibliotecas e os seus acervos são transmissores da moral dominante e de estereótipos que geram discriminações a associação UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta foi mentora do projecto BIG – Bibliotecas pela Igualdade de Género. Este projecto tem como objectivo primeiro promover a igualdade de género e a cidadania, foi financiado pelo POPH - Programa Operacional do Potencial Humano e terá uma duração de dois anos (2009-2010). Esta iniciativa está, infelizmente, circunscrita à região de Lisboa, estando a decorrer apenas nas bibliotecas municipais e escolares de Lisboa e do Montijo. De entre os objectivos enunciados pelo projecto BIG repare-se na importância dada às colecções. Por um lado destaca-se a necessidade de: “Orientar e apoiar as/os responsáveis das bibliotecas municipais e escolares na selecção de monografias relacionadas com as temáticas da Igualdade de Género, dos Direitos Humanos das Mulheres e da Cidadania, encaminhando também gratuitamente para estas bibliotecas títulos por nós ofertados ou títulos que são propriedade de outras entidades, como por exemplo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).” Por outro, pretende-se: “Criar kits bibliográficos, segundo níveis de escolaridade, atentos, sensíveis e adequados às temáticas da Igualdade de Género, dos Direitos Humanos das Mulheres e da Cidadania disponibilizando-os às bibliotecas municipais e escolares para que estas possam mais efectivamente promover os valores da Igualdade de Género e da Cidadania.” (UMAR, 2009) De sublinhar que iniciativas similares poderiam ser aplicados a outras áreas como o racismo ou homofobia.

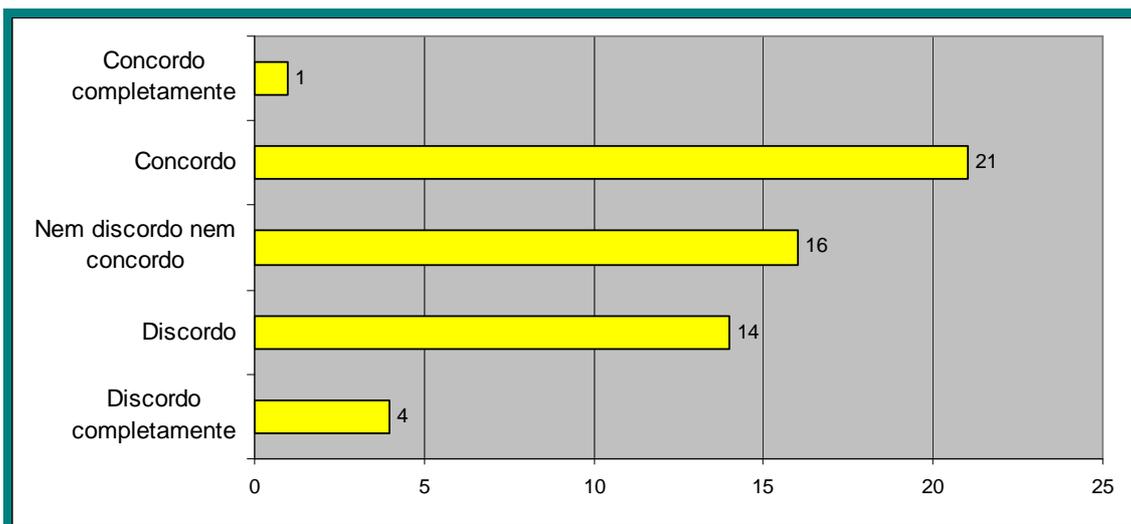


Figura 26 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que apresentam a mulher de modo estereotipado.

Quando confrontados com a questão da igualdade de género 39,28% dos inquiridos defenderam que as bibliotecas públicas devem evitar materiais que apresentem a mulher de modo estereotipado. Pelo contrário, 32,14% dos bibliotecários considerou que mesmo os materiais ditos sexistas devem ter lugar nas colecções. No entanto, uma percentagem considerável (28,57%) demonstrou reservas em censurar tais materiais.

5.9 – Homossexualidade e homofobia

A homofobia (e a transfobia) não são mais que resultado da ignorância sobre a comunidade GLBT. Os estereótipos, preconceitos e até o medo relativamente à homossexualidade estão ainda presentes em muitos sectores da sociedade. Deve-se lembrar que a diferença não é o problema, o problema (real) são as atitudes de exclusão. Nesse sentido, e respondendo aos princípios que norteiam a sua acção, as bibliotecas públicas devem oferecer, através das suas colecções e serviços, informação para reduzir e combater a intolerância e a discriminação de que são vítimas estas pessoas.

“L’homophobie peut être définie comme l’hostilité générale, psychologique et sociale, à l’égard de celles et ceux supposés désirer des individus de leur propre sexe ou avoir des pratiques sexuelles avec eux. Forme spécifique du sexisme, l’homophobie rejette également tous ceux qui ne se conforment pas au rôle prédéterminé par leur sexe biologique. Construction idéologique consistante d’une forme de sexualité (hétéro) au détriment d’une autre (homo), l’homophobie organise une hiérarchisation des sexualités et en tire des conséquences politiques.” (Borrillo, 2000, p. 26).

Falar da bibliografia GLBT no Ocidente em geral, e de Portugal em particular, é falar da censura que este tipo de materiais sofreu durante séculos por serem considerados perigosos e imorais. A discriminação histórica não está reflectida apenas na destruição, escassez e invisibilidade de tais materiais, mas também na sua classificação, organização e difusão incluindo-os muitas vezes nas perversões sexuais, bestialidade, sodomia, etc. Veja-se a CDU¹⁹ e o famoso auxiliar comum “-055.3”²⁰ utilizado para classificar pessoas sexuais incertas, ambivalentes ou com outras características sexuais, psicosexuais ou sociosexuais (por exemplo: Assexuais; Bissexuais; Interssexuais; Travestis; Perversos sexuais; Sádicos; Masoquistas).

A aposta no desenvolvimento de uma colecção GLBT não serve unicamente para satisfazer as necessidades de informação de um determinado grupo de pessoas, serve igualmente para que outras pessoas conheçam esses mesmos grupos, eliminando assim preconceitos. E no momento em que a informação serve para erradicar comportamentos de exclusão torna-se em informação de utilidade pública e de interesse geral.

¹⁹ Melvil Dewey, bibliotecário do Amherst College em Massachussets (EUA) criou em 1876 a Classificação Decimal de Dewey. Este sistema foi adaptado por Paul Otlet y Henri La Fontaine e publicado pela primeira vez em língua francesa entre 1904 e 1907 com o nome de Classificação Decimal Universal. A Classificação Decimal Universal baseia-se no conceito de que todo o conhecimento pode ser dividido em 10 classes principais, e estas podem ser infinitamente divididas numa hierarquia decimal. É o esquema de classificação utilizado na quase totalidade das bibliotecas portuguesas. As principais divisões da CDU são: 0 Generalidades. Informação. Organização; 1 Filosofia. Psicologia; 2 Religião. Teologia; 3 Ciências Sociais. Economia. Direito. Política. Assistência Social. Educação; 4 Classe vaga; 5 Matemática e Ciências Naturais; 6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia; 7 Arte. Belas-artes. Recreação. Diversões. Desportos; 8 Linguagem. Linguística. Literatura; 9 Geografia. Biografia. Historia.

²⁰ Consulte: <<http://www.udcc.org/udccsummary/php/index.php?lang=pt>>

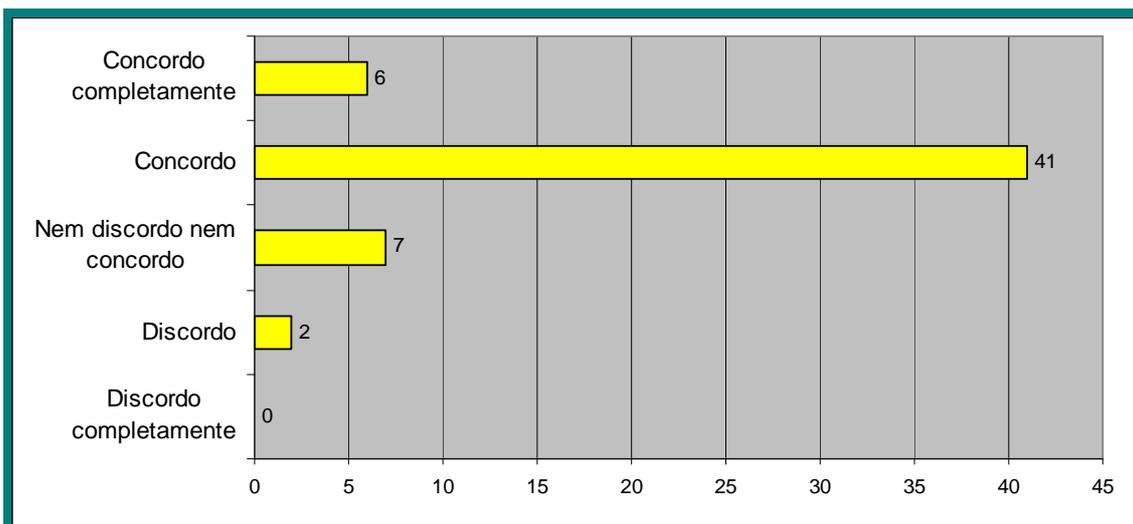


Figura 27 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que promovam os direitos dos homossexuais.

O combate à homofobia parece encontrar um grande consenso entre bibliotecários portugueses, com 83,92% dos inquiridos a defender que as bibliotecas públicas devem oferecer documentos que promovam os direitos dos homossexuais. Apenas dois bibliotecários contestaram a inclusão de tais materiais nas colecções. Ainda assim, 12,5% optaram pela resposta “Nem discordo nem concordo”.

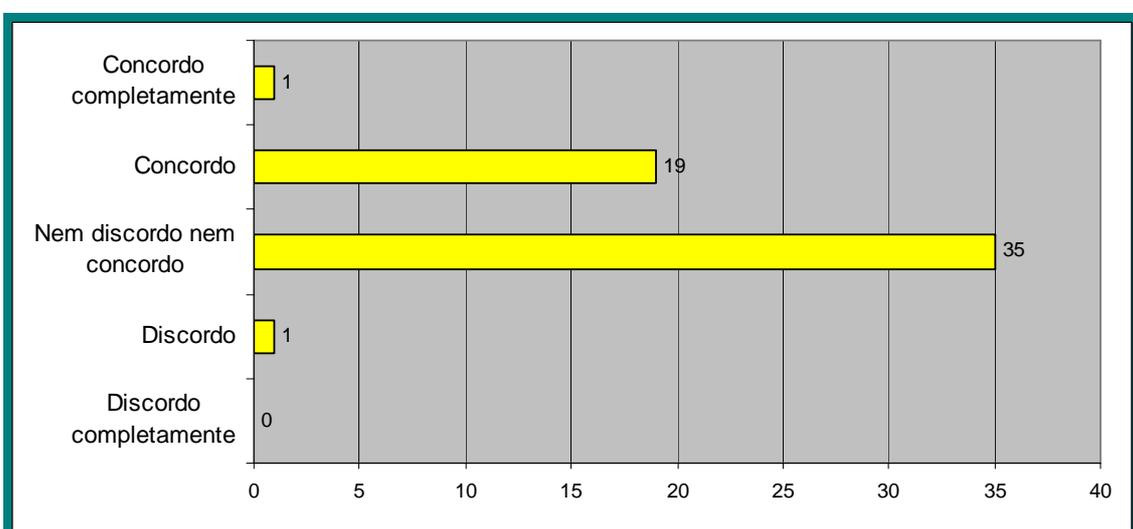


Figura 28 – Devem ser editados e divulgados mais documentos sobre a homossexualidade.

Curiosamente, os mesmos bibliotecários que se mostraram a favor da inclusão de materiais que promovam os direitos dos homossexuais, revelaram, no entanto, numa outra questão, ter muitas reservas (62,50%) quanto à publicação e divulgação de mais documentos sobre a homossexualidade. Esta relutância não deixa de ser espantosa, já que a publicação em Portugal de materiais

sobre esta temática é residual e a sua difusão, quase sempre, confinada a pequenos grupos. À semelhança de outras questões, como a influência da moral dominante na comunidade, estamos na presença, mais uma vez, de respostas contraditórias, o que pode indiciar práticas profissionais distintas das respostas obtidas.

5.10 – Obscenidade e pornografia

Uma das principais preocupações para a censura diz respeito à sexualidade. Por isso, nas bibliotecas os materiais que abordam a sexualidade são normalmente o alvo preferido dos censores. Para estes, tais materiais são muitas vezes considerados obscenos ou pornográficos, constituindo a sua existência e difusão um atentado ao pudor e um ultraje à moral.

Dos textos legislativos portugueses consultados e actualmente em vigor²¹ apenas o Decreto-Lei n.º 254/76 no seu artigo 1.º (texto que estabelece medidas relativas à publicação e comercialização de objectos e meios de comunicação social de conteúdo pornográfico) tenta dar uma definição para as noções de “obscenidade” e “pornografia” ao considerar “[...] pornográficos ou obscenos os objectos e meios referidos no número antecedente [cartazes, anúncios, avisos, programas, manuscritos, desenhos, gravuras, pinturas, estampas, emblemas, discos, fotografias, filmes e em geral quaisquer impressos, instrumentos de reprodução mecânica e outros objectos ou formas de comunicação áudio-visual] que contenham palavras, descrições ou imagens que ultrajem ou ofendam o pudor público ou moral pública.” (PORTUGAL, 1976).

Mas o que é o “pudor público” ou a “moral pública”? Estas duas expressões associadas às noções de “obscenidade” e “pornografia” remetem frequentemente para a expressão de “atentado ao pudor”. Relativamente esta última expressão o *Dicionário Jurislingue electrónico* do Gabinete de Documentação e Direito Comparado (2003) dá-nos a seguinte informação: “Actualmente, não existe na legislação penal, tipo de crime com esta designação pois são puníveis, nos nossos tempos, atentados à liberdade e à autodeterminação sexual (e não atentados à moral). Antes da revisão do Código Penal, atentado ao pudor traduzia-se no comportamento pelo qual outrem é levado a sofrer, presenciar ou praticar um acto que viole, em grau elevado, os sentimentos gerais da moralidade sexual.”

De facto, um dos problemas com que se deparam as bibliotecas relativamente aos materiais considerados obscenos ou pornográficos é o da definição de “obscenidade” e “pornografia”, e de saber, por conseguinte, onde acaba o erotismo e começa a pornografia.

²¹ Para os devidos efeitos foi consultada diversa legislação que pudesse ajudar a encontrar uma definição dos termos em questão, nomeadamente o *Código Penal*, a *Lei de Imprensa* e o *Decreto-Lei n.º 254/76 de 7 de Abril*.

Conforme Blackburn (1997, p. 306): “Diz-se que uma representação ou exposição, em especial do corpo humano ou de uma parte dele, é obscena quando o representa abstraindo de comprometimentos e emoções humanas, mas não de forma completamente objectiva (como nos livros de medicina); o corpo ou uma parte do corpo é reduzido a um veículo de um mero apetite ou função (habitualmente sexual, mas pode ser a exposição obscena de violência, do comer ou de outra função). Nesta definição, a arte erótica, em que a paixão ocupa um lugar de destaque, nunca é obscena; já a pornografia o pode ser.”

A partir do *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (2001) foi possível averiguar que etimologicamente o termo “pornografia”, oriundo do grego, significa tratado acerca da prostituição (porno - prostituta + grafia - descrição), sendo também aplicado a situações em que há representações obscenas (ou de sexo explícito), seja em forma de texto, desenho, fotografia, ou encenação, com o objecto de excitar sexualmente o leitor ou espectador. Apesar de ter uma conotação fortemente sexual, a palavra parece também apontar para a ideia de imoral, indecente, imundo, etc.

Para Blackburn (1997, p. 340-341) a definição de “pornografia” é controversa: “[...] de um modo geral, trata-se de uma representação ou exibição obscena, especialmente da sexualidade humana, produzida para proporcionar uma ocasião favorável à fantasia. A condição de a representação dever ser obscena distingue, em princípio, a pornografia da arte erótica.”

Com efeito, a obscenidade não é uma propriedade dos livros ou dos filmes, mas um ponto de vista, uma perspectiva de quem lê ou de quem olha. Por isso, elaborar uma lista de todas as obras adjectivadas como obscenas para além de um trabalho fastidioso resultaria numa tarefa deveras subjectiva e incerta. Sabe-se que a censura da representação da sexualidade na arte, tanto na literatura como no cinema, variam conforme os indivíduos, as épocas e as culturas. Quantas obras, hoje considerados clássicos, não foram (e ainda são) classificadas de obscenas, indecentes, imorais. A este propósito D. H. Lawrence (2009, [p.16]) afirma ironicamente: “O que é obsceno para o Tom, não é obsceno para a Lucy nem para o Joe; e o sentido da palavra aguardará de facto, o que a seu respeito decidirem as maiorias. Se uma peça de teatro chocar dez pessoas entre o público e não chocar as outras quinhentas que também lá estão, será obscena para dez e inócua para as quinhentas; por este motivo não é obscena para a maioria.”

Ou como sublinha Henry Miller (1987, p. 25): “Discutir a natureza da obscenidade é quase tão difícil como falar de Deus.” O obsceno é segundo Miller (1987, p. 57), escritor cujos livros foram tantas vezes alvo de censura, “tão vasto como o Inconsciente e tão amorfo e fluido quanto a própria matéria desse mesmo Inconsciente. É o que vem à superfície de estranho, de excitante

e de proibido – e que a um tempo se detém e paralisa quando, sob as aparências de Narciso, fazemos pender a nossa imagem sobre o espelho da nossa iniquidade.”

D. H. Lawrence (2009, [p. 27]), que viu também alguns dos seus livros censurados, num texto sobre pornografia e obscenidade, justamente intitulado *Pornografia e obscenidade*, procura saber o que é a pornografia: “Não é o apelo sexual nem o estímulo sexual provocado pela arte. Também não é uma intenção deliberada de o artista provocar ou excitar sensações sexuais.” Para mais à frente avançar que ([p. 34-35]): “O problema da pornografia parece todo ele um problema de dissimulação. Sem dissimulação não chegaria a haver pornografia. Mas dissimulação e pudor são duas coisas totalmente diferentes. Na dissimulação há sempre um elemento de medo que muitas vezes se avoluma até ao ódio. O pudor é brando e reservado.”

Naturalmente a definição de obscenidade e de pornografia difere segundo as culturas e as sociedades, e dentro destas difere entre os diversos grupos e mesmo entre os indivíduos de um mesmo grupo. Muitas culturas e sociedades produziram leis que definem o que é considerado obsceno e pornográfico e a censura usa frequentemente estas noções para controlar ou suprimir determinados materiais considerados inconvenientes (normalmente para os poderes instituídos).

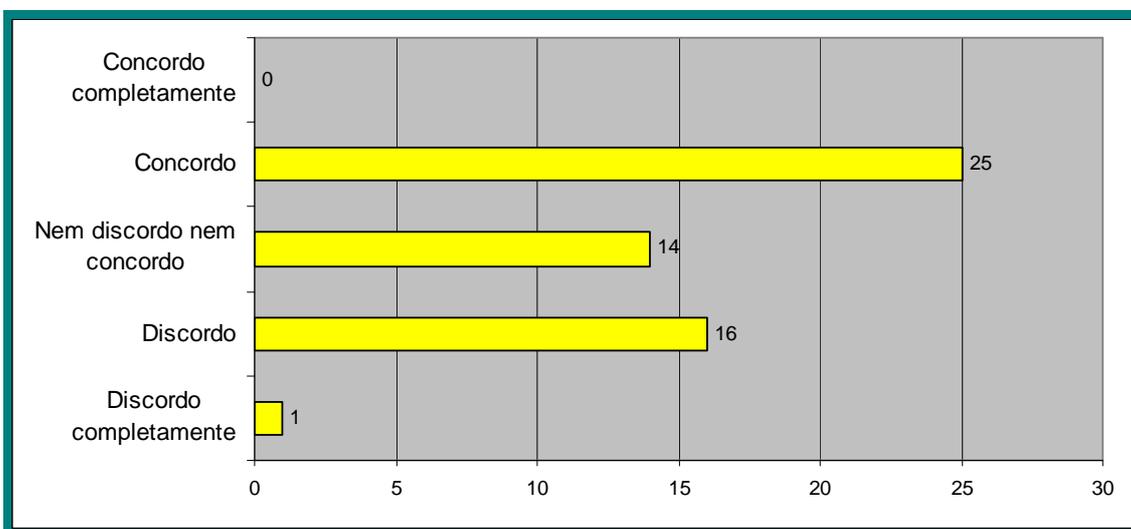


Figura 29 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos contendo cenas pornográficas como o filme *O Império dos Sentidos* ou outros filmes do género.

Os resultados obtidos através do inquérito evidenciam claras reservas da parte dos bibliotecários quanto à disponibilização nas bibliotecas de materiais contendo eventuais cenas de sexo explícito. No caso em análise foi dado como exemplo o filme *O Império dos Sentidos* de Nagisa Oshima. Ainda assim, 44,64% concordaram com a presença de materiais desse tipo nas suas biblio-

tecas. Em contrapartida, 35,65% opuseram-se à presença de tais materiais nas colecções, tendo havido 25% a optar pela resposta “Nem discordo nem concordo”.

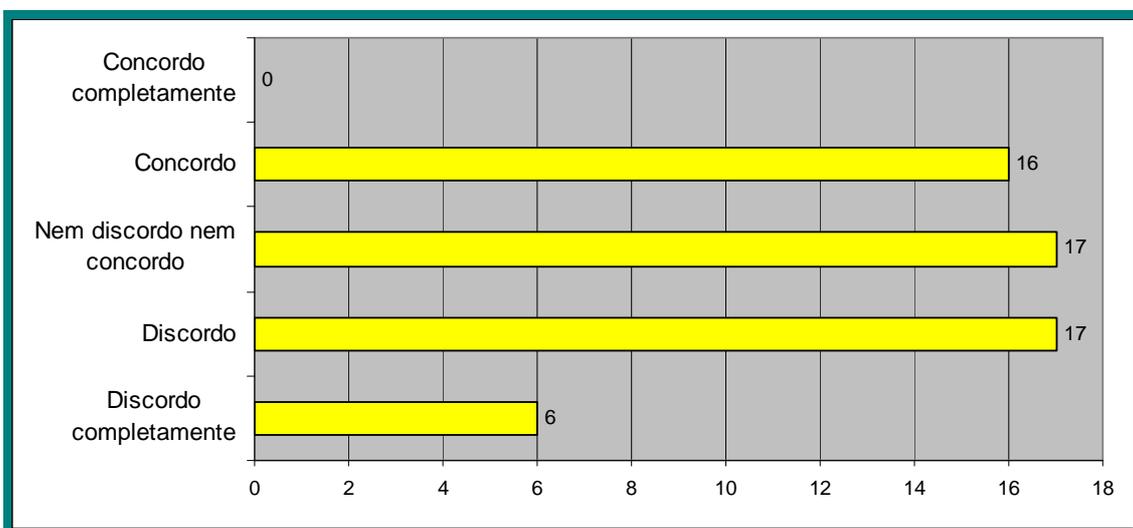


Figura 30 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos contendo imagens eróticas como a *Playboy* ou outras revistas do género.

De facto, parece haver claras dificuldades da parte dos bibliotecários portugueses em lidar com o sexo e o erotismo, sobretudo se os materiais em questão contiverem imagens. Relativamente a publicações com conteúdos considerados eróticos, como a *Playboy*, por exemplo, houve novamente uma grande ambivalência nas opiniões. Apesar de 28,57% não verem inconveniente em a biblioteca disponibilizar publicações com imagens eróticas, 41,07% dos inquiridos declararam que esse tipo de materiais não deve estar presente nas bibliotecas públicas. Para além disso, 30,35% dos bibliotecários mostraram-se indecisos e, provavelmente, receosos de adquirir tais publicações.

Se sublinhar, ainda, uma discrepância curiosa. Por um lado, 44,64% dos inquiridos declararam concordar com a presença nas bibliotecas públicas de materiais contendo cenas de sexo explícito, nomeadamente filmes. Por outro, apenas 28,57% dos inquiridos consideraram adequado haver materiais com imagens eróticas, nomeadamente revistas, nestas mesmas bibliotecas. Supõe-se, que esta aparente contradição se deva ao facto do uso público ou privado que é feito dos materiais em questão. Enquanto o empréstimo ou visionamento dos materiais audiovisuais está condicionada por causa da faixa etária, o mesmo não se passa com a imprensa, que pode no interior da biblioteca ser consultada por todos os utilizadores.

6 – Utilização dos auditórios e de outros espaços das bibliotecas

A utilização dos auditórios e de outros espaços das bibliotecas como salas polivalentes e átrios, bem como os materiais afixados nestes últimos, podem suscitar problemas relativamente à liberdade intelectual.

Os espaços em questão têm uma função eminentemente comunitária, já que, através deles, associações e artistas locais, entidades públicas ou privadas e a própria biblioteca podem dar a conhecer o seu trabalho e informar sobre as suas actividades. São também espaços, sobretudo os átrios, de circulação permanente de pessoas.

De assinalar que da bibliografia consultada sobre censura e liberdade intelectual nas bibliotecas apenas em Ann Curry (1997) se encontraram referências aos problemas colocados por estes espaços nas bibliotecas públicas.

Conforme o *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais* (DGLB, 2009): “No átrio devem também existir painéis informativos para afixação do regulamento da biblioteca, novas aquisições, informações sobre actividades culturais da biblioteca e de outras instituições, etc. Pelas suas dimensões – e sempre que não haja um espaço próprio para o efeito – o átrio deve também permitir a realização de exposições relacionadas com a vida da biblioteca.”

Quanto aos auditórios e salas polivalentes o mesmo *Programa* (DGLB, 2009) esclarece que: “Trata-se de uma zona destinada à realização de um conjunto heterogéneo de actividades dirigidas à comunidade, tais como conferências, debates, clubes de leitura, exposições, cursos, etc. Esta área serve também, salvaguardando a legislação existente, para projecções e audições colectivas (...).”

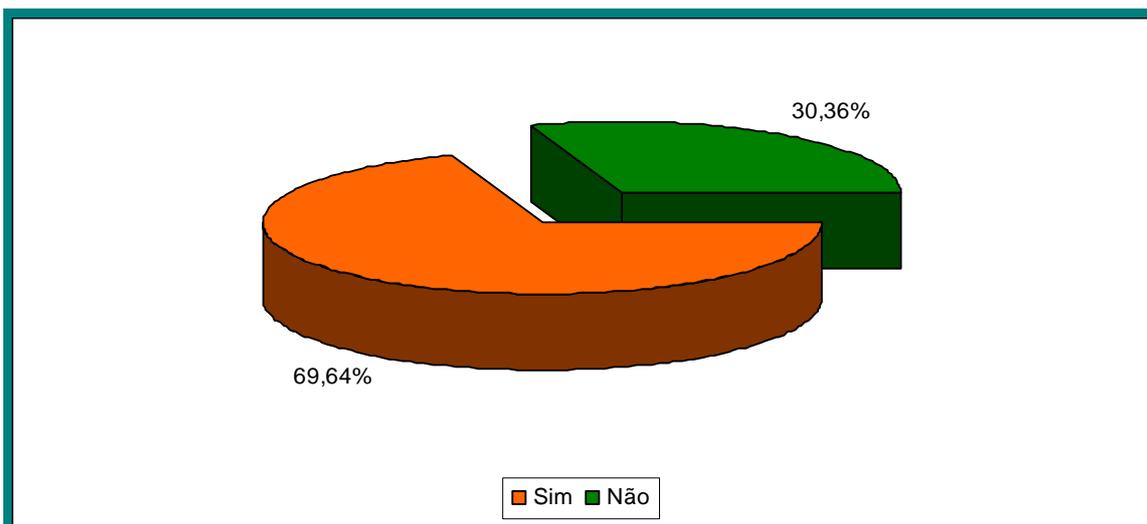


Figura 31 – A biblioteca dispõe de normas escritas relativamente à utilização desses espaços?

Foi perguntado aos inquiridos se a biblioteca dispunha de normas escritas relativamente à utilização desses espaços. Assim, 69,64% (39) dos inquiridos disseram possuir normas para tais espaços, os restantes 30,36% (17) admitiram não haver nas suas bibliotecas normas específicas para os espaços em questão.

Enquanto a composição do acervo resulta da selecção de documentos, obtidos normalmente através de compra, a qual depende do bibliotecário com a eventual participação da equipa da biblioteca e dos próprios utilizadores, os materiais afixados nos painéis do átrio são de distribuição gratuita e o seu envio, em geral, depende da iniciativa de quem os edita. Trata-se de materiais efémeros que incluem folhetos, prospectos, cartazes, folhas volantes, anúncios e outros produzidos por um sem número de entidades e cujo conteúdo pode ser de natureza informativa, comercial ou propagandística.

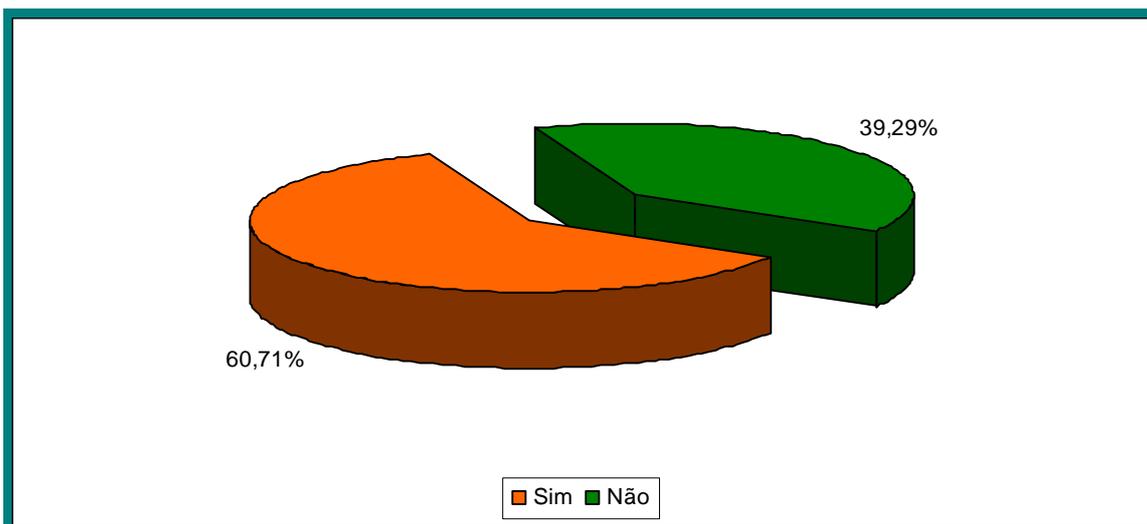


Figura 32 – Na sua biblioteca são aplicados alguns critérios na selecção e disponibilização de informação distribuída gratuitamente, nomeadamente folhetos, prospectos, cartazes, anúncios, etc.

No sentido de saber como se processa a gestão desses materiais foi perguntado também aos inquiridos se eram aplicados alguns critérios na selecção dos mesmos. Assim, 60,71% (34) dos inquiridos afirmaram que são utilizados critérios na afixação desses materiais, admitindo-se que tais regras estão formalmente definidas e são do conhecimento de toda a equipa. Os restantes 39,29% (22) bibliotecários declararam não aplicar critérios específicos, presumindo-se que a haver regras na selecção de tais materiais elas são determinadas caso a caso e no momento da decisão.

Se a inclusão de documentos controversos no acervo é defendida pela maioria dos bibliotecários o caso muda de figura quando confrontados com a afixação de materiais deste tipo. Como declara um dos inquiridos: “Possuir documentação sobre todos os assuntos é uma coisa, divulgar por intermédio de cartazes algumas práticas estranhas é que não. Procuramos divulgar apenas actividades que são inequivocamente positivas.” A partir dos exemplos apresentados pelos inquiridos é possível detectar constantes. Materiais considerados racistas, xenófobos e que incitem à violência não são bem recebidos nas bibliotecas. Também são rejeitados materiais considerados pornográficos e propaganda política e religiosa. Imprevisivelmente, foram os materiais com fins comerciais os mais censurados, com o maior número de ocorrências. O elevado número de bibliotecários que exclui este tipo de materiais constituiu uma surpresa, especialmente porque a literatura estudada não os inclui nos materiais ditos controversos.

Dos 36 bibliotecários que deram exemplos 16 não permitem nas suas bibliotecas a afixação de materiais de natureza comercial. Dão-se três exemplos elucidativos dessa rejeição:

“Tudo o que faça publicidade a empresas ou serviços. Na minha opinião numa biblioteca devem ser divulgados actividades de índole cultural/institucional. Divulgar que no restaurante ‘x’ os preços são ‘y’, não!”

“Materiais de índole exclusivamente comercial e que não tenham qualquer afinidade com as funções de uma biblioteca pública.”

“Afixamos toda a divulgação da área cultural e educativa. Não afixamos anúncios de vendas, publicidade de empresas de vendas em áreas que nada têm que ver com a actividade da biblioteca, ou classificados de aluguer de imóveis, encontros, etc. Situações para as quais somos muito solicitados.”²²

Relativamente à temática das exposições que são realizadas na biblioteca os inquiridos voltaram a manifestar uma especial aversão pelos mesmos temas acima mencionados. De notar que é nestes espaços, a par da utilização da Internet, que a defesa da liberdade intelectual é mais difícil e os actos de censura mais frequentes. A gestão deste espaço revelou também que os bibliotecários são muito sensíveis a pressões externas e à moral vigente.

Eis alguns exemplos dados a partir da pergunta: Pode dar um exemplo de algum tipo de exposição ou mostra cuja realização não autorizaria na sua biblioteca?

“Há que ter a sensibilidade para ler a sensibilidade da comunidade. Por exemplo, não colocaria fotos ou materiais de nus explícitos, não colocaria fotos ou materiais de mortes violentas ou de actividades que possam ser muito chocantes. Penso que para estes casos podem ser feitas outras abordagens.”

²² Face à particular responsabilidade que as bibliotecas públicas têm na recolha e difusão de informação utilitária, sobretudo de âmbito local, não seria interessante criar um espaço para este tipo informação? Talvez não seja demais lembrar que a oferta de informação sempre foi umas funções essenciais das bibliotecas públicas e que as necessidades de informação dos utilizadores são múltiplas e passam muitas vezes pelo acesso a informação capaz de responder a problemas práticos do dia-a-dia. Por exemplo, actualmente alguns supermercados oferecem um serviço deste tipo ao permitir que as pessoas possam afixar anúncios de forma gratuita em painéis localizados à entrada das lojas. Este serviço muito popular oferece informação de grande utilidade a quem procura emprego, quer alugar ou comprar casa ou vender o seu automóvel, por exemplo. Este é um serviço que poderia perfeitamente ser criado numa biblioteca pública sem desvirtuar em nada a sua missão. Neste sentido, algumas bibliotecas cientes desta necessidade não vêem qualquer inconveniente em comprar o jornal *Ocasão*, periódico inteiramente dedicado à publicação de anúncios nas mais variadas áreas.

“Em 2007 fui obrigada a censurar uma exposição de arte efémera. Um escultor insistiu em colocar no pátio da biblioteca, virado para o espaço infantil, uma instalação constituída por uma cadeira, uma vassoura e um cartaz com palavrões. Antes mesmo de acabar a montagem já tinha cinco reclamações escritas. Foi difícil, mas chegámos a um acordo. O cartaz foi tapado por outro, dizendo – Esta biblioteca censurou o meu trabalho – e podia ser levantado para quem quisesse ver o conteúdo da obra de arte. Assumi a censura... estava em causa o ambiente geral da biblioteca. A arte é um complemento e não pode comprometer o cumprimento da nossa principal missão afastando o público.”

“Uma que choque em demasia os presentes ou uma das comunidades que sirvo. Mais uma vez é diferente possuir documentação que trate todos os assuntos e promover activamente esses mesmos assuntos. Dificilmente, por exemplo, promoveria uma exposição com carácter pornográfico explícito, isto apesar de possuímos no acervo alguns filmes eróticos, livros e assinar a *Maxmen* e a *Men's Health*.”

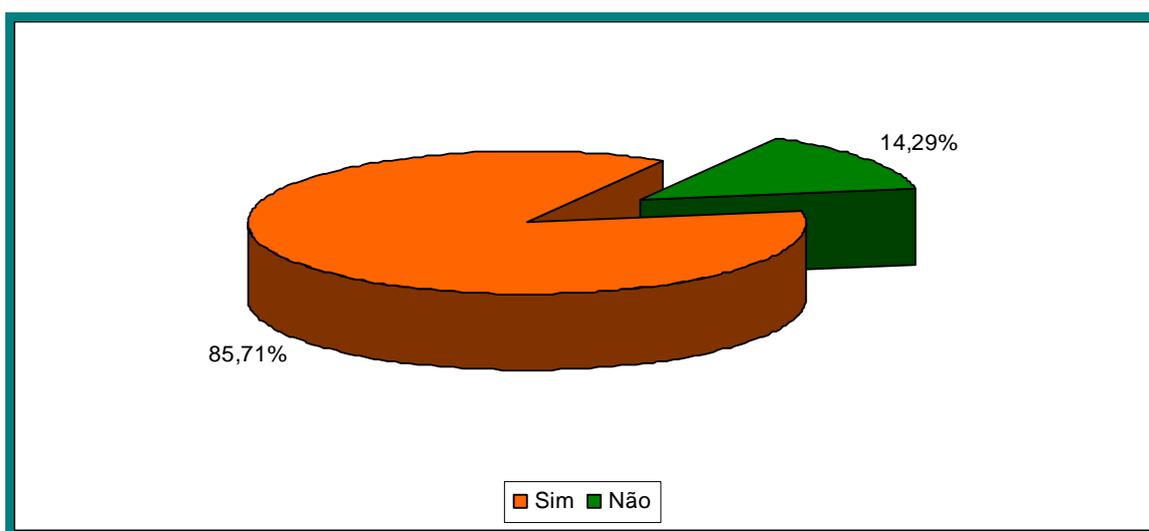


Figura 33 – O vosso auditório ou sala de reuniões estão disponíveis para todos os grupos ou associações da vossa comunidade, independentemente das crenças religiosas, tendências políticas ou interesses comerciais dos seus membros?

Finalmente, foi interessante verificar que existe uma posição muito mais permissiva no que diz respeito à utilização dos auditórios e salas de reuniões. Assim, 85,71% (48) dos bibliotecários declararam que qualquer grupo pode utilizar estes espaços. Os restantes 14,29% (8) afirmaram haver restrições para a utilização de tais espaços.

7 – Utilização da Internet

Sabemos que a Internet tornou-se num meio de comunicação sem precedentes na história da humanidade e, por isso mesmo, num poderoso instrumento de controlo e manipulação da informação nas mãos de governos e grupos económicos de toda a espécie, especialmente daqueles ligados à comunicação social e às indústrias culturais. Hoje, quando um país é sacudido por revoltas e protestos internos, é através da Internet que circulam as primeiras notícias (e imagens, sobretudo essas!) das arbitrariedades, mentiras e violência que os regimes autoritários querem esconder. Mas não se pense que a mesma tentação não existe nos países ditos democráticos. Neste novo mundo digital criado pelas redes, filtros, tecnologias de vigilância e um sem número de medidas legislativas têm sido adoptadas um pouco por todo o mundo no sentido de limitar e/ou impedir o acesso as informações incómodas.

Neste âmbito, a IFLA (2005a) elaborou um documento intitulado *Postura de la IFLA sobre el gobierno de Internet* em que estabelece o seguinte: “La IFLA se opone a cualquier medida que pueda conducir al control del acceso a la información y de la libertad de expresión por parte de intereses comerciales, gubernamentales o sectoriales. Aquellas medidas que puedan resultar necesarias para asegurar el funcionamiento fiable de Internet, controlar el correo basura, apoyar la protección de la propiedad intelectual o permitir a los individuos la salvaguarda de su intimidad nunca podrán ser utilizadas para poner límites a los derechos expresados en la Declaración Universal de los Derechos Humanos, especialmente los del artículo 19.”

Por outro lado, o PULMAN (2003)²³ publicou *Linhas Orientadoras PULMAN*, onde se podem encontrar algumas recomendações sobre questões legais que podem decorrer da utilização da Internet em bibliotecas públicas. E uma destas questões diz respeito, justamente, à utilização de filtros, usados por cada vez mais bibliotecas, no sentido de impedir os utilizadores de aceder a certos sites e conteúdos.

Assinala este documento que um dos problemas que se coloca actualmente às bibliotecas públicas diz respeito à recepção e/ou envio, da parte dos utilizadores, de conteúdos considerados impróprios ou mesmo ilegais usando para isso os computadores com acesso à Internet. Esta preocupação incide, principalmente, sobre materiais controversos, tais como materiais pornográficos, racistas, imagens violentas, encorajamento ao consumo de drogas, propaganda a favor do terrorismo, etc. Têm sido aplicados diversos mecanismos, tanto legislativos como tecnológicos,

²³ O PULMAN (Public Libraries Mobilising Advanced Networks) é um projecto de âmbito europeu, que decorreu entre 2001-2003, tendo sido financiado pela Comissão Europeia, no quadro do Programa DG Information Society. Consulte: <<http://www.pulmanweb.org/>>.

que visam restringir ou impedir o acesso a tais materiais. De entre esses mecanismos, o que mais polémica tem suscitado é a utilização de software de filtragem. Tais softwares não permitem a visualização ou acesso a sites que contenham palavras ofensivas, ou, em alguns casos, a certos tipos de imagens. No sentido de prevenir eventuais problemas com as autoridades ou de responder às pressões ou protestos de alguns utilizadores as bibliotecas públicas têm instalado este tipo software nos seus computadores. No entanto, alguns estudos demonstraram que estes softwares são demasiado rudimentares, pois rejeitam sites totalmente inofensivos apenas porque, inadvertidamente, utilizam certas palavras no texto, e falham na rejeição de sites ofensivos caso estes não utilizem as palavras em questão. Alerta ainda, o mesmo documento, para o facto de que “é importante que as bibliotecas públicas não sejam levadas a dar uma resposta irreflectida apenas para satisfazer uma minoria exaltada” (PULMAN, p. 143). Por isso, em vez da utilização de filtros são recomendadas outras estratégias, a saber:

- Criar normas de utilização, permitindo à biblioteca impedir os utilizadores, que não respeitam essas normas, de aceder à Internet;
- Solicitar aos pais que assinem uma declaração em como os seus filhos poderão aceder a conteúdos impróprios ao acederem à Internet a partir dos computadores da biblioteca, e em como assumem esse risco. Caso os pais recusem assinar os seus filhos poderão não ter autorização para usar a Internet.
- Avisar os utilizadores que a sua utilização da Internet será verificada e levá-los a aceitar essa situação caso queiram usar esse serviço na biblioteca.

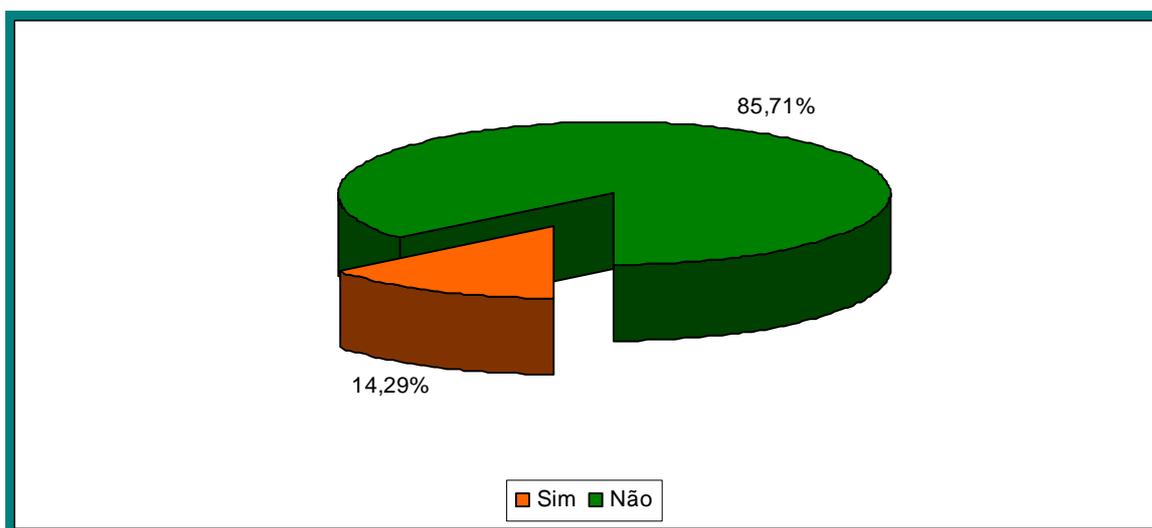


Figura 34 – Gostaria de saber se é possível consultar livremente qualquer site na sua biblioteca independentemente do seu conteúdo, tais como sites pornográficos, que incitem à prática de crimes ou fomentem a violência e o racismo?

Para os bibliotecários portugueses censurar o acesso a determinados sites é uma prática corrente, com 85,71% (48) dos inquiridos a afirmar que o acesso à Internet não é completamente livre, que nem tudo pode ser consultado na biblioteca. Evidentemente, os conteúdos mais sensíveis dizem respeito à pornografia e à violência. Apesar das falhas já apontadas no funcionamento dos filtros e da sua utilização constituir uma manifesta limitação à liberdade intelectual dos cidadãos, a maioria das bibliotecas (50%) dizem aplicar esse tipo de softwares para impedir os utilizadores de aceder a determinados sites. Nas outras bibliotecas onde não são utilizados filtros, a solução parece passar pela adopção de normas específicas para a utilização da Internet no interior da biblioteca e por uma atenta vigilância dos funcionários.

É certo que a selecção de documentos constitui uma forma de filtragem, em que com base em critérios se elegem determinados materiais e se excluem outros. É certo também que muitas vezes esses critérios assentam em pressupostos morais ou de qualidade, só para mencionar alguns, que mais não são, do que actos de censura. Por outro lado, a gestão das colecções, independentemente dos critérios que presidem à selecção, permitem que seja a biblioteca, normalmente, a decidir sobre o tipo de informação que os utilizadores poderão encontrar. Mas com o aparecimento da Internet e a sua disponibilização nas bibliotecas, o acesso à informação deixa de ser mediado pelos bibliotecários para passar a ser inteiramente decidido pelos utilizadores. Acresce a isto, um segundo aspecto: o poder das imagens. A pornografia ou a violência são sempre mais chocantes quando exibidas num ecrã visível para quem passa do que a leitura individual do romance mais escabroso.

As questões colocadas pela utilização da Internet nas bibliotecas públicas não são pacíficas e não foram, até ao momento, encontradas soluções que agradem completamente, tanto aos profissionais da informação como aos utilizadores.

8 – Pressões externas

Apesar da criação das bibliotecas da RNBP resultar de uma parceria conjunta entre as câmaras municipais e a DGLB é aos municípios que cabe a sua gestão administrativa e financeira. Nesse sentido, estas bibliotecas são equipamentos camarários que fazem parte dos demais serviços municipais, o seu quadro de pessoal, bem como o seu posterior financiamento (findo o contrato-programa estabelecido com a DGLB) é da inteira responsabilidade das autarquias. Estamos perante uma dependência das bibliotecas públicas municipais que, para o bem e para o mal, as coloca à mercê dos autarcas eleitos, não havendo qualquer entidade oficial (nem mesmo a DGLB), que possa fiscalizar ou avaliar, por exemplo, o pluralismo das colecções, nem tão pou-

co uma Lei das Bibliotecas²⁴, que poderia, eventualmente, obrigar os municípios (e o Estado) a garantir um conjunto mínimo de serviços bibliotecários de qualidade à população.

Embora a maioria das bibliotecas da RNBP possua pelo menos um técnico superior com formação em Ciências Documentais (OLEIRO & HEITOR, 2010, p. 5), que está incumbido, entre várias tarefas, de coordenar os recursos humanos afectos à instituição, de planear as suas actividades e administrar os fundos documentais da mesma, pode haver da parte do executivo camarário, no que respeita à selecção de documentos, casos de ingerência na gestão das colecções. Trata-se de pressões que visam controlar, evitar ou incluir determinados materiais no acervo da biblioteca e que podem assumir diversas formas, quer através do controle das listas de aquisição de documentos proposta pelo bibliotecário quer através do pedido da retirada de determinada publicação das estantes.

Kuhlmann (1989, p. 147) assinala diversas estratégias adoptadas pelos executivos camarários no que respeita à gestão das colecções:

- O executivo camarário delega no bibliotecário a responsabilidade da gestão das colecções sem interferir na selecção dos títulos, mas apenas no valor das despesas.
- O executivo camarário solicita ao bibliotecário uma lista detalhada dos títulos propostos, que é objecto de análise, podendo sofrer alterações com a exclusão ou inclusão de determinados títulos.
- O executivo camarário envia ao bibliotecário listas com obras que deverão ser adquiridas, estas listas podem incidir sobre títulos que, por uma razão pessoal ou ideológica, interessam a algum membro do executivo.
- O executivo camarário pede que seja retirada das estantes determinada obra, em muitos casos este acto de censura resulta de queixas de munícipes, mas pode acontecer, mesmo na ausência de queixas, que algum membro do executivo camarário, por motivos pessoais, políticos ou morais faça esta exigência. De sublinhar que, embora a retirada de

²⁴ Em Portugal, ao contrário de outros países, não existe nenhuma Lei das Bibliotecas. A existência de uma Lei das Bibliotecas poderia constituir um instrumento legal capaz de obrigar o Estado a criar e a fomentar redes de bibliotecas. Não havendo uma legislação neste sentido, a criação de bibliotecas (públicas, escolares ou universitárias), mas também a sua manutenção fica sujeita a um conjunto de imponderáveis e iniciativas isoladas. Uma regulamentação legal poderia assegurar aos cidadãos serviços bibliotecários mínimos e padrões de qualidade desses mesmos serviços. Algumas destas leis contêm padrões bem definidos. Por exemplo, em alguns casos está definido a partir de que número de habitantes um município tem que dispor de uma biblioteca pública; ou qual o número de funcionários que uma biblioteca deve ter ou qual a verba que será destinada a novas aquisições. A título de exemplo, veja-se a *Ley de la lectura, del libro y de las bibliotecas* de Espanha: <<http://www.boe.es/boe/dias/2007/06/23/pdfs/A27140-27150.pdf>>.

um determinado documento das estantes possa ser feito por escrito, tais situações resultam muitas vezes de pedidos informais.

- O executivo camarário escolhe um bibliotecário da sua confiança, isto é, da mesma cor política ou próximo de algum dos membros ou amigos do executivo para administrar a biblioteca, acreditando que este não desenvolverá uma política de colecções contrária às teses e aos valores morais do partido no poder.

Eis alguns exemplos dados pelos inquiridos de pressões exercidas pelos executivos camarários no sentido de adquirir ou retirar determinadas obras da biblioteca municipal.

“Algumas das obras da biblioteca foram adquiridas pelo executivo sem a opinião dos técnicos da biblioteca.”

“Aquisição forçada de várias obras por conveniências políticas.”

“O retirar de uma publicação periódica de uma entidade de corrente partidária oposta à do executivo camarário e de um DVD cuja temática também tinha implícita uma crítica à ideologia comunista. Felizmente, tanto num como noutro caso, os argumentos da bibliotecária prevaleceram.”

“Um membro do executivo camarário propôs a exclusão de um livro infantil sobre o corpo humano por pressão de um grupo de professores do 1.º CEB que o achavam desadequado.”

“Foi-me pedido para que não se fizesse uma mostra bibliográfica de um determinado autor devido à sua cor política.”

As pressões externas nem sempre são políticas, muitas delas são oriundas dos utilizadores. Estes, muitas vezes, tentam interferir na gestão das colecções, quer através de sugestões quer através de queixas sobre determinado título que gostariam que não estivesse presente na biblioteca. Como observa Kuhlmann (1989, p. 176): “Lorsqu’un lecteur est profondément choqué par la présence ou l’absence de certains livres, la voie la plus directe consiste alors a suggérer aux bibliothécaires de mettre ou d’enlever le ou les livres jugés indésirables.” Porém, as queixas podem ser dirigidas ao próprio executivo camarário que muitas vezes se vê no dilema de ceder a tais protestos ou de defender a biblioteca. Mais uma vez, a existência de uma política escrita de desenvolvimento e gestão de colecções, bem como uma consciência clara da missão e dos papéis da biblioteca pública, tanto da parte dos bibliotecários como dos políticos, pode ser de

grande utilidade para não ceder aos caprichos de alguns que gostariam ter um acervo constituído à sua imagem e semelhança.

Eis alguns exemplos apresentados pelos bibliotecários da pressão exercida pelos utilizadores.

“Artigo publicado em jornal local com uma interpretação de partes do texto de um livro infantil que induzia o articulista a referir que tal livro não deveria existir na biblioteca e que levou um membro do executivo a questionar se, de facto, esse livro não deveria ser retirado do livre acesso. Registo o facto de ser um livro que integrava, também, o fundo da Fundação Calouste Gulbenkian.”

“Uma senhora solicitou aos serviços para que os livros de banda desenhada de Manara fossem retirados do acesso livre.”

“Por exemplo, já aconteceu que indivíduos exercessem pressão para a aquisição de livros de medicina e/ou de arquitectura imiscuindo-se no trabalho da biblioteca. É claro essas eventuais aquisições apenas serviriam para a minoria das pessoas.”

“Recebemos anualmente centenas de sugestões exigindo a aquisição de documentos. Pontualmente recebemos reclamações e propostas de retirada de documentos do acesso público.”

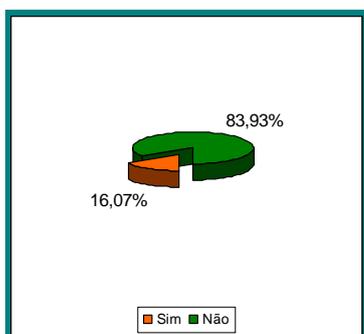


Figura 35 – Alguma vez foi pressionado por algum grupo ou indivíduo, incluindo o executivo camarário para adquirir determinado(s) documento(s)?

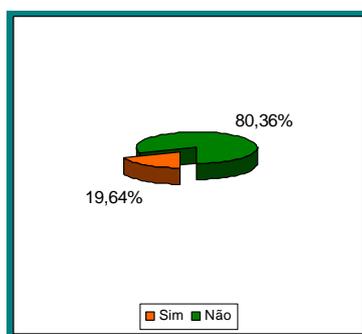


Figura 36 – Alguma vez foi pressionado por algum grupo ou indivíduo, incluindo o executivo camarário para retirar das estantes determinado(s) documento(s)?

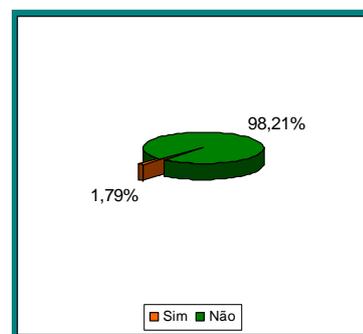


Figura 37 – Alguma vez foi verbal ou fisicamente ameaçado por causa da selecção e aquisição de determinado(s) documento(s)?

Infelizmente, ao contrário de Vigário (2001, p. [4-5]), que concluiu não haver pressões nas bibliotecas públicas municipais portuguesas, mas sim recomendações provenientes de alguns

“estudantes ou professores que pensam que uma biblioteca pública é um bom espaço para encontrar o que lhes faz mais falta na biblioteca escolar”, o presente estudo verificou que há, actualmente, pressões oriundas de diversos sectores da comunidade, incluindo do executivo camarário. Para além dos exemplos apresentados, alguns bibliotecários já foram pressionados tanto para adquirir (9) como para retirar das estantes (11) determinadas obras, tendo mesmo havido um dos inquiridos a admitir já ter sido ameaçado por causa da aquisição de certos documentos. De sublinhar, que à semelhança dos resultados obtidos na investigação de Vigário, mais uma vez, não foram encontrados grupos ou *lobbies* de pressão com o objectivo de levar a biblioteca a incluir ou excluir materiais do acervo.

9 – Bibliotecários como censores

Ao longo deste trabalho foi possível constatar que a linha que divide a censura da selecção de matérias é por vezes muito ténue, principalmente quando a exclusão de determinados documentos não está assente em critérios técnicos, claros e previamente definidos numa política escrita de desenvolvimento e gestão de colecções. Por outro lado, a censura aparece como o resultado de pressões oriundas, quer de utilizadores, como pais e professores quer do executivo camarário ou de membros influentes da comunidade. Pelo menos em Portugal o presente estudo aponta nesse sentido. Estas pressões levam, muitas vezes, os bibliotecários a evitar um conjunto de materiais controversos, já aqui analisados, durante o momento da selecção. Acresce a esta situação, os constrangimentos orçamentais frequentes que ajudam a filtrar e a reforçar ainda mais a exclusão desses documentos incómodos. Mas, por motivos pessoais, os bibliotecários podem ser ainda levados a excluir ou a limitar o acesso a certos materiais. Neste caso os bibliotecários não agem por receio de protestos, mas movidos por crenças e preconceitos como resultado de concepções políticas, religiosas ou morais. Em ambos os casos (seja para evitar conflitos seja por motivos pessoais) pode-se falar em autocensura.

Embora os bibliotecários tenham o dever profissional de garantir um acesso livre e sem restrições à informação, muitos destes profissionais, por sua própria iniciativa e com base nas suas crenças pessoais, consideram legítima a censura em alguns casos. Magán Walls (2005, p. 99) assinala alguns dos argumentos frequentemente apresentados pelos bibliotecários para justificar alguns desses actos de censura, entre os quais se destacam os seguintes:

- O excesso de zelo com o objectivo de proteger os utilizadores e as colecções, o que se traduz numa leitura restritiva das normas;
- A selecção baseado no conceito de “qualidade”, traduzindo-se numa censura de gosto e que exclui de muitas bibliotecas certos autores, obras e títulos;

- A preferência dada pelos bibliotecários aos materiais comercializados pelas editoras ou outras empresas de informação, o que deixa de fora muitos materiais gratuitos com informação “alternativa”, especialmente disponíveis na Internet.

As crenças existem em qualquer ser humano, mas é preciso que o bibliotecário reconheça que estas podem interferir na gestão das colecções. Não permitir que as suas opiniões pessoais interfiram na selecção de documentos é um dos maiores dilemas que os bibliotecários enfrentam enquanto profissionais. Como observa Vergueiro (1987, p. 21) “muito mais difícil é refrear a tendência, inerente a todos os profissionais bibliotecários, de formar um colecção de acordo com a sua própria visão do mundo, não permitindo que dela façam parte obras que defendem pontos de vista que ele, pessoalmente, como cidadão considera perniciosos.”

À luz do que anteriormente foi dito as crenças e os preconceitos pessoais podem efectivamente influenciar o trabalho dos bibliotecários. Todavia, nem é sempre fácil reconhecer ou fugir à tentação de não adquirir materiais cujas temáticas nos chocam particularmente. Para Curry (1999a, p. 43) “[...] el ejercicio de las convicciones personales es quizás especialmente dañino en la administración de los fondos, cuando los bibliotecarios pueden dejar de adquirir cierto tipo de materiales debido a sus creencias personales y prejuicios acerca de cuestiones como el sexo, la religión o la política.”

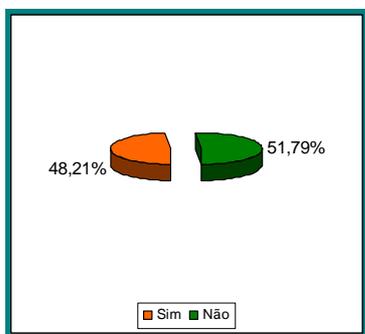


Figura 38 – Alguma vez tomou uma atitude na selecção de documentos que tenha ido contra as suas crenças políticas?

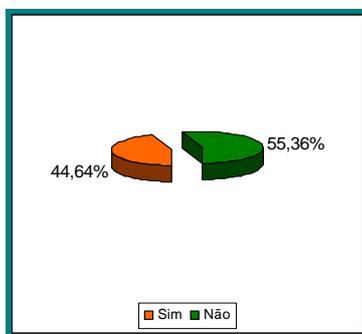


Figura 39 – Alguma vez tomou uma atitude na selecção de documentos que tenha ido contra as suas crenças religiosas?

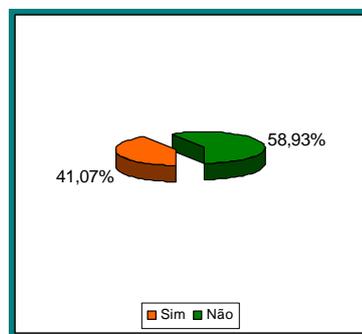


Figura 40 – Alguma vez tomou uma atitude na selecção de documentos que tenha ido contra as suas crenças morais?

Quando convidados a relatar situações concretas, os bibliotecários portugueses admitem que as suas crenças pessoais interferem na selecção de documentos, no entanto, através dos comentários obtidos é notório o esforço destes em adquirir todo o tipo de materiais, mesmo aqueles que desaprovam pessoalmente. Entre os vários comentários recolhidos destacam-se os seguintes:

“É difícil exemplificar, pois não me recordo. Mas sendo eu católica foi definido que o grupo documental da religião devia enquadrar todas as religiões ou movimentos religiosos, desde o Islão, mórmones ou cientologistas, só como exemplo. Defendi que deveríamos possuir o *Mein Kampf* de Adolfo Hitler, pois tínhamos igualmente diversos estudos e testemunhos acerca do Holocausto. Possuímos literatura acerca do aborto e da sua defesa, embora eu não seja plenamente apologista, etc.”

“Têm sido várias as situações. Sublinho, no entanto, que num caso destes assumo, sempre, que a minha liberdade acaba onde começa a do outro e que a biblioteca deve representar o conhecimento humano e não reflectir os gostos pessoais das pessoas que nela trabalham.”

“Recebemos como oferta livros de seitas religiosas e disponibilizamo-los ao público. Pouco interessa que esses títulos contrariem os meus valores pessoais. Considero que devemos possuir livros que defendam teses opostas. Parece-me ser essa a única forma dos leitores conhecerem o que está em jogo e tomarem decisões fundamentadas.”

“Se servimos a comunidade devemos ter todo o tipo de informação, mesmo que ideologicamente não concordemos.”

Embora os seguintes exemplos apenas tenham surgido na última questão do inquérito, dedicada às sugestões e comentários finais, eles são também bastante elucidativos da influência das crenças pessoais no trabalho do bibliotecário.

“Apesar de ter determinados valores morais, tal como qualquer pessoa, tento sempre colocá-los de lado, de forma a não prejudicar as escolhas documentais que faço. Paralelamente, tento adequar os documentos ao público que frequenta esta biblioteca, de forma a nem ferir susceptibilidades nem oprimir qualquer ponto de vista, adquirindo aquilo que me parece mais abrangente e menos pormenorizado, a não ser que por algum motivo me seja sugerido em grande escala, daí que as sugestões do público serem de suma importância.”

“É-me muito difícil ser completamente liberal em todos os aspectos, mas acho que a biblioteca deve valorizar o ser humano. A comunicação social, nomeadamente os telejornais e a maioria dos jornais promovem o sentimentalismo, a alienação através do cultivo da depressão, do fatalismo. O mundo não é perfeito, mas a biblioteca deveria realçar as qualidades do ser humano, a universalidade, o direito à diferença, o respeito pelos outros. A meu ver isso passa por evitar a exposição às coisas negativas (elas estão em todo o lado) por parte dos utilizadores. O problema

está em que são as “coisas negativas” para cada um de nós. Acho que deixei claro o que são para mim: violência: imagens de tortura; auto-violência: dependência da droga e do álcool; a supremacia através da violência e humilhação: racismo, xenofobia levados ao extremo...”

Apesar do esforço manifestado pelos bibliotecários em defender o pluralismo das colecções e em contrariar as suas crenças pessoais no momento de seleccionar novos materiais, a ausência de um política escrita de gestão de colecções, aliada a uma selecção de documentos excessivamente centrada no bibliotecário, pode ser terreno fértil para a censura e a autocensura. Não havendo critérios definidos, transparentes e baseados nos princípios deontológicos da profissão, o processo de selecção corre o risco de se tornar arbitrário. Temos então o desenvolvimento de um acervo eventualmente sujeito aos gostos e preferências do bibliotecário. Como observa Arot (2008, p. 90): “Le risque n’est pas mince alors d’imposer nos propres goûts, de devenir des prescripteurs pas entièrement légitimes. En matière de politique, de religion, d’idées philosophiques, nos sélections peuvent s’accompagner de refus, d’absences, d’omissions. Dans le domaine littéraire, la volonté culturelle légitime de faire découvrir des œuvres et des littératures qui ne bénéficie pas, ou pas encore, d’un grand soutien médiatique, peut nos conduire à ignorer ou à juger ‘le goût des autres’, en écartant des livres, des disques, des films plébiscités par les consommateurs.”

10 – Manutenção da liberdade intelectual

“Os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos.” Assim recomenda a o *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (1994). De facto, as bibliotecas públicas têm assumido o compromisso de permitir que as pessoas tenham acesso livre e sem encargos à informação nas suas mais variadas formas. Esta questão é importante, porque numa sociedade que se autodenomina de “sociedade da informação e do conhecimento” e em que essa mesma informação se transformou num verdadeiro produto, a influência do mercado pode ser um obstáculo à manutenção da liberdade intelectual.

Hoje os bibliotecários enfrentam novas censuras e dificuldades inéditas em conseguir garantir a liberdade intelectual e o pluralismo das colecções. Como observa Magán Walls (2005, p. 84): “Además, los censores tradicionales (el Estado, las entidades e individuos con intereses comerciales, los grupos culturales o religiosos, las agrupaciones políticas o sociales...) cuentan hoy en día no solo con el apoyo inconmensurable de las nuevas tecnologías de la información, sino con unos profesionales de la información cada vez mejor formados en las estrategias y labores de filtrado, difusión y distorsión de la información. Las agencias publicitarias, de comunicación e información en la minuciosa labor de generación de opiniones, propaganda y publicidad que sus

clientes demandan. Y, dado que sus clientes son los grupos que detentan el verdadero poder, este mercado es un mercado realmente importante que configura las cloacas de lo que tradicionalmente se conoce como mercado de la información.”

Por outro lado, os media estão omnipresentes e o seu consumo massificou-se. A televisão, a rádio, os telefones e a imprensa fazem parte do dia-a-dia de milhões de pessoas em todo o mundo. Porém, a Internet aparece como o mais global de todos os meios de comunicação até agora inventados. A revolução digital tem a capacidade de transformar uma grande parte da experiência cultural numa imensa acumulação de mercadorias no espaço virtual. A Internet é um meio de comunicação tão poderoso e inclusivo que mesmo as outras formas de comunicação como a televisão, a rádio ou a imprensa vão perdendo a sua importância e influência, sendo absorvidos pela própria Internet. Como observa Rifkin (2001, p. 263) meia dúzia de multinacionais ligadas à comunicação social e às telecomunicações travam uma luta épica pelo controlo das redes de comunicações e dos recursos culturais, controlo esse que vai constituir decerto o centro da actividade económica durante o séc. XXI. Este controlo confere-lhes um poder e uma influência sem precedentes na História. Senão vejamos:

- Controlam o acesso;
- Produzem conteúdos;
- Exercem monopólio;
- Absorvem a esfera cultural e transformam essa num produto, numa mercadoria;
- Restringem os espaços de liberdade;
- Uniformizam;
- Manipulam e influenciam;
- Veiculam valores, modelos, estereótipos, etc.

Mas esta influência ainda é mais perniciosa, porque visa legitimar a ideologia dominante através de um modelo aparentemente democrático, que deixa de fora autores, títulos e conteúdos que não interessam ao sistema. Quer isto dizer que a finalidade dos meios de comunicação é apresentar uma imagem do mundo que justifique os programas económicos, sociais e políticos dos grupos privilegiados que dominam a economia e o governo. São eles que se encarregam de seleccionar os temas e distribuí-los segundo os seus interesses, que contextualizam os assuntos que se devem abordar, que organizam e filtram a informação que se deve divulgar, dando a esta a ênfase e o tom que melhor servem os seus objectivos junto do leitor, espectador ou ouvinte (CHOMSKY citado por MAGÁN WALLS, 2005, p. 86-87). Esta, parece, de resto, ser a percepção de grande parte dos bibliotecários portugueses, já que 50% dos inquiridos admitiram que os grandes grupos de comunicação social são uma séria ameaça à liberdade intelectual. Em con-

trapartida 32,14% dos bibliotecários discordaram dessa afirmação. Ainda assim, 17,85% manifestaram reservas e optaram pela resposta “Nem concordo nem concordo”.

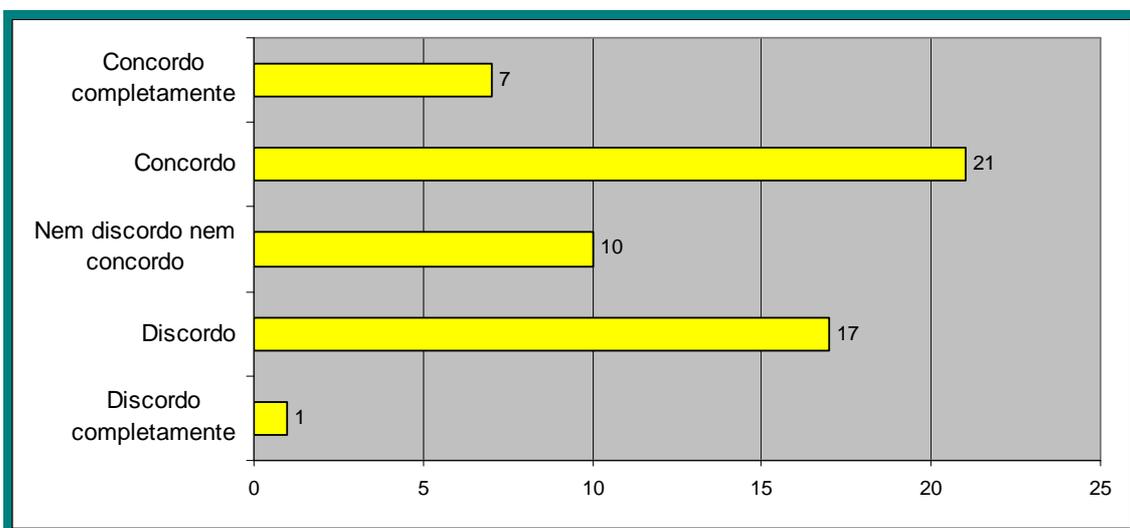


Figura 41 – Os grandes grupos de comunicação social são uma séria ameaça à liberdade intelectual.

Ora, num mundo onde a globalização e a concentração que se está a produzir no mercado da informação faz com que sejam cada vez mais os grandes grupos de comunicação social e as indústrias culturais a decidir o que devemos ver, escutar e ler as bibliotecas públicas deviam fazer um esforço em oferecer, justamente, aqueles materiais que ficam de fora dos principais circuitos comerciais, dando voz as outras leituras da realidade.

Conclusões gerais

Embora a presente dissertação não seja um estudo exaustivo, ela pretendeu, antes de mais, levantar algumas questões em torno da censura, da liberdade intelectual e da selecção de documentos, abordando um conjunto de problemas pouco discutidos entre nós, mas que, na verdade, são transversais aos serviços bibliotecários. Além disso, o autor da presente dissertação está consciente que o inquérito realizado não fornece explicações para muitas das respostas dadas, nem esclarece as múltiplas contradições detectadas, o que poderia ter sido possível com a realização de entrevistas. Ainda assim, da análise e interpretação dos dados, bem como da revisão da literatura foi possível retirar as seguintes conclusões:

- A escolarização das bibliotecas públicas municipais é preocupante. Este fenómeno deve ser entendido como a absorção de parte dos recursos (humanos e financeiros) e dos serviços das bibliotecas públicas pelo sistema educativo. Os utilizadores habituais das bibliotecas municipais são, na maioria dos casos, compostos por estudantes cujas as

noções de leitura, escrita e estudo estão associadas às tarefas escolares, o que significa que boa parte destes estudantes procuram a biblioteca pública para estudar.

- Decorre do ponto anterior que os estudantes tendem a invadir as bibliotecas públicas, afastando de algum modo a população adulta (88% dos activos não frequenta as bibliotecas municipais) que, muito provavelmente, vê estes equipamentos como instituições vocacionadas para o público escolar.
- Para além da ênfase dada pelos bibliotecários portugueses ao papel educativo (30% consideraram fundamental este papel), as bibliotecas públicas continuam a privilegiar o papel cultural e recreativo (55% consideraram essencial este papel), oferecendo serviços homogêneos que são utilizados, em muitas ocasiões, por uma percentagem mínima da população, basicamente composta por crianças e jovens.
- Embora os bibliotecários também tenham dado uma grande importância ao papel informativo e social das bibliotecas públicas (45% e 68%, respectivamente consideraram cruciais estas funções), veremos que estes dados são contrariados tanto pela literatura (que detecta, por exemplo, serviços de informação à comunidade incipientes na maioria das bibliotecas), como pela censura acentuada sobre certos materiais considerados controversos.
- O papel político da biblioteca pública é completamente desconsiderado e menosprezado (apenas 7% dos inquiridos lhe dá importância). Os bibliotecários reconhecem-se como actores sociais, mas parecem não estar conscientes que a defesa da liberdade intelectual ou o combate à censura são actos políticos. Perante este paradoxo, admite-se que “papel político” tenha sido confundido com “papel partidário”.
- Verifica-se que a maioria das bibliotecas não possui uma política escrita de gestão e desenvolvimento de colecções (mais de 78%), e quando possui, esse documento não é de âmbito público (apenas 5% dos inquiridos, ou seja, três bibliotecários, declararam que esse documento está disponível ao público). Significa isto, que mesmo nestas bibliotecas os utilizadores continuam a desconhecer os critérios e princípios que presidem à selecção dos materiais que compõem as colecções por si utilizadas.
- Embora no inquérito, num primeiro momento, os bibliotecários (50%) tenham afirmado que a moral vigente não tem influência na selecção de materiais, mais à frente, 70% dos inquiridos defenderem que os documentos que possam ofender ou melindrar os utilizadores devem ser identificados com algum tipo de etiqueta para que possam ser evitados. Esta influência é ainda atestada por diversos comentários onde é notória uma preocupação em não chocar ou ferir certas sensibilidades.
- Decorre do ponto anterior, que os bibliotecários temem, por razões concretas ou imaginárias, que a aquisição de materiais controversos possa provocar protestos e queixas da

parte dos utilizadores, sobretudo de pais e professores, como alguns comentários indicam. Vê-se nesta precaução a influência dos papéis educativo e cultural nas nossas bibliotecas públicas, em que se dá mais valor à leitura recreativa, às actividades culturais ou ao apoio às bibliotecas escolares, em detrimento da formação de leitores críticos, da criação de serviços de informação à comunidade ou do debate em torno das questões da cidadania.

- Verifica-se que as sugestões dos utilizadores e a participação das equipas das bibliotecas são bem vindas e importantes para quem administra os fundos documentais, o que traduz um esforço em adequar as colecções aos utilizadores. Em contrapartida, a gestão de colecções parece não constituir uma prioridade para uma parte dos bibliotecários, que para além da ausência de políticas escritas, considerou, surpreendentemente, que o bibliotecário não é a pessoa mais competente para realizar essa gestão (16% declarou que o bibliotecário não é a pessoa mais competente para gerir as colecções e 25 % não sabem).
- Em muitos aspectos os resultados obtidos são contraditórios. Se em certas questões os bibliotecários revelam grande abertura (50% dos inquiridos concordaram com a inclusão de materiais nas colecções sobre o cultivo e produção de drogas, por exemplo), em outras são extraordinariamente conservadores (40% dos inquiridos opuseram-se à aquisição de materiais com imagens eróticas, como a *Playboy*, por exemplo).
- Verifica-se, igualmente, em muitas questões, uma elevada percentagem de respostas indefinidas (percentagem que chega aos 30% em algumas questões), isto é, de respostas correspondentes à opção “Nem discordo nem concordo”. Apesar de ter sido garantida a confidencialidade dos inquiridos, admite-se que, por razões de protecção profissional ou reprovação social, muitos actos de censura não tenham sido assumidos.
- Os materiais mais censurados pelos bibliotecários são os seguintes: documentos científicos ou médicos cujos conteúdos não foram demonstrados cientificamente (37% contra); documentos cuja compra beneficie organizações ou governos que não defendem os direitos humanos (48% contra); documentos que reproduzam estereótipos racistas e xenófobos (48% contra); documentos contendo imagens eróticas como a *Playboy* ou outras revistas do género (41% contra).
- Quanto aos materiais menos censurados eles correspondem basicamente aos seguintes: literatura de grande popularidade, mas de pouco mérito literário (62% a favor); documentos que as pessoas possam considerar repulsivos, como por exemplo, imagens em livros ou em filmes de medicina, guerra ou terror (80% a favor); documentos que fomentem a constatação aos poderes instituídos (75% a favor); documentos sobre o cultivo e produção de drogas (52% a favor); documentos que questionam a informação geralmente aceite sobre o Holocausto (46% a favor); documentos que apresentam a

mulher de modo estereotipado (39% a favor); documentos que promovam os direitos dos homossexuais (84% a favor); documentos contendo cenas pornográficas como o filme *o Império dos Sentidos* ou outros filmes do género (45% a favor).

- Para além das colecções, verificou-se que existem espaços comunitários dentro das bibliotecas públicas (átrios, auditórios, salas polivalentes) cuja utilização é bastante condicionada. Os bibliotecários são muito sensíveis a exposições sobre temas polémicos e mais uma vez é notório, através dos comentários obtidos, a preocupação em não ferir certas susceptibilidades. Também existem muitas restrições à afixação de certos materiais (cartazes, folhetos, anúncios, etc.) nos átrios destes equipamentos. Chama-se a atenção que é nestes espaços, a par da utilização da Internet, que a defesa da liberdade intelectual é mais difícil e os actos de censura mais frequentes.
- O uso de filtros no acesso à Internet é uma prática corrente nas bibliotecas públicas municipais portuguesas (50% das bibliotecas usa este tipo de aplicações). Embora constitua uma clara restrição à liberdade intelectual, denunciada pela IFLA e outras organizações afins, a maioria dos bibliotecários parece considerar legítimas e normais tais restrições no acesso à informação.
- Verifica-se que, embora as pressões dos utilizadores, incluindo o executivo camarário, sejam significativas (16% nas aquisições e 19% na retirada de materiais das estantes), estas parecem constituir um fenómeno esporádico e pontual, se tivermos em conta os comentários apresentados pelos bibliotecários.
- Presume-se, pelas conclusões apresentadas, que muitos bibliotecários não tenham uma ideia clara do significado do conceito de “liberdade intelectual”, nem tão pouco das implicações da aplicação dessa mesma “liberdade intelectual” à gestão e funcionamento de uma biblioteca pública. Parece, além disso, haver um desconhecimento dos princípios deontológicos que regem a profissão e que, entre nós, se encontram materializados no *Código de ética para os profissionais da informação em Portugal*.
- Chega-se, portanto, à espantosa e pouco ortodoxa conclusão que, actualmente, nas bibliotecas públicas municipais portuguesas, as maiores restrições à liberdade intelectual provêm fundamentalmente dos bibliotecários. Dentro das bibliotecas estes são os principais censores.

Referências bibliográficas

ASSOCIATION DES BIBLIOTHECAIRES FRANÇAIS ET AL. (1999) – **Les bibliothèques face aux pressions politiques: quelques outils** [Em linha]. Paris : ABF. [Consult. 6 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://www.abf.asso.fr/fichiers/media/IMG/pdf/bibliotheques-face-aux-pressions.pdf?phpMyAdmin=Or7RoJmEKoqFDsDt6tI%2CRE5opJ2>

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2001) – **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa**. Lisboa : Verbo. 2 vol. ISBN 972-22-2046-2

ADORNO, Theodor W. (2003) – **Sobre a indústria da cultura**. Coimbra : Angelus Novus. 198 p. ISBN 972-8827-20-2

ALMEIDA, Miguel Vale de (2009) – **A chave do armário : homossexualidade, casamento, família**. Lisboa : ICS, 2009. 225 p. ISBN 978-972-671-239-8

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de (1997) – **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo : Polis : APB. 129 p. ISBN 85-7228-006-5

ALTHUSSER, Louis (1980) – **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa : Editorial Presença. 120 p.

AMARAL, Ana Luísa; MOITA, Gabriela (2004) – Como se faz (e se desfaz?) o armário : algumas representações da homossexualidade no Portugal de hoje. In CASCAIS, António Fernando, org. – **Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e queer**. [Lisboa] : Fenda, 2004. ISBN 989-603-001-4. p. 99-115.

ANDRADE, Carlos Drummond de (1985) – **60 anos de poesia**. Lisboa : O Jornal, 1985. 272 p.

ARENDT, Hannah (2001) – **A condição humana**. Lisboa: Relógio D'Água. 412 p. ISBN 972-708-637-3

AROT, Dominique (2008) – En forme de conclusion... **Bibliothèque(s) : revue de l'Association des bibliothécaires de France**. ISSN 1632-9201. N.º 41/42 (Dez. 2008), p. 89-90.

AUVINET, Patrice; DECOBERT, Sylvie – La censure au placard . une BDP pour exemple. **Bibliothèque(s) : revue de l'Association des bibliothécaires de France**. ISSN 1632-9201. N.º 41/42 (Dez. 2008), p. 29-31.

BELLOUR (1989) – Les recherches sur la censure dans les bibliothèques aux Etats-Unis : 1959-1985. In KUHLMANN, Marie; KUNTZMANN, Nelly; BELLOUR, Hélène. **Censure et bibliothèques au XXe siècle**. Paris : Cercle de la Librairie. ISBN 2-7654-0418-6. p. 331-349.

BETANCUR BETANCUR, Adriana María (2007) – **Bibliotecas públicas, información y desarrollo local**. Medellín : Comfenalco Antioquia. 67 p. ISBN 978-958-98337-1-1

BLACKBURN, Simon (1997) – **Dicionário de Filosofia**. Lisboa : Gradiva. 488 p. ISBN 972-662-532-7

BLANC-MONTMAYEUR (2003) – Aquisitions et gestion des collections: principes et objectifs généraux. In Association des bibliothécaires français - **Le métier de bibliothécaire**. Paris : Cercle de la Librairie. 454 p. ISBN 2-7654-0866-1

BIBLIOTHEQUE(S) : REVUE DE L'ASSOCIATION DES BIBLIOTHECAIRES DE FRANCE (2008). ISSN 1632-9201. N.º 41/42 (Dez. 2008). Contém: Dossier La censure.

BORRILLO, Daniel (2000) – **L'homophobie**. Paris : Presses Universitaires de France. 127 p. ISBN 2 13 050718 2

BRITES, Andreia (2007a) – Livros amordaçados. **Os meus livros**. A. 5, n.º 50 (Abr. 2007), p. 34-37.

BRITES, Andreia (2007b) – Muro do silêncio. **Os meus livros**. A. 5, n.º 50 (Abr. 2007), p. 38-40.

BULLETIN D'INFORMATIONS DE L'ASSOCIATION DES BIBLIOTHÉCAIRES FRANÇAIS (1997) [Em linha]. N.º 175 (1997). Contém: Actes de la journée d'étude : les acquisitions dans les bibliothèques publiques. [Consult. 6 de Junho de 2010]. Disponível em

WWW: <URL:<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/revues/feuilleter-revue-107-1222>>

CALIXTO, José António (2005) – As bibliotecas públicas portuguesas : transformações, oportunidades e desafios. **Páginas a & b**. ISSN 0873-5670. N.º 16 (2005), p. 61-88.

CANTIÉ, Phillippe (2008) – Banned Books Week: une fête pour combattre la censure. **Bibliothèque(s) : revue de l'Association des bibliothécaires de France**. ISSN 1632-9201. N.º 41/42 (Dez. 2008), p. 42-44.

CHANTEREAU, Danielle (2008) – Audiovisuel : protection n'est pas censure. **Bibliothèque(s) : revue de l'Association des bibliothécaires de France**. ISSN 1632-9201. N.º 41/42 (Dez. 2008), p. 60-64.

CHOMSKY, Noam (2002) – **Propaganda e opinião pública**. Lisboa : Campo da Comunicação. 268 p. ISBN 972-8610-06-8

CHOURROT, Olivier (1997) – La place du lecteur dans le processus d'acquisitions [Em linha]. **Bulletin d'informations de l'Association des bibliothécaires français**. N.º 175 (1997), p. 42-44. [Consult. 8 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: URL:<<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/revues/afficher-45262>>

CLÉMENT, Elisabeth et al. – **Dicionário prático de Filosofia**. Lisboa : Terramar. 407 p. ISBN 972-710-141-0

COMISSÃO DE ÉTICA PARA OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO (1999) – **Código de ética para os profissionais da informação em Portugal** [Em linha]. Lisboa : BAD : INCITE : APDIS. [Consult. 5 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://www.apbad.pt/downloads/codigo_etica.pdf>

COSTA, Isabel D. Pereira da (2004) – O serviço de informação à comunidade nas bibliotecas portuguesas [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, Estoril, 2004 – **Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão** : actas [Multimédia]. Lisboa : B.A.D. [Consult. 25 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://badinfo.apbad.pt/congresso8/com40.pdf>>

CURRY, Ann (1999a) – Códigos éticos para bibliotecarios y otras profesiones : similitudes y diferencias. **Educación y biblioteca**. N.º 99 (1999), p. 40-45.

CURRY, Ann (1999b) – La práctica de la anti-censura : un problema ético para los responsables de bibliotecas escolares y públicas. **Educación y biblioteca**. N.º 99 (1999), p. 58-63.

CURRY, Ann (1998) – Censure et bibliothèque: sur la corde raide [Em linha]. **Bulletin d'informations de l'Association des bibliothécaires français**. N.º 178 (1998), p. 67-71. [Consult. 31 de Maio de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/revues/afficher-46056>>

CURRY, Ann (1997) – **The limits of tolerance : censorship and intellectual freedom in public libraries**. Lanham, Md & London : The Scarecrow Press. 288 p. ISBN 0810832240

DGLB (2009) – **Programa de apoio às bibliotecas municipais** [Em linha]. Lisboa : Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, 2009 [Consult. 29 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/programaBibliotecas/Documents/Doc01_Programa%20de%20Apoio2009.pdf>

DÍAZ GRAU, Antonio, GARCÍA GÓMEZ, Javier (2005) – El poder de reacción de las bibliotecas de 1945 hasta la actualidad. [Em linha]. In JORNADAS BIBLIOTECARIAS DE CASTILLA-LA MANCHA, 2, Toledo, 2005. [Consult. 29 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://eprints.rclis.org/5033/1/ReaccionBP.pdf>>

ECIA (2001) – **Referencial europeu de informação e documentação**. Lisboa : INCITE. 43 p. ISBN 972-98747-1-9

ENSSIB – **Bibliothèques, censure et responsabilités des bibliothécaires** [Em linha]. Villeurbanne : ENSSIB. [Consult. 31 de Maio de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://enssibal.enssib.fr/bibliotheque/dossthem/censure/cenori.html>>

ERMAKOFF, Thierry (1999) – Les bibliothèques et la culture face aux pressions politiques [Em linha]. **Bulletin des bibliothèques de France**. Tome 44, n.º 1 (1999). [Consult. 6 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1999-01-0097-002>>

FACCO, Lúcia (2009) – **Era uma vez um casal diferente : a temática homossexual na educação literária infanto-juvenil**. São Paulo : Summus. 295 p. ISBN 978-85-323-0531-2

FRANÇA. Leis, decretos, etc. – **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** [Em linha]. [Consult. 12 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.eselx.ipl.pt/ciencias-sociais/tratados/1789homem.htm>>

FREIRE, Paulo (2000) – **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo : Cortez. 87 p. ISBN 85-249-0308-2

FRÍAS, José António, coord. (2006) - Dossier bibliotecas y diversidad sexual. **Educación y biblioteca**. N.º 152 (Marzo/Abril 2006) p. 48-116.

FRONT NATIONAL (PARTI FRANÇAIS). In **Wikipedia**. San Francisco : Wikimedia Foundation. [Consult. 29 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:[http://en.wikipedia.org/wiki/National_Front_\(France\)](http://en.wikipedia.org/wiki/National_Front_(France))>

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO (2003) – **Dicionário Jurislingue electrónico** [Em linha]. Lisboa : Gabinete de Documentação e Direito Comparado. [Consult. 17 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://jurislingue.gddc.pt/fora/resultado_pesquisa_termos.asp?Termo_Portugues=Atentado+ao+Pudor>

GARCÍA RODRÍGUEZ, Araceli – Actividades culturales en la biblioteca. p. 289-296. In. **Manual de biblioteconomía**. Madrid : Editorial Síntesis. 509 p. ISBN 84-7738-363-4

GAUTIER-GENTÈS, Jean-Luc (1998) – Vocation encyclopédique des bibliothèques et pluralisme [Em linha]. **Bulletin d'informations de l'Association des bibliothécaires français**. N.º 178 (1998), p. 64-67. [Consult. 31 de Maio de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/revues/afficher-45859>>

GILL, Philip, org (2003) – **Os serviços da biblioteca pública : directrizes da IFLA/UNESCO (2001)**. Lisboa : Caminho, 2003. 149 p. ISBN 972-21-1567-7

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, Isabel (2006) – Lectura e igualdad, lectura y equidad: fomentando la igualdad a través de la lectura en la biblioteca municipal de Ermua [Em linha]. In CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 3, Murcia, 2006 –**La biblioteca pública, espacio ciudadano** : actas. Madrid : Ministerio de Cultura. Subdirección General de Informa-

ción y Publicación. p. 114-120. [Consult. 16 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://travesia.mcu.es/portalanb/jspui/handle/10421/648>>

IFLA (2005a) – **Postura de la IFLA sobre el gobierno de Internet** [Em linha]. The Hague : IFLA. [Consult. 2 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://archive.ifla.org/III/wsis/InternetGovernance-es.html>>

IFLA (2005b) – **Manifesto da IFLA sobre transparência, bom governo e ausência de corrupção** [Em linha]. The Hague : IFLA. [Consult. 2 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.ifla.org/files/faife/publications/policy-documents/transparency-manifesto-pt.pdf>>

IFLA (2002a) – **Declaración de Glasgow sobre las bibliotecas, los servicios de información y libertad intelectual** [Em linha]. The Hague : IFLA. [Consult. 2 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://archive.ifla.org/faife/policy/iflastat/gldeclar-s.html>>

IFLA (2002b) – **Manifesto da IFLA sobre a Internet** [Em linha]. The Hague : IFLA. [Consult. 7 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://archive.ifla.org/III/misc/im-pt.htm>>

IFLA (1999) – **Declaração da IFLA sobre as bibliotecas e a liberdade intelectual** [Em linha]. The Hague : IFLA. [Consult. 28 de Julho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://archive.ifla.org/faife/policy/iflastat/iflastat_pt.htm>

IFLA/UNESCO (1994) - **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994** [Em linha]. The Hague : IFLA. [Consult. 11 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>

JACQUES, Jean-François (2008) – Censure culturelle, censure économique. **Bibliothèque(s) : revue de l'Association des bibliothécaires de France**. ISSN 1632-9201. N.º 41/42 (Dez. 2008), p. 37.

KIBBEE, Jo (2004) – Aux armes citoyens! [Em linha]. **Bulletin des bibliothèques de France**. Tome 49, n.º 6 (2004). [Consult. 6 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-06-0010-002>>

KUHLMANN, Marie (1988). “Books” émissaires : un siècle de censure en bibliothèques publiques [Em linha]. **Bulletin des bibliothèques de France**. Tomo 33, 6, p. 388-393. [Consult. 21

de Abril de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1988-05-0388-005>>

KUHLMANN, Marie; KUNTZMANN, Nelly; BELLOUR, Hélène (1989) – **Censure et bibliothèques au XXe siècle**. Paris : Cercle de la Librairie. 351 p. ISBN 2-7654-0418-6.

LAPÈRIE, François (1994) – For sex, see librarian : censure et bibliothèques aux Etats-Unis [Em linha]. **Bulletin des bibliothèques de France**. Tomo 39, 6. p. 46-52 [Consult. 4 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1994-06-0046-007>>

LAWRENCE, D. H. (2009) – **Pornografia e obscenidade**. Lisboa : Frenesi. [61] p. ISBN 978-989-8006-12-7

LEAL, Filipe (2007) – Bibliotecas Municipais de Oeiras : espaços de cultura e conhecimento [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9, Ponta Delgada, 2007 – **Bibliotecas e arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação** [Multimédia]. Lisboa: B.A.D., 2007. [Consult. 21 de Julho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM51.pdf>>

LOPES, João Teixeira; ANTUNES, Lina (2000) – Desescolarizar as bibliotecas? **OBS : publicação trimestral do Observatório das Actividades Culturais**. N.º 8 (Jul. 2000), p. 25-27.

LÓPEZ YEPES, José, ed. (2004) – **Diccionario enciclopédico de Ciências de la Documentación**. Madrid : Editorial Síntesis. 2 vol. ISBN 84-9756-258-5

LOZANO DÍAZ, Roser (2002) – El servicio de información a la comunidad [Em linha]. In CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 1, Valencia, 2002 – **La biblioteca pública: portal de la sociedad de la información**. Madrid : Ministerio de Cultura. Subdirección General de Información y Publicación. p. 447-450. [Consult. 25 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://travesia.mcu.es/portalnjb/jspui/bitstream/10421/1230/1/for_449.pdf>

MACIEL, Jacinta (2004) – Bibliotecários: entre a conduta deontológica e a força da censura. **In’Cid**. N.º 1 (2004), p. 153-173.

MAGÁN WALLS (2005) – Censura y manipulación de la información en las sociedades modernas: un dilema para el profesional de la información. In LÓPEZ LÓPEZ, Pedro; GIMENO PERELLÓ, Javier, coord. – **Información, conocimiento y bibliotecas en el marco de la globalización neoliberal**. Gijón : Trea. ISBN 84-9704-159-3

MATOS, Dulce (2006) – Estará a cultura *light* definitivamente instalada no sistema ou apenas de passagem? [Em linha]. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. **Cultura light**. Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. ISBN 972-8932-08-1. [Consult. 21 de Julho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7610.pdf>>

MELO, Daniel (2004) – **A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)**. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais. 375 p. ISBN 972-671-137-1

MELOT, Michel (2008) – Censures sur la censure? **Bibliothèque(s) : revue de l'Association des bibliothécaires de France**. ISSN 1632-9201. N.º 41/42 (Dez. 2008), p. 10-11.

MILLER, Henry (1987) – **O mundo do sexo e outros textos**. Lisboa : Publicações Dom Quixote. 203 p.

MUELLER, Susana P. M. (1984) – Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca [Em linha]. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Vol. 13, n.º 1 (1984), p. 7-54. [Consult. 4 de Julho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>

NEGATION DE LA SHOAH. In **Wikipedia**. San Francisco : Wikimedia Foundation. [Consult. 29 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://fr.wikipedia.org/wiki/N%C3%A9gation_de_la_Shoah>

NOGUEIRA, Marília Cecília Diniz (1986) – Biblioteca pública: a ambivalência do seu papel [Em linha]. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Vol. 15, n.º 2 (1984), p. 222-248. [Consult. 4 de Julho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>

NUNES, Manuela Barreto (2008) – **Conclusões e recomendações do III Encontro Oeiras a Ler** [Mensagem em linha]. In San Francisco : Slideshare. [Consult. 12 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.slideshare.net/rbmocmo/manuela-barreto-nunes>>

Q.DOC : GRUPO DE TRABAJO DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN GAY, LÉSBICA, BISEXUAL Y TRANSGÉNERO DEL COL·LEGI OFICIAL DE BIBLIOTECARIS-DOCUMENTALISTES DE CATALUNYA (2007) [Lista em linha]. Barcelona : Col·legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistes de Catalunya. [Consult. 9 de Maio de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.cobdc.org/grups/qdoc/indexes.html>>

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (2008) – **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa : Gradiva, 2008. 282 p. ISBN 978-972-662-275-8

OLEIRO, Margarida; HEITOR, Célia (2010) – 20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10, Guimarães, 2010 – **Políticas de informação na sociedade em rede** : actas [Multimédia]. Lisboa : B.A.D. [Consult. 20 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Comunicacao_MOleiro_CHeitor_10CongBAD.pdf>

ONU (1978) – **Declaração universal dos direitos humanos** [Em linha]. Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda. [Consult. 12 de Junho de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>>

ORERA ORERA, Luisa (2002) – La colección: formación, desarrollo y mantenimiento. In ORERA ORERA, Luisa – **Manual de biblioteconomía**. Madrid : Editorial Síntesis. ISBN 84-7738-363-4. p. 91-111.

ORTEGA Y GASSET, José (1994) – Misión del bibliotecário. In **Obras Completas**. Madrid : Alianza Editorial : Revista de Occidente, 1994. Tomo V.

PARTIDO NACIONAL RENOVADOR. In **Wikipedia**. San Francisco : Wikimedia Foundation. [Consult. 29 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Nacional_Renovador>

PEREIRA, Maria da Graça (2006) – Espelho meu, espelho meu : o reflexo social da literatura *light* [Em linha]. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. - **Cultura light**. Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. ISBN 972-

8932-08-1. p. 169-175. [Consult. 21 de Julho de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7602.pdf>>

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. (2007) – **Código Penal** [Em linha]. Lisboa : Guarda Nacional Republicana. [Consult. 21 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:[www.http://www.gnr.pt/portal/internet/legislacao/pdf/CP.pdf](http://www.gnr.pt/portal/internet/legislacao/pdf/CP.pdf)>

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. (2005) – **Constituição da República Portuguesa**. [Em linha]. Lisboa : Assembleia da República. [Consult. 21 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. (1999) – **Lei de Imprensa** [Em linha]. Lisboa : Sindicato dos Jornalistas. [Consult. 21 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?idCanal=24&id=23>>

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. (1976) – **Decreto-Lei n.º 254/76 de 7 de Abril** [Em linha]. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. [Consult. 21 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:<http://dre.pt/pdfgratis/1976/04/08300.pdf>>

POULAIN, Martine (1997) – Conclusion : une grande qualité des débats [Em linha]. **Bulletin d'informations de l'Association des bibliothécaires français**. N.º 175 (1997), p. 58-64. [Consult. 8 de Junho de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/revues/afficher-45210>>

PROENÇA, Carla (2004) – Um olhar sobre os fundos documentais das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. **Páginas a & b**. ISSN 0873-5670. N.º 13 (2004), p. 7-62.

PULMAN (2003) – **Linhas de orientação PULMAN** [Em linha]. Bruxelas : Public Libraries Mobilising Advanced Networks. [Consult. 21 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:www.pulmanweb.org/dgms/DGM-Portugal-Ver-Jan03.doc>

RIFKIN, Jeremy (2001) – **A era do acesso : a revolução da nova economia**. Lisboa: Presença. 367. p. ISBN 972-23-2741-0

RIVES, Caroline (1997) – La censure aux Etats-Unis [Em linha]. **Bulletin d'informations de l'Association des bibliothécaires français**. N.º 175 (1997), p. 38-41. [Consult. 8 de Junho de

2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/revues/afficher-45210>>

RIVES, Caroline; LORANT-JOLLY, Annick (2008) – La censure, perverse polymorphe [Em linha]. **Bibliothèque(s) : revue de l'Association des bibliothécaires de France**. ISSN 1632-9201. N.º 41/42 (Dez. 2008), p. 32-36.

ROBISON, Charles (2001) – ¿Podemos salvar la biblioteca del público? In CASTILLA SEGURO; María; PADILLA RAMOS, Costanza, ed. – **Bibliotecas públicas y escolares**. Bogotá : Fundalectura. ISBN 958-9342-09-4. p. 49-63.

RODRÍGUEZ IZQUIERDO, Rosa (1998) – La imagen y el papel de la mujer en los libros de texto escolares en España [Em linha]. **EA, Escuela abierta: revista de Investigación Educativa**. ISSN 1138-6908. N.º 1 (1998), p. 257-266. [Consult. 30 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=195834>>

SAMEK, Toni (2008) – **Biblioteconomía y derechos humanos : una guía para el siglo XXI**. Gijón : Trea. 268 p. ISBN 9788497043946

SANTOS, Ana Cristina (2004a) – Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal: o jurídico ao serviço de um novo movimento social. In CASCAIS, António Fernando, org. – **Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e queer**. [Lisboa] : Fenda. ISBN 989-603-001-4. p. 143-182.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2004b) – Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In SANTOS, Boaventura de Sousa, org – **Reconhecer para libertar : os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Porto : Afrontamento. ISBN 972-36-0704-2. p. 329-356.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, org. (2007) – **A leitura em Portugal** [Em linha]. Lisboa : Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), 2007. [254] p. ISBN 978-972-614-419-9. [Consult. 27 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.oac.pt/Projecto38.htm>>

TRIGUERO, Vicky et al. (2006) – Cuando la diversidad sexual entra en la biblioteca: algunos criterios para la selección de documentación LGTB [Em linha]. In CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 3, Murcia, 2006. – **La biblioteca pública, espacio ciudadano** : actas. Madrid: Ministerio de Cultura. Subdirección General de Información y Publicación. p.

345-354 [Consult. 27 de Abril de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:<http://travesia.mcu.es/portaln/jspui/handle/10421/687>>

UMAR (2009) – Apresentação e objectivos [Em linha]. In UMAR – **BIG : Bibliotecas pela igualdade de género**. Lisboa : UMAR. [Consult. 28 de Julho de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:http://www.big.cdofeminista.org/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53>

UNESCO (1999a) – **Manifiesto de la UNESCO sobre la Biblioteca Publica. 1972** [Em linha]. Peñaranda de Bracamonte : Fundación Germán Sánchez Ruipérez. [Consult. 28 de Julho de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:<http://www.fundaciongsr.es/documentos/manifiestos/mani72.htm>>

UNESCO (1999b) – **Manifiesto de la UNESCO sobre la Biblioteca Publica. 1949** [Em linha]. Peñaranda de Bracamonte : Fundación Germán Sánchez Ruipérez. [Consult. 29 de Junho de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:<http://www.fundaciongsr.es/documentos/manifiestos/mani49.htm>>

VERGUEIRO, Waldomiro (2010) – **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília, DF : Briquet de Lemos. 120 p. ISBN 978-85-85637-41-5

VERGUEIRO, Waldomiro C. S. (1996) – Implicações éticas nos serviços de aquisição: algumas reflexões a partir da realidade brasileira. **Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação**. ISSN 0007-9421. N.º 1 (1996), p. 85-94.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos (1987) – Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros [Em linha]. **Ciência da Informação. Brasília**. Vol. 16, n.º 1 (Jan./Jun. 1987), p. 21-26. [Consult. 21 de Abril de 2010]. Disponível em WWW:
<URL:<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/1569/1185>>

VIEIRA, Célia; NOVO, Isabel Rio (2005) – **Literatura portuguesa no mundo: dicionário ilustrado**. Porto : Porto Editora, 2005. 12 vol. ISBN 972-0-01241-2

VIGÁRIO, Antonieta (2002) – Direito de acesso à informação: liberdade de expressão. **Cadernos BAD**. ISSN 007-9421. N.º 1 (2002), p. 8-18.

VIGÁRIO, Maria Antonieta Lopes (2001) – Direito de acesso à informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7, Porto, 2001 – **Informação: o desafio do futuro**. Lisboa. [Lisboa] : B.A.D.

VIGÁRIO, Maria Antonieta Lopes (2000) – **Professional ethics of information professionals : a Portuguese approach**. Sheffield : University of Sheffield. Department of Information Studies. Tese de doutoramento.

VIGÁRIO, Antonieta (1996) – A decisão ética no trabalho de informação. **Cadernos de bibliotecnologia, arquivística e documentação**. ISSN 0007-9421. N.º 1 (1996), p. 49-76.

VIGÁRIO, Maria Antonieta Lopes (1993) – **Os problemas éticos dos profissionais de informação**. 1993. Sheffield : University of Sheffield. Department of Information Studies. Tese de mestrado.

YEPES OSORIO, Luis Bernardo (2007) – **Consideraciones políticas en torno a la biblioteca pública y la lectura**. Medellín : Comfenalco Antioquia. 53 p. ISBN 9589833728

YEPES OSORIO, Luis Bernardo (2001) – **La promoción de la lectura: conceptos, materiales y autores**. Medellín : Comfenalco Antioquia. 240 p. ISBN 9589613608

Lista de siglas e abreviaturas

- ABF – Association des Bibliothécaires Français
- ALA – American Library Association
- APDIS – Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde
- BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
- BIG – Bibliotecas pela Igualdade de Género
- CDU – Classificação Decimal Universal
- CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- DGLB – Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas
- ENSSIB – École nationale supérieure des sciences de l’information et des bibliothèques
- EUA – Estados Unidos da América
- FN – Front Nacional
- GLBT – Gays, lésbicas, bissexuais e transgéneros
- IFLA – International Federation of Library Associations
- INCITE – Associação Portuguesa para a Gestão da Informação
- MIRN/PDP – Movimento Independente para a Reconstrução Nacional / Partido da Direita Portuguesa
- PDC – Partido da Democracia Cristã
- PNR – Partido Nacional Renovador
- POPH – Programa Operacional do Potencial Humano
- PREC – Processo Revolucionário em Curso
- PULMAN – Public Libraries Mobilising Advanced Networks
- RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
- SABE – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares
- SBAL – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian
- SBI – Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian
- SBIF – Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian
- UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta
- VIH/SIDA – Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

Índice de figuras

Figura 1 – Distribuição geográfica das bibliotecas participantes por distritos, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.....	9
Figura 2 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel educativo.....	16
Figura 3 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel cultural.....	18
Figura 4 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel social.....	21
Figura 5 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel informativo.	23
Figura 6 – Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel político.....	27
Figura 7 – A sua biblioteca dispõe de uma política escrita de gestão e desenvolvimento de colecções?.....	29
Figura 8 – A política escrita de gestão e desenvolvimento de colecções da sua biblioteca está disponível ao público para consulta?.....	29
Figura 9 – As sugestões dos utilizadores devem ser o principal critério para a selecção de documentos.....	35
Figura 10 – O bibliotecário é a pessoa mais competente quanto à selecção e aquisição de documentos para a biblioteca.	37
Figura 11 – Devem participar na selecção de documentos os elementos da equipa da biblioteca.	40
Figura 12 – Os livreiros que visitam a biblioteca são as pessoas que melhor conhecem as necessidades de informação dos utilizadores.	42
Figura 13 – As bibliotecas públicas devem disponibilizar o maior número possível de documentos.....	45
Figura 14 – Aquando da selecção de documentos o bibliotecário deve ter em consideração a moral vigente na comunidade onde trabalha.	46
Figura 15 – As bibliotecas públicas devem incluir nas suas colecções documentos que abordem a homossexualidade de modo positivo e livre de preconceitos.	48
Figura 16 – Os documentos que possam ofender ou melindrar os utilizadores devem ser identificados com algum tipo de etiqueta para que possam ser evitados.....	52
Figura 17– A sua biblioteca já etiquetou ou retirou algum documento do livre acesso por motivos morais, ideológicos ou outros?	53
Figura 18 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar literatura de grande popularidade, mas de pouco mérito literário.	60
Figura 19 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos científicos ou médicos cujos conteúdos não foram demonstrados cientificamente.	61

Figura 20 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que as pessoas possam considerar repulsivos, como por exemplo, imagens em livros ou em filmes de medicina, guerra ou terror.	63
Figura 21 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos sobre o cultivo e produção de drogas.....	64
Figura 22 - É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que fomentem a contestação aos poderes instituídos.	65
Figura 23 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos cuja compra beneficie organizações ou governos que não defendem os direitos humanos.....	67
Figura 24 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que questionem a informação geralmente aceite sobre o Holocausto.	68
Figura 25 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que reproduzam estereótipos racistas e xenófobos.....	73
Figura 26 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que apresentam a mulher de modo estereotipado.....	77
Figura 27 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que promovam os direitos dos homossexuais.	79
Figura 28 – Devem ser editados e divulgados mais documentos sobre a homossexualidade.	79
Figura 29 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos contendo cenas pornográficas como o filme <i>o Império dos Sentidos</i> ou outros filmes do género.	82
Figura 30 – É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos contendo imagens eróticas como a <i>Playboy</i> ou outras revistas do género.	83
Figura 31 – A biblioteca dispõe de normas escritas relativamente à utilização desses espaços?	85
Figura 32 – Na sua biblioteca são aplicados alguns critérios na selecção e disponibilização de informação distribuída gratuitamente, nomeadamente folhetos, prospectos, cartazes, anúncios, etc.	86
Figura 33 – O vosso auditório ou sala de reuniões estão disponíveis para todos os grupos ou associações da vossa comunidade, independentemente das crenças religiosas, tendências políticas ou interesses comerciais dos seus membros?.....	88
Figura 34 – Gostaria de saber se é possível consultar livremente qualquer site na sua biblioteca independentemente do seu conteúdo, tais como sites pornográficos, que incitem à prática de crimes ou fomentem a violência e o racismo?.....	90
Figura 35 – Alguma vez foi pressionado por algum grupo ou indivíduo, incluindo o executivo camarário para adquirir determinado(s) documento(s)?.....	94
Figura 36 – Alguma vez foi pressionado por algum grupo ou indivíduo, incluindo o executivo camarário para retirar das estantes determinado(s) documento(s)?.....	94

Figura 37 – Alguma vez foi verbal ou fisicamente ameaçado por causa da selecção e aquisição de determinado(s) documento(s)?	94
Figura 38 – Alguma vez tomou uma atitude na selecção de documentos que tenha ido contra as suas crenças políticas?	96
Figura 39 – Alguma vez tomou uma atitude na selecção de documentos que tenha ido contra as suas crenças religiosas?	96
Figura 40 – Alguma vez tomou uma atitude na selecção de documentos que tenha ido contra as suas crenças morais?	96
Figura 41 – Os grandes grupos de comunicação social são uma séria ameaça à liberdade intelectual.	100

Anexos

Anexo 1: Questionário do inquérito sobre a censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas públicas municipais portuguesas

APRESENTAÇÃO

Chamo-me Sérgio Mangas, sou bibliotecário, responsável pela Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos e aluno do mestrado de Informação, Comunicação e Novos Media da Universidade de Coimbra.

O tema da minha tese incide sobre a censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP).

Pretendo com este inquérito analisar as atitudes dos bibliotecários municipais portugueses relativamente às questões da censura, liberdade intelectual e selecção de documentos.

As perguntas do inquérito dirigem-se apenas aos bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas municipais da RNBP.

Gostaria de sublinhar que este inquérito é totalmente confidencial e que nem a biblioteca nem o bibliotecário serão identificados na tese final.

1 – Nas últimas décadas tem sido associado às bibliotecas públicas um conjunto de objectivos e papéis. Numa escala de 1 a 5, sendo 1- Discordo completamente, 2 - Discordo, 3 – Nem discordo nem concordo, 4 – Concordo, 5 – Concordo completamente, o que pensa das seguintes afirmações:

a) Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel educativo.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

b) Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel cultural.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

c) Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel social.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

d) Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel informativo.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

e) Um dos principais papéis da biblioteca pública é um papel político.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

2 – A sua biblioteca dispõe de uma política escrita de gestão e desenvolvimento de colecções?

Sim -
Não -

3 – No caso de ter respondido SIM à pergunta anterior a política escrita de gestão e desenvolvimento de colecções da sua biblioteca está disponível ao público para consulta?

Sim -
Não -

4 – As políticas escritas ou não escritas de gestão e desenvolvimento de colecções variam muito de biblioteca para biblioteca. Numa escala de 1 a 5, sendo 1- Discordo completamente, 2 - Discordo, 3 – Nem discordo nem concordo, 4 – Concordo, 5 – Concordo completamente, o que pensa das seguintes afirmações:

a) As sugestões dos utilizadores devem ser o principal critério para a selecção e aquisição de documentos para a biblioteca.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

b) O bibliotecário é a pessoa mais competente quanto à selecção e aquisição de documentos para a biblioteca.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

c) Devem participar na selecção de documentos os elementos da equipa da biblioteca.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

d) Os livreiros que visitam a biblioteca são as pessoas que melhor conhecem as necessidades de informação dos utilizadores.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

e) As bibliotecas públicas devem disponibilizar o maior número possível de documentos.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

f) Aquando da selecção de documentos o bibliotecário deve ter em consideração a moral vigente da comunidade onde trabalha.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

g) As bibliotecas públicas devem incluir nas suas colecções documentos que abordem a homossexualidade de modo positivo e livre de preconceitos.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

h) Os documentos que possam ofender ou melindrar os utilizadores devem ser identificados com algum tipo de etiqueta para que possam ser evitados.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

- i) Os documentos que possam ofender ou melindrar os utilizadores devem ser retirados do livre acesso.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

5 – Caso tenha concordado com as duas últimas afirmações pode apresentar alguns exemplos de documentos (por exemplo: autores, títulos, temas) que identificaria com algum tipo de etiqueta ou retiraria do livre acesso?

6 – A sua biblioteca já etiquetou ou retirou algum documento do livre acesso por motivos morais, ideológicos ou outros?

Sim -

Não -

7 – No caso de ter respondido SIM à pergunta anterior pode relatar-me sucintamente a situação?

8 – O que é que a etiqueta dizia?

9 – A literatura relativa à gestão e desenvolvimento de colecções reflecte diversos pontos de vista sobre os documentos que devem ser, ou não, incluídos nas colecções de uma biblioteca pública. Numa escala de 1 a 5, sendo 1- Discordo completamente, 2 - Discordo, 3 – Nem discordo nem concordo, 4 – Concordo, 5 – Concordo completamente, o que pensa das seguintes afirmações:

- a) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar literatura de grande popularidade, mas de pouco mérito literário.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

- b) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos científicos ou médicos cujos conteúdos não foram demonstrados cientificamente.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

- c) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que as pessoas possam considerar repulsivos, como por exemplo, imagens em livros ou em filmes de medicina, guerra ou terror.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

- d) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que fomentem a contestação aos poderes instituídos.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

- e) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos sobre o cultivo e produção de drogas.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

f) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos cuja compra beneficie organizações ou governos que não defendem os direitos humanos.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

g) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que questionem a informação geralmente aceita sobre o Holocausto.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

h) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que reproduzam estereótipos racistas e xenófobos.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

i) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que apresentam a mulher de modo estereotipado.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

j) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos que promovam os direitos dos homossexuais.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

k) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos contendo imagens eróticas como a *Playboy* ou outras revistas do género.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

l) É adequado uma biblioteca pública disponibilizar documentos contendo cenas pornográficas como o filme o *Império dos Sentidos* ou outros filmes do género.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

10 – As suas crenças pessoais podem, por vezes, colidir com os valores de serviço público que devem reger o funcionamento da instituição onde trabalha. Alguma vez tomou uma atitude na selecção e aquisição de documentos que tenha ido contra:

a) As suas crenças políticas?

Sim -

Não -

b) As suas crenças religiosas?

Sim -

Não -

c) As suas crenças morais?

Sim -

Não -

11 – Se respondeu SIM a alguma das perguntas anteriores, relativamente às suas crenças pessoais, pode relatar-me sucintamente uma situação concreta que lhe tenha acontecido?

12 – Por vezes, existem pressões políticas, religiosas, comerciais ou de algum grupo da comunidade no sentido de incluir ou excluir determinados documentos. Nesse sentido gostaria de saber se:

a) Alguma vez foi pressionado por algum grupo ou indivíduo, incluindo o executivo camarário para adquirir determinado(s) documento(s)?

Sim -
Não -

b) Alguma vez foi pressionado por algum grupo ou indivíduo, incluindo o executivo camarário para retirar das estantes determinado(s) documento(s)?

Sim -
Não -

c) Alguma vez foi verbal ou fisicamente ameaçado por causa da selecção e aquisição de determinados documentos?

Sim -
Não -

13 – Se respondeu SIM alguma das perguntas anteriores, sobre eventuais pressões, pode relatar-me sucintamente uma situação concreta que lhe tenha acontecido?

14 – Para além das colecções existem outros aspectos relativos aos serviços prestados pelas bibliotecas públicas que podem suscitar problemas relativamente à liberdade intelectual como o acesso à Internet.

Gostaria de saber se é possível consultar livremente qualquer site na sua biblioteca independentemente do seu conteúdo, tais como sites pornográficos, que incitem à prática de crimes ou fomentem a violência e o racismo?

Sim -
Não -

15 – Se respondeu NÃO à pergunta anterior pode indicar-me de que modo o acesso a esses sites é condicionado?

16 – A sua biblioteca dispõe de normas escritas relativamente à utilização da Internet?

Sim -
Não -

17 – Para além das colecções e do acesso à Internet existem outros aspectos relativos aos serviços prestados pelas bibliotecas públicas que podem suscitar problemas relativamente à liberdade intelectual, nomeadamente a utilização dos auditórios, salas de reuniões e espaços para exposições.

- a) O vosso auditório ou sala de reuniões estão disponíveis para todos os grupos ou associações da vossa comunidade, independentemente das crenças religiosas, tendências políticas ou interesses comerciais dos seus membros?

Sim -
Não -

- b) A biblioteca dispõe de normas escritas relativamente à utilização desses espaços?

Sim -
Não -

- c) Na sua biblioteca são aplicados alguns critérios na selecção e disponibilização de informação distribuída gratuitamente, nomeadamente folhetos, prospectos, cartazes, anúncios, etc.?

Sim -
Não -

18 – Pode dar um exemplo de alguns materiais que não autorizaria que fossem afixados ou divulgados na sua biblioteca?

19 – Pode dar um exemplo de algum tipo de exposição ou mostra cuja realização não autorizaria na sua biblioteca?

20 – Ultimamente muito se tem falado acerca dos cortes orçamentais e na redução de verbas na área da cultura, nomeadamente nas bibliotecas. Pensa que estes cortes tiveram ou terão algum impacto na liberdade intelectual da sua comunidade?

Sim -
Não -

21 – Numa escala de 1 a 5, sendo 1- Discordo completamente, 2 - Discordo, 3 – Nem discordo nem concordo, 4 – Concordo, 5 – Concordo completamente, o que pensa das seguintes afirmações:

- a) O acesso livre e gratuito à informação nas bibliotecas públicas está em vias de desaparecer.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

- b) Os grandes grupos de comunicação social são uma séria ameaça à liberdade intelectual.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

c) O aumento do uso da Internet significa que será muito mais fácil para a maioria das pessoas aceder à informação.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

d) Numa sociedade multicultural deve haver restrições à liberdade de expressão.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

e) Todas as ideias, por mais repulsivas que sejam, têm o direito de estar representadas na biblioteca.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

f) As pessoas devem ter o direito de serem protegidas de documentos e conteúdos que considerem ofensivos.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

g) A pornografia deveria ser proibida.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

h) A pornografia reproduz valores machistas que legitimam a opressão da mulher.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

i) Devem ser editados e divulgados mais documentos sobre a homossexualidade.

1 - 2 - 3 - 4 - 5 -

22 – Idade?

20-29 30-39 40-49 50-59 + 60

23 – Há quantos anos é responsável pela biblioteca onde trabalha actualmente?

24 – Possui algum curso de especialização ou licenciatura em Ciências Documentais?

Sim -

Não -

25 – Há alguma coisa que gostasse de acrescentar?

Muito obrigado pela sua colaboração.

Anexo 2: Mensagens enviadas aos inquiridos

1.º E-mail enviado a 8 de Março

Caro(a) colega:

Chamo-me Sérgio Mangas, sou bibliotecário, responsável pela Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos e aluno do mestrado de Informação, Comunicação e Novos Media da Universidade de Coimbra.

O tema da minha tese incide sobre a censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP).

Pretendo com este inquérito analisar as atitudes dos bibliotecários municipais portugueses relativamente às questões da censura, liberdade intelectual e selecção de documentos.

As perguntas do inquérito dirigem-se apenas aos bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas municipais da RNBP.

Gostaria de sublinhar que este inquérito é totalmente confidencial e que nem a biblioteca nem o bibliotecário serão identificados na tese final.

Para aceder ao inquérito clique neste link:

<http://censurarnbp.questionpro.com/>

No caso de necessitar de algum esclarecimento, por favor, não hesite em contactar-me.

Poderá fazê-lo através dos seguintes contactos:

E-mail:

Telemóvel:

Cordialmente,

Sérgio Mangas

2.º E-mail enviado a 24 de Março

Caros colegas:

Antes de mais, gostaria de agradecer a todos aqueles que se mostraram disponíveis para colaborar no meu estudo respondendo ao inquérito que vos foi enviado no dia 8 de Março.

Para quem já não se recorda ou por algum motivo não tenha recebido o meu anterior e-mail chamo-me Sérgio Mangas, sou bibliotecário, responsável pela Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos e aluno do mestrado de Informação, Comunicação e Novos Media da Universidade de Coimbra.

Lembro que o inquérito em questão se destina à elaboração de uma tese de mestrado sobre a censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP).

Bem sei que as solicitações profissionais de um bibliotecário são mais que muitas (apesar de haver algumas mentes iluminadas que pensam o contrário), e que o tempo nunca chega para as inúmeras tarefas que diariamente nos ocupam.

Venho, por isso, lembrar a todos os colegas que ainda que não responderam ao inquérito, e que gostariam de o fazer, que este se encontra ainda activo.

Lembro que as perguntas do inquérito dirigem-se apenas aos bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas municipais da RNBP.

Por último, sublinho, uma vez mais, que este inquérito é totalmente confidencial e que nem a biblioteca nem o bibliotecário serão identificados na tese final.

Para aceder ao inquérito clique neste link:

<http://censurarnbp.questionpro.com/>

No caso de necessitar de algum esclarecimento, por favor, não hesite em contactar-me.

Poderá fazê-lo através dos seguintes contactos:

E-mail:

Telemóvel:

Cordialmente,

Sérgio Mangas

3.º E-mail enviado a 7 de Abril

Caros colegas:

Agradeço às várias dezenas de colegas que responderam ao meu inquérito sobre censura, liberdade intelectual e selecção de documentos e às muitas palavras de apoio e incentivo que recebi.

Em relação aos resultados do inquérito eles serão publicamente divulgados e enviados a todas as bibliotecas municipais logo que a minha tese esteja concluída.

Chamo a atenção para o facto deste inquérito ser o primeiro estudo de fundo que se faz sobre censura, liberdade intelectual e selecção de documentos à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas em Portugal. E que o rigor da análise e do diagnóstico, que a todos penso interessar, depende do número de inquéritos respondidos pelos responsáveis das bibliotecas municipais das RNBP.

Faço, por isso, um último apelo aos colegas que ainda não responderam que o poderão fazer até às 24h00 do dia de amanhã (8 de Abril). A partir desta data o inquérito em questão deixará de estar on-line.

Sublinho, uma vez mais, que este inquérito é totalmente confidencial e que nem a biblioteca nem o bibliotecário serão identificados na tese final.

Para aceder ao inquérito clique neste link:

<http://censurarnbp.questionpro.com/>

No caso de necessitar de algum esclarecimento, por favor, não hesite em contactar-me.

Poderá fazê-lo através dos seguintes contactos:

E-mail:

Telemóvel:

Mais uma vez muito obrigado a todas e todos os colegas,

Sérgio Mangas